

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Diulio Pedrozo Guerra

***ECONOMIC STATECRAFT* CHINÊS: UMA ANÁLISE DOS FLUXOS DE  
INVESTIMENTO EXTERNO DIRETO DA CHINA PARA O SUDESTE  
ASIÁTICO**

Santa Maria, RS  
2020

**Diulio Pedrozo Guerra**

***ECONOMIC STATECRAFT* CHINÊS: UMA ANÁLISE DOS FLUXOS DE  
INVESTIMENTO EXTERNO DIRETO DA CHINA PARA O SUDESTE ASIÁTICO**

Monografia apresentada ao curso de Relações Internacionais, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Bruno Hendler

Santa Maria, RS  
2020

**Diulio Pedrozo Guerra**

***ECONOMIC STATECRAFT* CHINÊS: UMA ANÁLISE DOS FLUXOS DE  
INVESTIMENTO EXTERNO DIRETO DA CHINA PARA O SUDESTE ASIÁTICO**

Monografia apresentada ao curso de Relações Internacionais, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

**Aprovado em 21 de setembro de 2020:**

---

**Bruno Hendler, Dr., UFSM**  
(Presidente/Orientador)

---

**Arthur Coelho Dorneles Junior, Dr., UFSM**

---

**Adriano José Pereira, Dr., UFSM**

Santa Maria, RS  
2020

*Aos meus pais, Gelson e Ieda, sem os quais nada teria sido possível.*

## AGRADECIMENTOS

Ao final da graduação, muito tenho a agradecer a tantos. Agradeço não só àqueles que estiveram comigo durante este período, mas também a todos que estiveram comigo por toda a vida.

O primeiro agradecimento vai para minha família. Aos meus pais, Ieda e Gelson, pelo amor incondicional e por todo apoio em todas as grandes decisões da minha vida, além dos puxões de orelha quando foi necessário. A Alice, que apesar das brigas, é a melhor irmã que alguém poderia querer.

Agradeço também aos meus avós, Deluci e João, à vó Teresa e ao vô Ivo, que não está mais fisicamente presente, mas tenho certeza de que se alegra pelas minhas conquistas onde estiver.

Sou grato também a meus tios e padrinhos (Assis, Ivan e Jeferson) e a minhas tias e madrinhas (Joseane, Sidônia e Valquíria), além de primos e prima, por sempre torcerem por mim e se alegrarem por minhas conquistas.

Aos meus irmãos por opção: Allan, Ariel e Marcos, o grupo mais inesperado já criado. Agradeço a vocês pelas conversas, gravitando entre besteiro e coisas sérias, mas todas sempre permeadas pela mais fina filosofia.

Agradeço à UFSM, no geral, e ao curso de Relações Internacionais, em particular, e a todos os professores, pela oportunidade de realizar a graduação em instituição tão renomada e com profissionais tão competentes. Certamente levarei os ensinamentos aprendidos na Universidade para sempre em minha vida profissional.

Ao meu orientador, o Professor Bruno Hendler, meu agradecimento especial pela paciência e compreensão durante o desenvolvimento deste trabalho. Obrigado pelo auxílio e por acreditar que um monte de ideias desconexas pudesse virar um bom tema, pelas dicas e pelas correções que com certeza tornaram o trabalho melhor.

Aos meus amigos do Grupinho: Alisson, Brenda, Kauê, Vitória, Felipe e Bruna. Obrigado por fazerem os dias de aula mais alegres, por compartilharem os dramas da graduação e as felicidades que acompanham o final dos dramas.

E por último, mas não menos importante, agradeço à minha companheira Taíse, que trilhou toda (literalmente) a trajetória acadêmica ao meu lado, momentos bons e ruins. Obrigado pelas noites em claro resolvendo problemas de TCC, e por iluminar todos os meus dias. Agradeço também às famílias Flores e Levy, por me acolherem desde o primeiro instante como se eu da família fosse.

## RESUMO

### ***ECONOMIC STATECRAFT* CHINÊS: UMA ANÁLISE DOS FLUXOS DE INVESTIMENTO EXTERNO DIRETO DA CHINA PARA O SUDESTE ASIÁTICO**

AUTOR: Diulio Pedrozo Guerra

ORIENTADOR: Bruno Hendler

A recente expansão econômica da China nas últimas décadas foi fundamental para expandir seu poder, não apenas econômico, mas também militar. O Sudeste Asiático, por sua proximidade geográfica, é uma das regiões em que mais se pode visualizar a ascensão do poderio chinês. A grande economia chinesa propicia a saída de Investimentos Externos Diretos (IEDs), que se iniciou por volta da década de 1990 e atingiu seu ápice em 2013, com a apresentação da *Belt and Road Initiative*. Estes IEDs foram desenvolvidos em duas ondas, sendo a primeira relacionada com a construção de infraestrutura – de energia, de transportes etc. – e a segunda focada em serviços de telecomunicação e tecnologia. O objetivo deste trabalho será analisar as duas ondas de IED chinês, classificando-os segundo os seguintes critérios: sua vinculação ou não-vinculação com a China e a possibilidade de Uso Dual das infraestruturas e tecnologias desenvolvidas nos países parceiros. A hipótese adotada é de que a vinculação dos investimentos e a possibilidade de uso dual podem se tornar ferramentas de *Economic Statecraft* no futuro, em casos de conflito ou barganhas políticas com os Estados recebedores de IED. Para a elaboração do trabalho, será utilizado o método hipotético-dedutivo, com a técnica de pesquisa bibliográfica.

**Palavras-chave:** Sudeste Asiático; Investimento Externo Direto; Uso Dual; *Economic Statecraft*.

## **ABSTRACT**

### **CHINESE ECONOMIC STATECRAFT: AN ANALYSIS OF CHINA'S OUTWARD FOREIGN DIRECT INVESTMENT FLOWS TO SOUTHEAST ASIA**

AUTHOR: Diulio Pedrozo Guerra

ADVISOR: Bruno Hendler

China's recent economic expansion in the last decades has been central in expanding its power, not only economic, but also military. Southeast Asia, due to its geographical proximity, is one of the regions where the rise of Chinese power can be seen most. The large Chinese economy promotes the outflow of Foreign Direct Investment (FDI), which began around the 1990s and reached its peak in 2013, with the presentation of the Belt and Road Initiative. These FDIs were developed in two waves, the first being related to the construction of infrastructure - energy, transport etc. - and the second focused on telecommunication and technology services. The aim of this work is to analyze the two waves of Chinese FDI, classifying them according to the following criteria: their linkage or non-linkage with China and the possibility of Dual Use of the infrastructures and technologies developed in the partner countries. The hypothesis adopted is that the linking of investments and the possibility of dual use may become tools of Economic Statecraft in the future, in cases of conflict or political bargains against FDI receiving States. For the preparation of the work, the hypothetical-deductive method will be used, with the bibliographic research technique.

**Keywords:** Southeast Asia; Foreign Direct Investment; Dual Use; Economic Statecraft.

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	8
2. PODER ESTATAL E <i>ECONOMIC STATECRAFT</i> .....	12
2.1. O CONCEITO DE <i>STATECRAFT</i> .....	13
2.2. ESTADÍSTICA ECONÔMICA ( <i>ECONOMIC STATECRAFT</i> ) .....	14
2.2.1. <b>Estadística Econômica Negativa</b> .....	16
2.2.2. <b>Estadística Econômica Positiva</b> .....	18
2.3. ESTADÍSTICA ECONÔMICA E COMÉRCIO INTERNACIONAL .....	19
2.4. ESTADÍSTICA ECONÔMICA E INVESTIMENTO EXTERNO DIRETO (IED) ....	23
3. A POLÍTICA EXTERNA CHINESA NA CONTEMPORANEIDADE .....	28
3.1. A POLÍTICA EXTERNA DA ERA MAO .....	30
3.2. A POLÍTICA EXTERNA DE DENG XIAOPING .....	34
3.3. A POLÍTICA EXTERNA NA ERA XI JINPING .....	38
4. INVESTIMENTO EXTERNO DIRETO COMO FERRAMENTA DE ESTADÍSTICA ECONÔMICA .....	46
4.1. AS DUAS ONDAS DE IED E SUA RELAÇÃO COM A CHINA .....	49
4.2. TECNOLOGIAS DE USO DUAL .....	53
4.3. ESTADÍSTICA ECONÔMICA CHINESA NO SUDESTE ASIÁTICO .....	58
4.3.1. <b>Primeira Onda de IED: Vinculação Direta e Uso Dual de Tecnologia</b> .....	63
4.3.2. <b>Primeira Onda de IED: Vinculação Direta Sem Uso Dual de Tecnologia</b> .....	68
4.3.3. <b>Primeira Onda de IED: Vinculação Indireta e Uso Dual de Tecnologia</b> .....	69
4.3.4. <b>Primeira Onda de IED: Vinculação Indireta Sem Uso Dual de Tecnologia</b> .....	72
4.3.5. <b>Segunda Onda de IED: Vinculação Indireta e Uso Dual de Tecnologia</b> .....	73
4.3.6. <b>Segunda Onda de IED: Vinculação Indireta Sem Uso Dual de Tecnologia</b> .....	78
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	82
6. REFERÊNCIAS .....	87



## 1. INTRODUÇÃO

A ascensão econômica chinesa é um fenômeno recente que vem ocorrendo nas últimas décadas, tendo uma relevância maior a partir do ano de 2008. O crescimento econômico foi acompanhado da expansão das forças militares da China que, de modo geral, se deu essencialmente no Mar do Sul da China (MSC). O MSC banha grande parte dos países do sudeste asiático, aumentando as tensões na região. No entanto, apesar da expansão chinesa, há um grande volume de comércio entre os países ali localizados e a China, além de um grande volume de investimentos que se iniciaram a partir da década de 90.

No final do século XX, com o crescimento acelerado da economia chinesa, empresas estatais chinesas (as *State Owned Enterprises*, SOEs) passaram a receber financiamento do governo chinês para a internacionalização de capitais, principalmente por meio de investimento externo direto (IED) ao redor do mundo. Os investimentos envolviam a realização de diversos projetos em vários setores, principalmente em energia, transportes, portos e zonas industriais.

Os investimentos tomaram corpo a partir de 2013, com a apresentação do projeto da *Belt and Road Initiative* (BRI) pelo presidente Xi Jinping. O fluxo de IEDs se intensificou a partir disso, e a quantidade de empresas internacionalizando suas operações. Houve um grande número de empresas privadas chinesas (as *Private Owned Enterprises*, POEs) deixando o continente e se instalando em diversos países, principalmente naqueles que estavam localizados na Nova Rota da Seda e na Rota da Seda Marítima, uma série de rodovias, linhas férreas e rotas navais que ligariam a Ásia à Europa, integrando economicamente estas regiões.

Consideramos então, uma distinção entre os IEDs: os de primeira onda, realizados na ampliação das infraestruturas dos países vizinhos, principalmente por meio de projetos envolvendo os setores energético, de transportes, de extração e favorecimento de metais, entre outros; e os investimentos de segunda onda, que envolvem projetos relacionados ao setor de tecnologia, telecomunicações e serviços financeiros. Os IEDs de primeira onda já estavam ocorrendo desde meados da década de 2000, ganhando notoriedade após o projeto da BRI. Já os investimentos da segunda onda ocorrem de forma concomitante com os da primeira mas iniciaram recentemente, da metade para o final da década de 2010.

As duas ondas de investimento, no entanto, levantam dúvidas sobre as intenções chinesas. No sudeste asiático, por exemplo, alguns investimentos podem ser vistos como uma forma de expansão do poder político-militar chinês, não apenas como transações comerciais comuns. Tendo em vista que a atuação das SOEs e POEs se dá, por vezes, em infraestruturas sensíveis de comunicação, informação, energia, etc., muito se pode especular sobre a

possibilidade de uso destas estruturas como ferramentas de imposição de poder, chantagem e espionagem dos países parceiros da China.

A utilização de meios econômicos visando a obtenção de objetivos de política externa é chamado de *Economic Statecraft*, que será aqui referido como Estadística Econômica (EE). Levando em consideração as duas ondas de IED da China no sudeste asiático, o problema de pesquisa a ser desenvolvido neste trabalho é como os IEDs funcionam como ferramenta de Estadística Econômica na região?

Nossa hipótese é de que os IEDs chineses são uma ferramenta de Estadística Econômica no sudeste asiático, de forma que determinados projetos desenvolvidos nos países desta região podem ter uso dual. O uso dual será definido como a possibilidade de utilização de determinadas estruturas para fins civis e militares, particularmente no que concerne aos setores de energia, transportes, logística e tecnologia e sua vinculação com empresas chinesas.

O objetivo geral do trabalho será realizar uma análise dos IEDs chineses no sudeste asiático sob a perspectiva do conceito de *Economic Statecraft*. Para isso, o trabalho será dividido em objetivos específicos, visando primeiramente realizar uma abordagem teórica sobre o Estadística Econômica, analisando seus aspectos positivos e negativos e classificando os investimentos externos diretos dentro da lógica desta teoria. Na sequência, descrever a ascensão econômica chinesa, partindo de suas bases na Revolução Chinesa, passando pelas reformas de Deng Xiaoping e finalizando com a administração de Hu Jintao e Xi Jinping. Posteriormente, serão analisadas as duas ondas de investimento da China, sob a luz da teoria de Estadística Econômica, classificando-os em relação à sua vinculação com a China e em relação à possibilidade ou não de uso dual das infraestruturas e tecnologias desenvolvidas.

A realização deste trabalho justifica-se pela recente ascensão chinesa nas cadeias de produção globais e o crescimento econômico continuado nas últimas décadas, tornando-a uma das grandes potências a competir com os Estados Unidos e a Europa pelos mercados consumidores mundiais. Por volta do ano de 2016, o PIB chinês ultrapassou o PIB dos Estados Unidos em Paridade de Poder de Compra (Purchasing Power Parity – PPP).<sup>1</sup>

O elevado crescimento da economia chinesa levou a um acúmulo de capital que, com o desenvolvimento e saturação de alguns setores vinculados a infraestruturas na China, tornou-se improdutivo. Dessa forma, houve a necessidade de buscar investimentos mais rentáveis para este capital ocioso. A região do sudeste asiático, dada a proximidade geográfica - e em determinados casos a proximidade cultural -, passou a ser o recebedor de grandes quantias de

---

<sup>1</sup> A paridade do poder de compra é um parâmetro que corrige o cálculo do PIB dos países, aproximando seu valor real da capacidade econômica dos países.

investimentos que expandiram a capacidade chinesa de atuação nesta região. Estes investimentos, divididos em duas ondas, podem ser considerados de vinculação direta ou indireta com o Estado chinês.

Dessa forma, estes investimentos são com propósito de não apenas auxiliar o desenvolvimento dos países vizinhos, mas também impor um projeto de poder na região, comportamento bastante comum no sistema internacional por parte de grandes potências, inclusive antes mesmo da criação do sistema de Estados modernos. Dada a necessidade de expansão não apenas dos mercados, mas também da influência chinesa no seu entorno estratégico, estes investimentos e projetos levados a cabo por empresas chinesas acabam por ter uma conotação implícita de expansão do poder político-militar, principalmente quando estes investimentos são realizados em áreas consideradas estratégicas nos países do sudeste asiático.

Assim, torna-se necessário a análise destes investimentos a fim de investigar a possibilidade ou não de servirem como uma ferramenta de uso da força ou de serem apenas investimentos visando lucro. Com isso, a utilização da abordagem de Estadística Econômica fornece o capital teórico necessário para averiguar a utilização dos IEDs como meio para cumprir projetos de política externa.

Portanto, dada a centralidade da China nas cadeias de poder global e a posição do sudeste asiático como receptor de grandes somas de capital chinês em investimentos justifica a sua escolha para foco de análise. Além disso, a análise da política externa chinesa abarcando as questões econômicas, e utilizando a região do sudeste asiático como plano de fundo da ação de política externa mostra-se relevante para a compreensão de uma das regiões centrais na geopolítica e no comércio mundial da atualidade.

Para a realização do trabalho, será utilizado o método hipotético-dedutivo, com a técnica de pesquisa bibliográfica. A pesquisa se trata de uma análise da política externa chinesa, sob a perspectiva da teoria de Estadística Econômica. Tendo como ponto de partida o conceito de EE, buscar-se-á demonstrar como a utilização da economia é trabalhada para atingir objetivos de política externa.

Além da presente introdução, a pesquisa será estruturada em três capítulos. No primeiro capítulo, o objetivo será apresentar a teoria de Estadística Econômica, demonstrando aspectos gerais de comércio internacional e de que forma a utilização da economia dos países pode ser utilizada para fins de política externa. Além disso, serão demonstradas as diferentes ferramentas de aplicação de Estadística Econômica, como no caso da EE negativa, por meio de embargos, ou da EE positiva, por meio de investimentos e financiamentos de projetos a países parceiros.

O segundo capítulo buscará apresentar uma retomada da economia chinesa. Partindo da era Mao, iniciada em 1949, após a revolução chinesa, até a era Xi, iniciada em 2013. Neste capítulo serão apresentadas as medidas e os processos que fizeram a China tornar-se uma das maiores economias mundiais, abordando aspectos da internalização de processos produtivos, abertura econômica, política externa, etc.

No terceiro capítulo, serão apresentadas as duas ondas de investimentos chineses, que fluíram para a região do sudeste asiático. A primeira onda demonstrará os projetos de infraestrutura de energia, transportes, etc., enquanto a segunda onda se refere aos investimentos em tecnologia e informação. Tendo como pilar teórico o Estadística Econômica, o trabalho buscará demonstrar como os IEDs chineses podem servir como uma ferramenta de expansão política-militar no sudeste asiático, por meio de infraestruturas e serviços de uso dual.

## 2. PODER ESTATAL E *ECONOMIC STATECRAFT*

O comércio é uma atividade presente na história desde os tempos mais remotos. Os primeiros agrupamentos humanos de que se tem registro já utilizavam formas rudimentares de trocas, como o escambo, por exemplo. Posteriormente, com as grandes civilizações da antiguidade, como os fenícios, o comércio se tornou uma importante fonte de renda. Houve diversas civilizações que se especializaram neste tipo de processo.

As trocas começaram a se complexificar com o passar do tempo, e a utilização de moedas tornou o comércio mais viável. O uso extensivo de moedas metálicas remonta vários séculos antes de Cristo, com os gregos e romanos já tendo contato bastante profundo com as questões monetárias. Com o surgimento do Estado Moderno, em 1648, um outro fenômeno estava também em ascensão: o mercantilismo (embora já fosse utilizado na Inglaterra e na Península Ibérica desde o século XVI).

As trocas entre os estados nacionais e das coroas com suas respectivas colônias levaram a um acelerado acentuamento do comércio, seja dentro dos Estados, seja entre eles. Acrescentando a isso um processo de industrialização em nascimento, os Estados-nação viam no protecionismo uma forma de proteger suas economias. E era na retenção dos metais preciosos, nas políticas alfandegárias e até mesmo com o conflito bélico que este protecionismo era levado a cabo.

Dessa forma, com o acúmulo moeda - seja como metais ou papel moeda, mais recentemente - e a paulatina internacionalização do comércio, este se tornou um fator essencial na busca de poder pelos Estados. O poder aquisitivo pode transformar-se em poder por meio de aquisição de materiais bélicos ou mesmo na ameaça de corte dos fluxos de comércio. Assim, a interdependência gerada atualmente pelas intrincadas cadeias de comércio traz não apenas o enriquecimento de alguns Estados, mas a busca de poder por meio destes artifícios.

Com isso, o que se percebe atualmente são países utilizando seus fatores produtivos em prol de aumentar seu comércio, e, conseqüentemente, aumentar os recursos disponíveis para a aquisição de instrumentos de aplicação da força, ou mesmo deixando países dependentes de tal comércio. A China é um exemplo deste processo. Com os crescentes fluxos de comércio com os países desenvolvidos e com a ascensão nas cadeias de produção mundiais, a economia chinesa teve um crescimento acelerado e, desta maneira, capturou alguns mercados e passou a ter recursos suficientes para aumentar seu poder, tanto direto - com meios militares - quanto indireto - por meio do *Economic Statecraft*.

Tendo como objetivo demonstrar o uso de Investimento Externo Direto pela China, em uma lógica de *Economic Statecraft*, mostra-se necessário antes demonstrar como um Estado age no ambiente internacional visando atingir determinados objetivos; e também demonstrar de que forma o comércio internacional relaciona-se com o poder estatal. Ademais, será apresentada a abordagem de *Economic Statecraft*, como ela pode ser aplicada no ambiente internacional, assim como suas formas de implementação positivas e negativas.

## 2.1. O CONCEITO DE *STATECRAFT*

Para entender o conceito de *Economic Statecraft*, faz-se necessário compreender primeiramente o conceito de *statecraft*. De acordo com Mastanduno (2012, p. 204, tradução nossa), “statecraft pode ser definido como o uso de instrumentos disponíveis às autoridades políticas centrais para servir a propósitos de política externa. Os instrumentos de statecraft geralmente são colocados dentro de três principais categorias: diplomática, militar e econômica.”<sup>2</sup>. Ou seja, statecraft pode ser definido como os meios disponíveis ao tomador de decisão (*policymaker*), estando entre eles os meios políticos, econômicos e diplomáticos.

Outra definição de *Statecraft* pode ser encontrada também em Baldwin (1985, p. 8), que é definido como “[...] a arte de conduzir as questões de Estado”<sup>3</sup>. De acordo com este autor, essa definição poderia enquadrar tanto a dimensão doméstica quanto a dimensão internacional no que tange à condução das políticas de Estado. Entretanto, esta visão foi abandonada pelos pesquisadores de política doméstica, sendo utilizada atualmente somente a dimensão internacional do conceito (BALDWIN, 1985, p. 9).

Ademais, Baldwin (1985, p. 8) ainda cita outras definições de outros autores. Segundo Harold e Margaret Sprout (1977 *apud* Baldwin, 1985, p. 8, tradução nossa), “statecraft abrange todas as atividades pelas quais os estadistas se esforçam para proteger os valores estimados e alcançar os objetivos desejados em relação a outras nações e/ou organizações internacionais”<sup>4</sup>.

De acordo com Mastanduno (1998, p. 826, tradução nossa),

Statecraft refere-se ao uso de instrumentos de política para satisfazer os objetivos centrais dos estados-nação no sistema internacional. Como David Baldwin enfatizou, a arte de governar é mais útil em termos amplos e multidimensionais. Envolve a aplicação e interação de múltiplos instrumentos - militar, econômico, diplomático e

---

<sup>2</sup> “Statecraft can be defined as the use of instruments at the disposal of central political authorities to serve foreign policy purposes. The instruments of statecraft fall commonly into three main categories: diplomatic, military and economic.” (MASTANDUNO, 2012, p. 204).

<sup>3</sup> “[...] the art of conducting state affairs”. (BALDWIN, 1985, p. 8).

<sup>4</sup> “statecraft embraces all the activities by which statesman strive to protect cherished values and to attain desired objectives vis-à-vis other nations and/or international organizations.” (HAROLD e SPROUT, 1977 *apud* BALDWIN, 1985, p. 8).

informativo - para alcançar os múltiplos objetivos dos Estados, incluindo segurança nacional, prosperidade econômica e prestígio e influência políticos.<sup>5</sup>

Dessa forma, o conceito de statecraft é baseado na ideia da atuação de estadistas no ambiente internacional. Nas relações internacionais de um Estado, diversos podem ser os objetivos, principalmente envolvendo outros entes políticos. Assim, o bom estadista seria versado na utilização dos meios disponíveis para fazer os outros atores agirem de forma condescendente com os seus objetivos.

Tendo em vista o objetivo da pesquisa de realizar uma análise do Investimento Externo Direto (IED) chinês na região do sudeste asiático, percebemos a prevalência, dentre as categorias acima citadas, do statecraft econômico. Ou seja, buscaremos aqui definir o *economic statecraft* (ES), como a utilização dos meios econômicos disponíveis para um determinado Estado na busca de objetivos de sua política externa. Na seção que se segue será analisado o conceito de *economic statecraft*, assim como suas formas de implementação.

## 2.2. ESTADÍSTICA ECONÔMICA (*ECONOMIC STATECRAFT*)

Levando em conta os aspectos mencionados anteriormente, como o conceito de *statecraft* e a relação entre o poder nacional e o funcionamento dos mercados; há uma abordagem que envolve tanto a ideia de statecraft quanto a relação entre Estados e o comércio: o economic statecraft. Visando tornar linguisticamente mais apropriado ao português, utilizar-se-á uma tradução de economic statecraft, definida como “estadística econômica”.

O estadística econômica é definido por Mastanduno (2012, p. 204, tradução nossa) como “o uso de ferramentas econômicas e relacionamentos para conquistar objetivos de política externa”<sup>6</sup>. A Enciclopédia Britânica apresenta uma definição de estadística econômica bastante similar à de Mastanduno, apresentando esta abordagem como

[...] o uso de meios econômicos para perseguir objetivos de política externa. A ajuda externa, o comércio e as políticas que regem o fluxo internacional de capital podem ser usados como ferramentas de política externa e são consideradas as formas mais comuns de estadística econômica.<sup>7</sup> (BALDWIN, 2016, tradução nossa).

<sup>5</sup> “Statecraft refers to the use of policy instruments to satisfy the core objectives of nation-states in the international system. As David Baldwin has emphasized, statecraft is most usefully thought of in broad and multidimensional terms. It involves the application and interplay of multiple instruments — military, economic, diplomatic, and informational — to achieve the multiple objectives of states, including national security, economic prosperity, and political prestige and influence.” (MASTANDUNO, 1998, p. 826).

<sup>6</sup> “[...] the use of economic tools and relationships to achieve foreign policy objectives.” (MASTANDUNO, 2012, p. 204).

<sup>7</sup> the use of economic means to pursue foreign policy goals. Foreign aid, trade, and policies governing the international flow of capital can be used as foreign policy tools and are considered the most common forms of economic statecraft. (BALDWIN, 2016).

A estatística econômica remonta suas bases da época da Guerra do Peloponeso, mas passou a ser mais estudado principalmente por volta do século XX, quando sua utilização se torna mais presente. Devido à globalização da economia mundial, pode-se perceber uma brecha maior para os países utilizarem as ferramentas de estatística econômica, com a maior e mais complexa interdependência sendo também um fator causal do aumento no uso dessas ferramentas.

Pelas definições apresentadas, a estatística econômica tem duas possibilidades de aplicação: o negativo e o positivo. A estatística econômica negativa é aquela utilizada em sanções econômicas, embargos a países, entre outras ferramentas, que visam moldar ou mudar as ações de determinado país ou conjunto de países. Já a estatística econômica positiva é entendida como a utilização de recompensas, como financiamento de projetos, investimentos, ajuda humanitária, entre outros, também com o objetivo de estabelecer um comportamento a ser incentivado. Mastanduno (2012, p. 204-205, tradução nossa) explica que

a estatística econômica pode ser negativa, envolvendo a ameaça ou o uso de sanções ou outras formas de coerção ou punição econômica, ou pode ser positiva, envolvendo o uso de relações econômicas como incentivos ou recompensas. Além disso, o uso da política econômica pode ser unilateral, envolvendo esforços de um governo ou multilateral, envolvendo tentativas de vários governos de coordenar seus recursos ou políticas econômicas para influenciar o comportamento de um país ou governo alvo.<sup>8</sup>

Blanchard, Mansfield e Ripsman (1999, p. 3, tradução nossa) destacam que

Sanções econômicas são ações tomadas por um estado - o remetente - para interferir na economia de outro estado - o alvo - com o objetivo de coagir sua conformidade com os desejos do remetente. Incentivos econômicos, ou incentivos, são recompensas que um remetente estende a um alvo para garantir sua conformidade ou alterar seus interesses.<sup>9</sup>

Dessa forma, percebe-se que há, dentro da estatística econômica, diferentes formas de um Estado fazer seus inimigos ou parceiros agirem de acordo com aquilo que lhe é desejoso. Entre as diferentes formas, estão a estatística econômica positiva e negativa. A seguir, será analisado, separadamente, os diferentes tipos de ferramentas, tanto positivas quanto negativas. A ferramenta negativa a ser utilizada serão as sanções econômicas, enquanto as positivas serão

---

<sup>8</sup> Economic Statecraft may be negative, involving the threat or use of sanctions or other forms of economic coercion or punishment, or it may be positive, involving the use of economic relationships as incentives or rewards. In addition, the use of economic statecraft may be unilateral, involving efforts by one government, or multilateral, involving attempts by multiple governments to coordinate their economic resources or policies to influence the behaviour of a target country or government. (MASTANDUNO, 2012, p. 204-205).

<sup>9</sup> “Economic sanctions are actions taken by one state—the sender—to interfere with the economy of another state—the target—for the purpose of coercing its compliance with the sender's wishes. Economic inducements, or incentives, are rewards that a sender extends to a target to secure the target's compliance or alter its interests.” (BLANCHARD, MANSFIELD, RIPSMAN, 1999, p. 3).



as ajudas econômicas, porém focando especialmente na utilização de Investimentos Externos Diretos (IEDs) como ferramenta de estatística econômica positiva.

### 2.2.1. Estatística Econômica Negativa

Uma das principais ferramentas de EE negativa utilizada atualmente são as sanções. As sanções são também a principal ferramenta de EE estudada, já que muitas delas são impostas nos mais variados âmbitos do sistema internacional. Um bom exemplo foram as sanções contra o Iraque durante a Primeira Guerra do Golfo, que foi levada a cabo por grande parte dos países pertencentes à ONU.

De acordo com Blanchard, Mansfield e Ripsman (1999, p. 3, tradução nossa),

As sanções econômicas são projetadas para punir um alvo por não cumprir as exigências de um remetente. Por meio de medidas como redução de ajuda financeira ou empréstimos, restrições ao comércio exterior ou investimento e apreensão de ativos, um remetente que impõe sanções econômicas tenta obrigar o alvo a mudar seu comportamento.<sup>10</sup>

Isso demonstra como os países agem para dobrar outros as suas exigências. Por outro lado, como propõe David Baldwin, às vezes os motivos das sanções não correspondem explicitamente aquilo que é articulado pelos aplicadores dessa ação (BLANCHARD, MANSFIELD, RIPSMAN, 1999, p. 4). As sanções podem ter várias formas, e Mastanduno (2012, p. 206-207) apresenta alguns tipos delas. Entre elas pode-se destacar as sanções sobre comércio, sanções financeiras, restrições de investimento e sanções monetárias.

As sanções de comércio, como o próprio nome explicita, refere-se ao ato de cessar ou reduzir o comércio com determinado país, em geral ou de produtos específicos, por meio de barreiras tarifárias ou não tarifárias<sup>11</sup>. Como visto na seção anterior, o comércio pode deixar um Estado bastante dependente de outro, dependendo daquilo que é comercializado e do tamanho de ambos os parceiros. Dessa forma, “países que dependem fortemente de exportações ou importações - ou geralmente de mercadorias específicas - são potencialmente vulneráveis a

---

<sup>10</sup> “Economic sanctions are designed to punish a target for failing to comply with a sender's demands. Through measures such as a reduction in financial aid or loans, restrictions on foreign trade or investment, and the seizure of assets, a sender imposing economic sanctions attempts to compel the target to change its behavior.” (BLANCHARD, MANSFIELD, RIPSMAN, 1999, p. 3).

<sup>11</sup> As barreiras tarifárias são referentes ao aumento de taxas aduaneiras e impostos sobre a importação de determinados produtos ou serviços. Já as barreiras não tarifárias se referem a mecanismos como cotas de importação ou barreiras técnicas, como por exemplo, as sanitárias, embargando determinados produtos e favorecendo produtores locais de uma forma menos direta que o aumento de impostos sobre importações ou criando novas taxas, por exemplo.

tentativas de influência econômica contra eles.”<sup>12</sup> (MASTANDUNO, 2012, p. 206, tradução nossa).

Assim, a imposição de sanções desse tipo pode levar um país a uma devastação econômica; como houve, por exemplo na Venezuela. A Venezuela dependia essencialmente da exportação de petróleo como fonte principal de receitas - e após a aplicação das sanções passou a sofrer com uma grave crise econômica e humanitária.

As sanções financeiras referem-se a uma série de artifícios que podem ser utilizados para limitar o acesso de determinado país alvo a serviços financeiros, como por exemplo, a empréstimos de órgãos internacionais, como o Banco Mundial e o FMI, ou mesmo o congelamento de recursos pertencentes ao país em questão, entre outros. Um exemplo desse tipo de sanção foi o congelamento de recursos iranianos pelos Estados Unidos, entre os anos de 1979-80, quando do sequestro de diplomatas americanos na embaixada em Teerã. (MASTANDUNO, 2012, p. 206).

Os países que dependem fortemente de investimentos externos para seu desenvolvimento, em especial os subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, sofrem mais as consequências das restrições de investimentos. Segundo Mastanduno (2012, p. 206), as potências ocidentais utilizaram bastante esta ferramenta para dobrar os países do Oriente Médio, exportadores principalmente de petróleo e recursos energéticos, dependentes de investimento externo e por isso, eram cooptados por meio de estratégias de restrição de investimentos.

As sanções monetárias são talvez a ferramenta mais difícil de ser implementada. Mastanduno (2012, p. 207) explica que esse tipo de sanção se dá, geralmente, na forma de compra e venda de quantidades de moeda do país ao qual se pretende sancionar, de forma a manipular o poder de compra (da moeda). Segundo Mastanduno (idem), essa ferramenta “pode ser usada para forçar um governo a mudar sua ação política ameaçando-o com a possibilidade de uma crise financeira.”<sup>13</sup>

Entretanto, a discussão acerca das sanções econômicas não corre na direção de suas formas, mas na direção de sua eficácia. Muitos estudos foram realizados sobre a eficácia ou não das sanções econômicas, de maneira que as conclusões a que se chegam são bastante distintas.

---

<sup>12</sup> “Countries that rely heavily on exports or imports - either generally or upon particular commodities - are potentially vulnerable to economic influence attempts against them” (MASTANDUNO, 2012, p. 206).

<sup>13</sup> “[...] can be used to force a government to change its political behaviour by threatening it with the prospect of a financial crises.” (MASTANDUNO, 2012, p. 207).

Apesar disso, há mais estudos que demonstram a ineficácia das sanções em comparação com aqueles que dizem que elas são eficazes.

O mundo é atualmente marcado pela característica da globalização, de forma que a interdependência entre os países é bastante grande. A interdependência traz consigo o risco da ruptura de alguns países em relação a outros e, por isso, é uma ferramenta bastante utilizada, embora, por vezes, apenas a ameaça de seu uso já seja efetiva.

De acordo com Drezner (2003, p. 644, tradução nossa),

As abordagens de teoria dos jogos para o estudo das sanções econômicas argumentam que, devido à interação estratégica, observa-se a maioria das falhas, mas não se observa a maior parte dos sucessos. A imposição de sanções representa uma perda de utilidade para o remetente e o alvo, na forma de trocas econômicas interrompidas. Portanto, os atores têm um incentivo para chegar a um acordo antes da imposição.<sup>14</sup>

Dessa forma, a maior parte dos autores chega à conclusão de que a melhor forma de se lidar com situações que possam chegar à aplicação de uma sanção é negociando para que a mesma não ocorra. Voltando à descrição da teoria neoclássica da economia, quanto mais livres as economias, maior a possibilidade de que as mesmas aproximem-se de sua situação ótima. A sanção de um determinado país apresenta um rompimento dessa lógica, de forma que o comércio entre dois (geralmente mais) países torna-se inexistente por um período de tempo, causando prejuízos a todos os envolvidos.

No trabalho de Drezner (2003), o mesmo demonstra estatisticamente que quando um embate entre Estados chega à aplicação de sanções, a chance de um dos lados fazer concessões decresce significativamente. Ainda segundo esse autor, “os dados mostram que um número significativo de tentativas de coerção termina no estágio de ameaça, antes que as sanções sejam impostas. Esses casos geram concessões significativamente maiores quando comparados aos casos em que as sanções são impostas.”<sup>15</sup> (DREZNER, 2003, p. 644, tradução nossa). Com isso, percebe-se que é preferível que as sanções não sejam realmente impostas, de maneira que a ameaça de utilização dessa ferramenta é mais efetiva que sua real implementação.

### **2.2.2. Estadística Económica Positiva**

---

<sup>14</sup> Game-theoretic approaches to studying economic sanctions argue that because of strategic interaction, one should observe most of the failures but miss most of the successes. The imposition of sanctions represents a deadweight loss of utility for both the sender and target, in the form of disrupted economic exchange. Therefore, the actors have an incentive to reach an agreement before imposition.” (DREZNER, 2003, p. 644).

<sup>15</sup> “The data shows that a significant number of coercion attempts end at the threat stage, before sanctions are imposed. These cases yield significantly larger concessions when compared to instances in which sanctions are imposed.” (DREZNER, 2003, p. 644).

A estatística econômica positiva, ao contrário da negativa, tem por objetivo promover a concordância entre um país alvo e o seu remetente na forma de incentivos econômicos. Encontra-se na literatura algumas formas de implantação de ferramentas positivas de estatística econômica. Segundo Reilly (2013, p. 2, tradução nossa),

existem três estratégias principais: fornecer capital por meio de ajuda externa ou investimento direto; expansão do comércio por meio de acordos comerciais preferenciais ou compras estatais; e alterar políticas monetárias, como a compra de títulos estrangeiros ou a intervenção em mercados cambiais.<sup>16</sup>

A estratégia de se utilizar o comércio internacional é bastante comum. A fim de sustentar a manutenção de determinado comportamento de um país, aquele que deseja recompensá-lo com isso expande seu comércio com o mesmo, aumentando o número de tratados bi ou multilaterais. De acordo com Blackwill e Harris (2016, p. 50), a implantação de *Qualifying Industrial Zones* (QIZs) pelos Estados Unidos no Egito e na Jordânia, logo após a assinatura dos tratados de Camp David, em 1978, se qualifica como uma ferramenta de comércio utilizado em favor de benefícios geoestratégicos, já que estavam sendo reconhecidos os acordo de paz que interessavam aos EUA e seus aliados.

A utilização de políticas monetárias é também ponto que merece atenção. O uso de política monetárias e financeiras com o objetivo de manipular economicamente o mercado e deixar um parceiro ou inimigo em uma condição mais ou menos favorável é uma ferramenta bastante utilizada. Como descrevem Blackwill e Harris (2016, p. 75-76, tradução nossa),

existem três canais básicos de transmissão através dos quais os Estados podem traduzir ferramentas de política monetária em influência geopolítica: a captação global da moeda de um país, a capacidade de captar recursos a baixo custo e a capacidade de impactar os custos de empréstimos de outro país.<sup>17</sup>

A última ferramenta explicitada por Reilly (2013) é a utilização de investimentos externos diretos e financiamentos por meio de bancos públicos. Como o presente trabalho se dedica a analisar os investimentos externos diretos (IEDs) chineses no sudeste asiático, esta parte será analisada mais a fundo em uma seção subsequente.

### 2.3. ESTADÍSTICA ECONÔMICA E COMÉRCIO INTERNACIONAL

---

<sup>16</sup> “There are three main strategies: providing capital through foreign aid or direct investment; expanding trade via preferential trade agreements or state procurements; and altering monetary policies such as purchasing foreign bonds or intervening in currency markets.” (REILLY, 2013, p. 2).

<sup>17</sup> [...] there are three basic transmission channels through which states can translate monetary policy tools into geopolitical influence: the global footprint of a country’s currency, the ability to raise funds at low cost, and the ability to impact another country’s borrowing costs.” (BLACKWILL and HARRIS, 2016, p. 75-76).

O comércio internacional nunca foi tão pujante quanto o é atualmente. De acordo com a United Nations Commodity Trade Database (UN Comtrade), cerca de 37,3 trilhões de dólares em mercadorias foram comercializadas no ano de 2018. Esse volume de transações comerciais se dá, entre outros fatores, pela globalização da economia, pela facilidade de comunicação - geradas pelo desenvolvimento de tecnologia em telecomunicações -, e relativa estabilidade do ambiente político internacional.

O fenômeno do comércio internacional já era difundido antigamente, entretanto, com o início das navegações para as Índias, no período das grandes navegações, e a descoberta e colonização de territórios além-mar, o comércio entre as colônias e as metrópoles, ou somente entre as metrópoles, tornou-se mais difundido. No período ligeiramente pós-início das grandes navegações, por volta do século XVII, passou a adotar-se na Europa um sistema de tentativa de lastreamento de suas moedas em metais preciosos, o que ainda não configurava o padrão-ouro clássico, mas era seu precursor..

O padrão-ouro foi um sistema econômico monetário baseado na teoria do fluxo de moedas metálicas, descrito por David Hume, em 1752. De acordo com essa teoria monetária, os Estados fariam o lastro de suas moedas em uma determinada quantidade de material metálico. Durante algum tempo, os suecos usaram o padrão cobre e prata, porém, como o valor do cobre é muito menor do que o do ouro, o transporte de todo o metal necessário para cumprir pagamentos era muito difícil (EICHENGREEN, 2000).

Recentemente, a abordagem de Economia Política Internacional (EPI) fornece um arcabouço teórico bastante válido sobre as relações entre o comércio e o poder dos Estados. Um dos autores mais influentes neste meio é Gilpin, com sua teoria mais conhecida sendo a teoria da estabilidade hegemônica. Gilpin demonstra a diferença entre o estudo tradicional da economia e a EPI quando descreve que

Enquanto a ciência da economia enfatiza a alocação eficiente de recursos escassos e os ganhos absolutos usufruídos por todos nas atividades econômicas, os estudiosos da economia política internacional centrada no Estado enfatizam as consequências distributivas das atividades econômicas. (GILPIN, 2001, p. 78, tradução nossa).<sup>18</sup>

Dessa forma, não apenas a alocação dos recursos gerando os maiores ganhos seria o foco de pesquisa, mas sim como os atores estatais performam nas trocas comerciais desiguais. Além disso, a análise de EPI tem como base de análise os ganhos relativos. De acordo com essa perspectiva, os governos estão recorrentemente preocupados com os ganhos relativos de outros

---

<sup>18</sup> “Whereas the science of economics emphasizes the efficient allocation of scarce resources and the absolute gains enjoyed by everyone from economic activities, state-centric scholars of international political economy emphasize the distributive consequences of economic activities.” (GILPIN, 2001, p. 78)

países nas transações realizadas, já que maiores ganhos relativos - mesmo que ambos os parceiros em uma troca estejam ganhando - representam uma situação melhor no sistema internacional (GILPIN, 2001, p. 78).

Essa preocupação com ganhos relativos provém principalmente das teorias mercantilistas utilizadas por volta do século XVIII. A descrição do mercantilismo mais utilizada foi elaborada por David Hume (o mesmo criador do fluxo de moedas metálicas), de forma que

Os contemporâneos mercantilistas de Hume argumentaram que uma nação deveria buscar um superávit comercial e de pagamentos, baseando seus argumentos na suposição de que eram apenas ganhos relativos que realmente importavam. Na linguagem atual da teoria dos jogos, o comércio internacional durante a era mercantilista era considerado um jogo de soma zero, em que o ganho de uma parte significava necessariamente uma perda para outra.<sup>19</sup> (GILPIN, 2001, p.78, tradução nossa).

Entretanto, posterior a Hume, David Ricardo propôs a teoria das vantagens comparativas. Segundo esta teoria, o comércio não é um jogo de soma zero, de forma que todos os atores podem lucrar com a divisão e a especialização do trabalho baseado em diferentes regiões (GILPIN, 2001, p. 79). Assim, foi estabelecido que os ganhos absolutos seriam mais relevantes do que os ganhos relativos. No entanto, o que se vê é que ambos, os ganhos absolutos e os ganhos relativos, importam em um ambiente de competição entre Estados.

Hirschman (1980, p. 14-15) propõe que o comércio internacional pode ter dois efeitos sobre a posição de poder de um Estado em relação ao outro. Primeiramente, provendo uma maior gama de produtos e serviços para seus parceiros comerciais - sendo por isso considerado um recurso indireto de poder -, ou, de outra maneira, sendo um recurso direto de poder, de forma que um elevado índice de comércio pode gerar dependência do parceiro comercial mais fraco, mostrando que o corte das relações comerciais, em certos casos, pode ser pior que uma guerra.

Dessa forma,

[...] o comércio exterior serve como um meio de aumentar a eficiência da pressão militar que um país pode exercer sobre outros países. Mas, assim como a guerra ou a ameaça de guerra, por sua vez, podem ser consideradas um meio de obter um certo resultado, a oferta de comércio exterior é um instrumento indireto de poder, o instrumento direto sendo a guerra ou a ameaça de guerra. Em seu resultado final, portanto, o efeito de oferta do comércio exterior requer pelo menos a possibilidade de guerra. (HIRSCHMAN, 1980, p. 14, tradução nossa).<sup>20</sup>

---

<sup>19</sup> Hume's mercantilist contemporaries argued that a nation should seek a trade and payments surplus, basing their arguments on the assumption that it was only relative gains that really mattered. In today's language of game theory, international commerce during the mercantilist era was considered to be a zero-sum game in which the gain to one party necessarily meant a loss to another. (GILPIN, 2001, p.78).

<sup>20</sup> “[...] foreign trade serves as a means of increasing the efficiency of the military pressure which one country might bring to bear upon other countries. But, just as war or the threat of war can be considered in turn as a means of obtaining a certain result, so the supply of foreign trade is an indirect instrument of power, the direct instrument

Com isso, percebe-se o poder que as trocas comerciais têm sobre a atuação dos Estados no sistema internacional. Krasner (1976, p. 319), define que quatro interesses dos países são afetados pela estrutura do comércio internacional: o poder estatal, a renda nacional agregada, o crescimento econômico e a estabilidade social. De acordo com o autor, estes interesses sofrem influência dependendo da maior abertura ou fechamento dos mercados. Segundo a teoria econômica neoclássica, esta define que quanto maior a abertura comercial, maior os indicadores de crescimento dos países.

Entretanto, levando em conta a busca por ganhos relativos, e não absolutos, as condições de liberdade de comércio tornam-se diferentes. Dessa forma, Gilpin (2001, p. 80) assume que

Os Estados estão particularmente interessados na distribuição desses ganhos que afetam o bem-estar doméstico, a riqueza nacional e o poder militar. Quando um estado considera ganhos absolutos versus relativos, o poder militar é de longe a consideração mais importante; os Estados são extraordinariamente relutantes, por exemplo, em trocar a segurança militar por ganhos econômicos. Os estados-nação modernos (como os mercantilistas do século XVIII) estão extremamente preocupados com as consequências das atividades econômicas internacionais para a distribuição de ganhos econômicos. Com o tempo, a distribuição desigual desses ganhos mudará inevitavelmente o equilíbrio internacional do poder econômico e militar e, portanto, afetará a segurança nacional.<sup>21</sup> (GILPIN, 2001, p. 80, tradução nossa).

Assim, pode-se ver que o comércio internacional não depende apenas de vantagens comparativas - como preconizava David Ricardo - e tampouco leva-se em conta apenas o bem estar econômico acima de tudo. A atividade comercial entre os Estados depende, entre outros fatores, da percepção dos estadistas de que as transações serão realmente benéficas, tendo em vista não apenas os ganhos absolutos destas trocas, mas também qual o valor desta troca para o parceiro comercial.

Algumas áreas do comércio são particularmente mais complicadas que outras. Por exemplo o comércio de armas e materiais bélicos, cujo bem-estar econômico gerado por uma troca deste tipo pode gerar uma perda de poder estatal relativo aos envolvidos. Com isso, o livre comércio é, atualmente - e foi, no passado -, bastante regulado em relação ao tipo de produto e serviço que pode ser comercializado.

Estas regulações sobre o que pode e o que não pode ser comercializado entre os entes privados traz à tona uma discussão de qual a relevância dos Estados no processo de comércio

---

being war or the threat of war. In its final result, therefore, the supply effect of foreign trade requires at least the possibility of war.” (HIRSCHMAN, 1980, p. 14).

<sup>21</sup> “States are particularly interested in the distribution of those gains affecting domestic welfare, national wealth, and military power. When a state weighs absolute versus relative gains, military power is by far the most important consideration; states are extraordinarily reluctant, for example, to trade military security for economic gains. Modern nation-states (like eighteenth-century mercantilists) are extremely concerned about the consequences of international economic activities for the distribution of economic gains. Over time, the unequal distribution of these gains will inevitably change the international balance of economic and military power, and will thus affect national security.” (GILPIN, 2001, p. 80).

internacional. De acordo com Krasner, alguns estudiosos da economia e relações internacionais têm “multinacionalizado, transnacionalizado, burocratizado e transgovernamentalizado o Estado até que ele praticamente deixou de existir como uma estrutura analítica. Em nenhum lugar essa tendência é mais aparente do que no estudo das políticas das relações econômicas internacionais.”<sup>22</sup> (KRASNER, 1976, p. 317, tradução nossa). Entretanto, quem define as regras sobre como deve se dar o comércio são, essencialmente, os Estados. Por meio de tratados de livre comércio ou no âmbito de Organizações Internacionais, são os países que fazem a política por trás das trocas.

Dessa maneira, percebe-se que, ao invés do imaginário coletivo, o comércio entre os países não é moldado apenas pelas regras de mercado e pelos agentes privados. Fiori (2007, p. 133), estabelece que

a força expansiva que acelerou o crescimento dos mercados e produziu as primeiras formas de acumulação capitalista não pode ter vindo do “jogo das trocas” ou do próprio mercado, nem, nesse primeiro momento, do assalariamento da força de trabalho. Veio do mundo do poder e da conquista, do impulso gerado pela “acumulação do poder”, até mesmo no caso das grandes “repúblicas mercantis” italianas, como Veneza (LANE, 1973) e Gênova (EPSTEIN, 2000).

Para Fiori, a expansão dos mercados se deu não pelas trocas, mas pelo empenho na busca pelo poder. Com isso, o crescimento do comércio se deu pela necessidade de expansão do poder das elites políticas da época.

Os mercados, atualmente, não são expandidos apenas pelas necessidades relativas ao poder, como preconiza Fiori. O comércio de bens e serviços se globalizou e, em certa medida, obedece aos preceitos da escola neoclássica e às ideias de Ricardo. Porém, o Estado ainda cumpre uma função importante. Os Estados e os mercados, como posto por Hirschman e Gilpin, estão ainda ligados, de forma que o comércio favorece não apenas o enriquecimento de uma nação, mas também o exercício do poder desta nação sobre seus parceiros comerciais e do restante dos atores do sistema internacional.

#### 2.4. ESTADÍSTICA ECONÔMICA E INVESTIMENTO EXTERNO DIRETO (IED)

O Investimento Externo Direto (IED) é uma forma de investimentos internacionais no qual o

investimento feito por um ator residente em um país A (investidor direto) com o objetivo de estabelecer um ‘interesse duradouro’ em uma empresa fixada em um país B. A motivação desse interesse duradouro em criar uma ‘relação estratégica de longo

---

<sup>22</sup> “[...] multinationalized, transnationalized, bureaucratized, and transgovernmentalized the state until it has virtually ceased to exist as an analytic construct. Nowhere is that trend more apparent than in the study of the politics of international economic relations.” (KRASNER, 1976, p. 317).



prazo' é garantir um grau de influência na gerência da empresa no país B, expresso pelo controle de pelo menos 10% do poder de voto nos processos de tomada de decisão. (OCDE *apud* RODRIGUES e HENDLER, 2018, p. 6).

De acordo com esta explanação, a compra de pelo menos 10% de uma empresa em um país de diferente nacionalidade já configura um IED. Por exemplo, se uma empresa dos Estados Unidos adquirir mais de 10% de uma empresa europeia, esse processo já pode ser chamado de IED. Esse processo é confirmado por Krugman, Obstfeld e Melitz (2012, p. 180, tradução nossa),

Quando uma empresa dos EUA compra mais de 10% de uma empresa estrangeira, ou quando uma empresa dos EUA constrói uma nova instalação de produção no exterior, esse investimento é considerado uma saída de investimento externo direto (IED) dos EUA. O último é chamado de IED *greenfield*, enquanto o primeiro é chamado de IED *brownfield* (ou fusões e aquisições transfronteiriças). Por outro lado, os investimentos de empresas estrangeiras em instalações de produção nos Estados Unidos são considerados ingressos de IED dos EUA.<sup>23</sup>

Entretanto, há a necessidade da presença de alguns fatores para que o IED seja viável, sendo estes fatores diferenciais em relação às empresas locais. De acordo com Sá (2006, p. 6), as vantagens deveriam ser as seguintes:

(i) estar inserida em um mercado de concorrência imperfeita (diferenciação de produtos); (ii) concorrência imperfeita no mercado de fatores (patentes, acesso a capital, etc); (iii) economias de escala; (iv) intervenção governamental (restrição a importações); (vi) conhecimentos técnicos.

Ademais, Sá (2006, p. 7-8) ainda define o IED segundo outros autores, como Kindleberger (1969), colocando que o IED necessita de um ambiente de concorrência imperfeita. Caso a concorrência fosse perfeita, não haveria “vantagens compensatórias”. As vantagens compensatórias são geradas pela concorrência imperfeita, que torna viável os investimentos de determinada empresa no exterior. No caso de os ambientes nacional e internacional estarem em regime de concorrência perfeita, não haveria estímulo para o deslocamento do capital para outras regiões.

Sá (2006, p. 7) propõe que existem duas categorias diferentes de IED, sendo a vertical e a horizontal. Os IEDs horizontais são aqueles que buscam produzir em sua filial no exterior o mesmo tipo de produto que era produzido na sua matriz. Os IEDs verticais, pelo contrário, visam a implantação de produção diferente daquilo feito no país de origem. Geralmente os projetos de IED vertical buscam expandir sua cadeia de produção para locais onde as matérias

---

<sup>23</sup> “When a U.S. firm buys more than 10 percent of a foreign firm, or when a U.S. firm builds a new production facility abroad, that investment is considered a U.S. outflow of foreign direct investment (FDI). The latter is called greenfield FDI, while the former is called brownfield FDI (or cross-border mergers and acquisitions). Conversely, investments by foreign firms in production facilities in the United States are considered U.S. FDI inflows.” (KRUGMAN, OBSTFELD e MELITZ, 2012, p. 180).

primas sejam mais baratas, ou mesmo que a mão-de-obra seja mais desvalorizada, barateando os custos de produção.

A internacionalização do capital de uma empresa se daria, dessa forma, com dois objetivos. De acordo com a teoria do equilíbrio geral de empresa multinacional, estas empresas estariam dispostas a fazer projetos de IED quando fosse necessário, em primeiro lugar, expandir seu mercado consumidor para outros lugares - como forma de IED horizontal -; e, posteriormente, com o objetivo de buscar menores salários e baratear seus custos de produção - um exemplo de IED vertical (MARKUSEN, 1984; HELPMAN, 1984 *apud* SÁ, 2006, p. 25).

Além disso, pode-se dizer que os IEDs podem ser diferenciados em quatro tipos. São eles o *market seeking* (busca de mercado), *natural resource seeking* (busca de recursos naturais), *strategic asset seeking* (busca de ativos estratégicos) e *efficiency seeking* (busca de eficiência) (DUNNING e NARULA, 1993, p. 3).

De acordo com estes autores, a busca de mercado se refere à tentativa das empresas de cativar os mercados estrangeiros com seus investimentos. O objetivo é expandir os mercados consumidores até o país de destino dos IEDs, que geralmente são do tipo horizontal, já que buscam oferecer os produtos produzidos na matriz da empresa para outros consumidores (DUNNING e NARULA, 1993, p. 3; SÁ, 2006, p. 11).

A busca de recursos naturais (*natural resource seeking*) refere-se à necessidade de empresas multinacionais de buscar matérias-primas mais baratas. Em geral, estas matérias-primas não são encontradas facilmente ou a um baixo custo nos países de origem e, dessa forma, torna-se necessário a obtenção destes insumos no exterior. Pode-se incluir como parte destes recursos as matérias-primas básicas, como metais, madeira, etc., assim como mão-de-obra barata ((DUNNING e NARULA, 1993, p. 3-4; SÁ, 2006, p. 11-12).

A busca por eficiência (*efficiency seeking*) é um tipo de investimento mais complexo. Este IED tem como objetivo a racionalização de uma estrutura produtiva, de forma que a integração de diferentes cadeias de produção geograficamente dispersas torne o processo produtivo mais eficiente, barato e lucrativo (SÁ, 2006, p. 12).

O último tipo de investimento refere-se à busca de ativos estratégicos. Neste tipo de IED as empresas buscam adquirir recursos e ativos - que são geralmente outras empresas - no exterior (DUNNING e NARULA, 1993, p. 4; SÁ, 2006, p. 12), sendo que, durante este processo, a empresa compradora diminui a sua concorrência e aumenta sua produção, além de obter os mercados consumidores do ativo que foi comprado.

Pode-se além disso, ressaltar os IEDs de tipo *greenfield* e *brownfield*. De acordo com Dunning e Lundan (2008, p. 15, tradução nossa), os investimentos *greenfield* são aqueles

[...] onde uma empresa decide construir uma nova fábrica ou oficina de montagem em um país estrangeiro e financia o investimento de fontes do país de origem. Esse investimento, que traz consigo um conjunto de recursos financeiros, tecnológicos e de gestão, também é o tipo de investimento de alto nível que países ou regiões procuraram atrair por meio de uma variedade de iniciativas políticas.<sup>24</sup>

Os investimentos *greenfield*, dessa forma, levam capital, maquinário, tecnologia e até certo ponto promovem o desenvolvimento do país no qual se instalam. Por isso é também um tipo de investimentos bastante visados pelos países receptores.

Por outro lado, há também os investimentos *brownfield*. Este tipo de investimento é também chamado de M&A (*Mergers and Acquisitions*), na sigla em inglês, ou Fusões e Aquisições (A&F). Os investimentos A&F são, ao contrário dos *greenfields*, a compra de ativos e empresas em outros países (DUNNING, LUNDAN, 2008, p. 15). Como há a aquisição apenas das empresas já existentes, por meio de fluxo de capitais, não há a criação de novos empregos, tampouco transferência de tecnologias. Dessa forma, os investimentos *brownfield*, ou M&As são menos preferíveis do que os de tipo *greenfield*.

De acordo com alguns autores, os IED's são uma forma de capturar empresas e mercados exteriores para, de certa forma, subjugar-los. De acordo com Chesnais (1996, p. 55 *apud* Hendler e Rodrigues, 2018, p. 7-8),

(...) a ideia de penetração, seja para depois esvaziar os concorrentes locais, seja para 'sugar' as tecnologias locais, faz parte desse aspecto 'estratégico' do investimento direto e, geralmente, está inserido num processo complexo de tentar antecipar as ações e reações dos concorrentes. [...] Esse termo remete à existência, no contexto de estruturas de oferta concentradas, de mecanismos de apropriação e de centralização, pelas companhias mais fortes, de ativo ou riquezas produzidos por agentes econômicos.

Dessa forma, os investimentos em outros países passam a ter um objetivo não de expansão das empresas, mas seguem um padrão predatório em relação à competição de empresas do exterior.

Não se pode, entretanto, colocar todos os IEDs como formas predatórias de investimentos, das maiores empresas em relação às menores. Dificilmente, colocar-se-ia o investimento em um país como uma forma de coerção, ou como uma ferramenta de estadística econômica negativa.

No entanto, países como a China têm se utilizado deste tipo de investimento para expandir seu poder pelas diversas regiões do mundo. Alguns autores, como Reilly (2013) e Chong (2014), demonstram como os IEDs podem se tornar um instrumento de controle da

---

<sup>24</sup> “[...] where a company decides to build a new factory or an assembly plant in a foreign country, and where it finances the investment from home country sources. Such investment, which brings with it a bundle of financial, technological and management resources, is also the kind of high-profile investment that countries or regions have sought to attract through a variety of policy initiatives.” (DUNNING, LUNDAN, 2008, p. 15).

economia e política local. Reilly (2013) aborda esta perspectiva a partir da entrada dos capitais chineses na Austrália e as consequências geradas por estes movimentos.

Já Chong (2014), aborda a influência chinesa em Singapura (de onde o autor é residente), demonstrando de que forma os investimentos de empresas chinesas, sejam elas de capital privado (POEs) ou estatal (SOEs), influenciam geopoliticamente o território não só de Singapura, mas de todos os países do sudeste asiático. Para se compreender melhor o funcionamento de IEDs como uma ferramenta de política externa, o perfil econômico chinês será analisado no próximo capítulo, e o capítulo três apresentará os investimentos realizados pelas firmas chinesas na região do sudeste da Ásia.

### 3. A POLÍTICA EXTERNA CHINESA NA CONTEMPORANEIDADE

O último quarto do século XX e início do século XXI foram marcados por um contínuo crescimento da importância chinesa nas cadeias de produção de valor global. Inicialmente, a abertura parcial dos mercados para o exterior se deu com a passagem de poder de Mao Tsé-Tung para Deng Xiaoping, em meados da década de 70, e a consequente reforma nos setores comerciais da economia chinesa.

Apesar de Deng ter sido um grande reformista, influenciando o modo como a China se desenvolveu a partir dos anos 70, a história da política externa chinesa anterior a ele foi baseada em princípios diferentes. Durante o grande parte do século XIX a China esteve sob o domínio da Grã-Bretanha, uma potência estrangeira que a subjugou militarmente, economicamente e dava passos à conquista cultural. Como a questão cultural sempre foi muito cara aos chineses - que tem uma história milenar e é bastante influenciada por ideias como o confucionismo - e estava sendo ameaçada, houve a criação de algumas teorias que vinculavam a cultura chinesa a um nacionalismo, este centralizado no próprio Estado ou na união de diversas etnias tidas como “chinesas” - mongóis, tibetanos, chineses, etc. - com o objetivo de salvaguardar a tradição cultural da China (ZHIMIN, 2006).

A opção por um nacionalismo de Estado foi mais bem aceita pelo presidente Chiang Kai-shek (1887-1975), líder do Partido Nacionalista Chinês, conhecido por *Kuomintang* (KMT). O KMT era um partido que tinha ideais nacionalistas e anti-coloniais, que reduziu drasticamente os privilégios de que gozavam as potências externas, arrecadando, neste período, grande status diplomático (ZHIMIN, 2006, p. 40). Porém, o triunfo da política nacionalista do KMT entrou em declínio quando o governo de Chiang foi incapaz de lidar com a invasão da japonesa da Manchúria, em 1931.

Aliando a incapacidade do governo central do KMT de lidar com a ameaça do Império japonês; os conflitos internos que dividiam o processo de tomada de decisão deste partido e a má gestão da economia chinesa, surgiram outras alternativas ao poder vigente. Entre estas alternativas, estava a do Partido Comunista Chinês (PCC), de Mao Tsé-Tung. No entanto, mesmo com as tentativas do KMT de levantar a bandeira do nacionalismo chinês, na busca de manter a cultura chinesa e suas tradições vivas, foi o PCC que conseguiu unir o povo chinês em torno de um objetivo comum, tendo a invasão japonesa e o apoio do campesinato como catalisadores do movimento nacionalista (ZHIMIN, 2006, p. 40).

O enfrentamento dos japoneses se deu, em grande parte, de forma centralizada nas forças do PCC e do KMT. Posteriormente, de acordo com Pomar (2003, p. 57), houve em 1937

a incorporação dos comunistas do Exército Vermelho nas fileiras do Exército Nacional de Chiang, embora o Partido Comunista mantivesse territórios conquistados e a organização militar próprias. A junção das forças armadas dos rivais políticos se deu pela percepção de Mao de que tanto as forças do KMT quanto as do PCC - separadamente - não venceriam o Japão e, portanto, precisavam se unir contra o inimigo em comum (POMAR, 2003). Por este motivo, as forças nacionalistas e os comunistas interromperam a Guerra Civil se tomava corpo na China e se uniram para combater o avanço nipônico (POMAR, 2003, p. 57), no movimento que ficou conhecido como Segundo Fronte Unido.

Dessa forma, com o PCC conseguindo angariar poder político entre a população - embora conjunta com o KMT durante algum tempo - contra os japoneses, tornou-se a maior força política do país. Após a expulsão japonesa da China, em 1945, houve o retorno do conflito envolvendo o governo de Chiang e o PCC - que já se desenrolava durante o embate contra os japoneses. As forças de Mao saíram vitoriosas ao final da Segunda Guerra, mais bem estabelecidas e capazes de levar adiante uma guerra de civil contra o Kuomintang. Com a superioridade de forças resultante do apoio político acumulado durante a luta contra o Japão e das grandes massas rurais apoiadoras do partido, o PCC saiu vitorioso dos confrontos fundando, em 1949 a República Popular da China (RPC), com o recolhimento de Chiang e das tropas nacionalistas para a ilha de Taiwan, que se tornou a sede da República da China. Assim, Mao assumiu o posto de secretário geral do PCC, sendo o primeiro presidente da RPC, levando a cabo políticas públicas e política externa que serão analisadas na próxima seção.

Para entender como se desenvolveu a política externa de Mao, faz-se necessário entender como foi a sua ascensão ao poder e quais foram as estratégias que o levaram a se tornar o primeiro presidente da RPC. Grande parte das estratégias que moldaram a política externa do regime de Mao foram construídas durante a guerra civil chinesa.

A revolução comunista foi iniciada na China já em meados da década de 1920, com a criação do Partido Comunista Chinês sendo criado no ano de 1921. A partir de então, o KMT passou a perseguir os filiados ao PCC e também os políticos da ala mais à esquerda do espectro político do próprio *Kuomintang*. O movimento revolucionário de Mao contra o governo nacionalista de Chiang se deu a partir da zona rural, onde era possível ter apoio dos habitantes locais, ficando longe dos centros urbanos dominados politicamente pelo KMT e aproveitando-se dos conflitos entre os políticos das províncias interioranas (TSOU e HALPERIN, 1965, p. 87-90). Com a ideologia do PCC desgastada e reprimida nos principais centros urbanos, Mao via-se em uma clara posição de desvantagem militar. As estratégias por ele (Mao) desenvolvidas

[...] consistiam em combinar a capacidade de enfrentar a realidade diretamente e a determinação de mudar essa realidade. Por um lado, ele percebeu completamente a diferença entre seu objetivo e seus meios, não abrigava ilusão sobre a força relativa do Kuomintang e dos comunistas e detectou corretamente o contraste entre o poder militar do Kuomintang e a fraqueza política. Por outro lado, ele evoluiu gradualmente um conjunto de doutrinas, princípios e preceitos que governam suas ações político-militares que, em primeira instância, lhe permitiriam sobreviver ao ataque das forças nacionalistas vastamente superiores, depois expandir seu próprio poder e, finalmente, transformar o equilíbrio das forças sociais a seu favor e obter a vitória final na revolução.<sup>25</sup> (TSOU e HALPERIN, 1965, p. 84, tradução livre)

Com plena consciência das suas capacidades, militares e políticas, Mao e o PCC não criavam expectativas acerca de uma rápida e decisiva vitória sobre o regime de Chiang. Dessa forma, foi adotada uma estratégia de luta prolongada, do campo para a cidade. Essa estratégia consistia em arrecadar apoio no campo, principalmente a nível militar, e fazer incursões nas cidades, com táticas de guerrilha (TSOU e HALPERIN, 1965, p. 87). Adotando a estratégia de utilizar grandes contingentes em batalhas decisivas e minar as forças republicanas de Chiang utilizando táticas de guerrilha, a disparidade de forças era contornada (TSOU E HALPERIN, 1965, p. 84), as perdas militares das forças do PCC eram minimizadas, enquanto as perdas por parte das forças do KMT eram maximizadas, o que no longo prazo era insustentável; e, ao mesmo tempo, derrubava a moral do regime dos nacionalistas.

Essa estratégia de Mao de fazer uma revolução saindo do campo e combatendo na cidade moldou também uma das principais linhas de ação da política externa chinesa na época. Dado que, desde a tomada do poder pelo PCC, Mao e seus camaradas se punham na contramão daqueles que denominavam “imperialistas”, referindo-se às potências ocidentais, como norte-americanos, europeus, etc.

### 3.1. A POLÍTICA EXTERNA DA ERA MAO

Durante o enfrentamento contra Chiang, por volta de 1946, Mao desenvolveu quatro pontos que guiaram a política externa da China durante seu governo. Estes quatro pontos foram os seguintes:

Primeiro, uma guerra total entre os Estados Unidos e a União Soviética no futuro imediato era improvável. Segundo, a luta no futuro imediato entre os

---

<sup>25</sup> “[...] consisted in combining an ability to face reality squarely and a determination to change that reality. On the one hand, he fully realized the gap between his goal and his means, harbored no illusion about the relative strength of the Kuomintang and the Communists, and correctly detected the contrast between the Kuomintang's military might and political weakness. On the other hand, he gradually evolved a set of doctrines, principles and precepts governing his political-military actions which would in the first instance enable him to survive the attack of the vastly superior Nationalist forces, then to expand his own power, and finally to transform the balance of social forces in his favor, and to attain ultimate victory in the revolution.” (TSOU e HALPERIN, 1965, p. 84).

campos socialista e imperialista ocorreria ‘na vasta zona’ que separa os Estados Unidos e a União Soviética, que incluía ‘muitos países capitalistas, coloniais e semicoloniais na Europa, Ásia e África’. Esta tese foi a origem do conceito controverso da zona intermediária. Terceiro, a bomba atômica é um ‘tigre de papel’<sup>26</sup> porque ‘o resultado de uma guerra é decidido pelo povo, não por um ou dois novos tipos de armas’. Quarto, todos os reacionários, incluindo ‘os reacionários dos Estados Unidos’, são tigres de papel. Aparentemente, os reacionários são aterrorizantes, mas, na realidade, não são tão poderosos do ponto de vista de longo prazo.’ Essas quatro teses representaram a primeira avaliação independente de Mao da situação global que o movimento comunista internacional enfrentava.<sup>27</sup> (TSOU E HALPERIN, 1965, p. 81, tradução livre).

Levando isso em consideração, podemos separar a política externa chinesa no período de Mao em três momentos: a estratégia de inclinação para o lado soviético (“*yibiandao*”), o afastamento das grandes potências (“*liangge quantou daren*”), e a retomada das relações com o ocidente (“*yitiaoxian*”) (CHENG e ZHANG, p. 98). A primeira estratégia diz respeito ao início do governo do PCC, em 1949. A ideia de um alinhamento de perspectivas com a União Soviética parecia, à época, a opção mais provável. Dado tanto a proximidade geográfica quanto o fato de serem os dois maiores países socialistas do mundo, o alinhamento de políticas chinesas e soviéticas foi o primeiro passo da política externa chinesa. Isso se deu especialmente pela necessidade de proteção contra os países imperialistas ocidentais, já que a China passava por um momento de fragilidade após a guerra civil (CHENG e ZHANG, p. 95-96), enquanto a União Soviética saiu da Segunda Guerra fortalecida com grandes contingentes militares. No entanto, o alinhamento das políticas externas soviética e chinesa não perdurou muito tempo.

De acordo com Tsou e Halperin (1965, p. 83), o governo maoísta visava fomentar as lutas de libertação e os movimentos anti-coloniais. No que se refere a estas lutas de libertação e movimentos anti-coloniais, os chineses apoiaram os movimentos africanos e asiáticos. Assim, era posta em prática a ideia de luta contínua da zona rural para as cidades, sendo o campo os países colonizados e explorados (africanos e asiáticos, em especial), enquanto a cidade referia-se aos países colonizadores (ZHIMIN, 2006, p. 44). Com essa estratégia em prática, visava-se libertar as populações de tais países, principalmente por meio de revoluções socialistas,

<sup>26</sup> Tigre de Papel (“paper tiger”), segundo o Collins Dictionary, é uma pessoa, país ou objeto que à primeira vista parece ameaçador, mas que não oferecem nenhum perigo.

<sup>27</sup> “First, an all-out war between the United States and the Soviet Union in the immediate future was improbable. Second, the struggle in the immediate future between the socialist and imperialist camps would take place in “the vast zone” separating the United States and the Soviet Union which included “many capitalist, colonial and semi-colonial countries in Europe, Asia and Africa.” This thesis was the origin of the controversial concept of the intermediate zone. Third, the atomic bomb is a “paper tiger” because “the outcome of a war is decided by the people, not by one or two new types of weapons.” Fourth, all reactionaries, including “the United States reactionaries” are paper tigers. “In appearance, the reactionaries are terrifying, but in reality they are not so powerful from the long-term point of view.”<sup>4</sup> These four theses in what amounted to Mao’s first independent assessment of the global situation confronting the international Communist movement (...).” (TSOU e HALPERIN, 1965, p. 81).



enfraquecendo assim as metrópoles no longo prazo, enquanto angariavam aliados para a causa socialista ao redor do mundo.

A ideia de internacionalismo da revolução socialista - que deu forma ao apoio das lutas de libertação na África e Ásia - foi um ponto central no pensamento de política externa chinesa no período maoísta. No entanto, a ideia de internacionalismo conflitava com a ideia de nacionalismo chinês, que foi um dos fatores principais para a subida de Mao ao poder, levando em conta também a visão de centralidade da China no ambiente internacional, derivada de uma longa tradição de pensamento (TSOU e HALPERIN, 1965, p. 81; ZHIMIN, 2006). A União Soviética, no entanto, tinha uma visão diferente em relação às lutas de libertação nacional. As operações soviéticas nos países que estavam participando dos processos de independência promoviam o que pode ser visto como um “imperialismo soviético”, principalmente na África. Os chineses eram contra esse tipo de atuação, pois acreditavam na ideia de internacionalização da revolução. Essas contradições enfrentadas entre o internacionalismo da revolução e o nacionalismo chinês levaram a embates no campo político com a União Soviética (URSS).

Após um período inicial de alinhamento com a União Soviética, passou a ser cada vez mais evidente a desigualdade da relação sino-soviética. De certa forma, a China cedia parte de sua autonomia no campo diplomático para um alinhamento em relação às pautas soviéticas, o que causava descontentamento por parte de Mao, que discordava de aspectos essenciais de como lidar com determinados assuntos - como a questão das lutas de libertação, o desenvolvimento de um programa nuclear chinês, o revisionismo soviético, entre outros. Após a Revolução Cultural chinesa - que foi um movimento sociocultural liderado pelo governo de Mao, em 1966, tendo como objetivo derrubar não apenas o imperialismo, mas também o revisionismo moderno, assim como para abafar os desastres sociais resultantes do Grande Salto Adiante<sup>28</sup> - a China elegeu como novo inimigo número um a União Soviética (ZHIMIN, 2006, p. 44). O acúmulo das tensões envolvendo os dois maiores países socialistas do mundo - China e União Soviética - resultou em um conflito armado em 1969, vitimando por volta de duzentos militares de ambos os países, numa escalada que quase os levou a um conflito nuclear<sup>29</sup>.

Devido aos conflitos com a União Soviética e aos desacordos ideológicos, deu-se o início da fase mais radical da política externa chinesa, período em que a China não estava

---

<sup>28</sup> As políticas levadas a cabo durante o Grande Salto Adiante causaram, direta ou indiretamente milhões de mortes de camponeses e pessoas que viviam na cidade. De acordo com o professor de Hong Kong Frank Dikotter, em seu livro “*Mao’s Great Famine*”, estima-se que cerca de 45 milhões de chineses morreram durante a duração do grande salto adiante.

<sup>29</sup>Sino-Soviet Border Conflict. Wikipédia. Disponível em: <[https://en.wikipedia.org/wiki/Sino-Soviet\\_border\\_conflict](https://en.wikipedia.org/wiki/Sino-Soviet_border_conflict)>. Acesso em 28 de Julho de 2020.

alinhada às superpotências. Ao norte, a presença soviética representava ameaça por quatro mil quilômetros de fronteiras, à leste, a ilha de Taiwan e a presença norte-americana ameaçavam toda a costa e o mar territorial; e, ao sul, a Guerra do Vietnã trazia instabilidade para a região (ZHIMIN, 2006, p. 45).

O rompimento das relações sino-soviéticas se deu, em grande parte, pelas relações cultivadas entre norte-americanos e soviéticos, após a morte de Stalin e a passagem de poder para Nikita Krushev. Na percepção chinesa, a posição soviética “[...] foi percebida como pronta para cooperar com os EUA para controlar o mundo e impor muitas exigências irracionais à soberania da China”<sup>30</sup> (CHENG e ZHANG, p. 97). Quando os chineses se impuseram contra essas demandas, a União Soviética passou a ameaçá-los politicamente, economicamente e militarmente, além de quebrar contratos firmados entre os países e acabar com a ajuda que era dada à China.

No entanto, com o fim das relações sino-soviéticas e a instabilidade que se alastrava por todo o entorno chinês, como citado acima, a percepção de Mao era de que a existência da China estava em perigo. A ameaça soviética das fronteiras ao norte trazia grande instabilidade para a China comunista, que ainda tentava se recompor dos anos de guerra, estabelecer uma economia forte e reforçar suas forças armadas.

Assim, de acordo com Zhimin (2006, p. 45), devido à mudança do paradigma de política externa que levou a China a romper as relações com a União Soviética, uma comunicação efetiva com os norte-americanos assim como a necessidade de manter a segurança do território chinês fizeram com que as relações fossem restabelecidas com os Estados Unidos (“*yitiaoxian*”). Com esse movimento de restabelecimento das relações com os Estados Unidos, as relações foram normalizadas com boa parte dos países ocidentais.

Com a ameaça de um conflito armado contra a URSS, o único país militarmente capaz de fazer oposição ao poderio soviético eram os Estados Unidos. Com a União Soviética fazendo pressão em diversas partes do mundo, em especial o acirramento da Guerra do Vietnã, os Estados Unidos procuraram por aproximação com a China, que viu uma oportunidade de tirar proveito do conflito entre as duas superpotências. De acordo com Mao, “temos de conquistar uma das duas superpotências (hegemons), nunca brigar com dois punhos, [...] podemos tirar

---

<sup>30</sup> “[...] was perceived to be ready to cooperate with the US to control the world and impose many unreasonable demands on China’s sovereignty.” (CHENG e ZHANG, p. 97).

proveito da contradição entre as duas superpotências, e essa é a nossa política.”<sup>31</sup> (CHENG e ZHANG, p. 98).

Tendo como ideal a dissuasão da União Soviética, uma aproximação estratégica sino-americana foi formalizada por volta de 1972. As relações entre China e Estados Unidos continuaram a crescer durante a década de 70 e foram reforçadas nas décadas seguintes. Dessa forma, o paradigma estratégico internacional chinês mudou. A segurança da China comunista foi posta à frente de sua missão revolucionária (ZHIMIN, 2006, p. 45). Os principais responsáveis pela aproximação entre os dois países foram Deng Xiaoping e Henry Kissinger sendo essa aproximação e estreitamento dos laços responsável, em parte, pelo grande crescimento na economia chinesa, o que ficou conhecido como “milagre chinês”. Isso ocorreu enquanto Deng era secretário geral do PCC e presidente da RPC, período que será analisado na próxima seção.

### 3.2. A POLÍTICA EXTERNA DE DENG XIAOPING

Com a morte de Mao em 1976 e a ascensão de Deng Xiaoping ao cargo de presidente da República Popular da China em 1978, deu-se o início de uma nova fase na política externa chinesa, não deixando de lado alguns princípios das décadas anteriores. No entanto, pode-se considerar que apesar de seguir os princípios basilares da política externa chinesa, Deng foi também um reformador. Há uma frase que é atribuída à Deng, que diz: “não importa a cor do gato, desde que ele cace o rato”.

Levando em consideração a situação que a China vivia, a interpretação desta frase pode ser vista como um chamado a reformas em determinadas políticas que seriam consideradas errôneas na percepção de Deng, mas visando os mesmos fins da política do Partido Comunista. Dessa forma, o mandato de Deng foi marcado por modernizações econômicas, aumento do comércio e incentivos à produção industrial. De acordo com Zhimin (2006, p. 46), a melhoria do padrão de vida da população foi tomada como uma tarefa central, além de ocorrer um incentivo a reformas internas, investimento e aumento do comércio internacional.

Para isso, foi fundamental a manutenção de boas relações com os Estados Unidos e com o ocidente, que propiciaram uma estabilidade internacional importante para que as políticas econômicas de Deng rendessem bons resultados. A partir de 1982, novas bases para a política externa chinesa foram lançadas, enfatizando os conceitos de “paz e independência”,

---

<sup>31</sup> “We must win over one of the two superpower (hegemons), never fight with two fists, [...] we can take advantage of the contradiction between the two superpowers, and that is our policy.” (CHENG e ZHANG, p. 98).

que serão benéficos para o desenvolvimento econômico e social a longo prazo da China. Segundo um estudioso chinês, 'paz' indica que 'a China formula sua política externa do ponto de vista daquilo que é benéfico para a paz e estabilidade internacional e regional, em vez do ponto de vista da busca de superioridade militar'. 'Independência' significa que 'a China formula sua política externa de acordo com seus interesses nacionais e os interesses comuns dos povos de todos os países do mundo'. Além disso, a nova política também abandonou a maioria dos elementos ideológicos da política externa da China. Em outras palavras, o relacionamento da China com outros países não seria mais decidido pela ideologia, mas pelo interesse nacional. Portanto, a China poderia desenvolver um bom relacionamento com qualquer país - independentemente de sua ideologia socialista no estilo soviético ou capitalista - desde que não representasse uma ameaça à segurança da China e pudesse ajudar os esforços de modernização chinesa.<sup>32</sup> (ZHIMIN, 2006, p. 46, tradução livre).

O fato de deixarem as alianças ideológicas de lado permitiu que a política externa chinesa voltasse a ser tratada sob um aspecto de pragmatismo, ou seja, independentemente de aspectos contraditórios em relação às políticas internas adotadas pela China, seriam preferíveis as alianças que pudessem fazê-los prosperar. Isso pode ser considerado como uma mudança da ideia do fervor nacionalista revolucionário para um nacionalismo mais pragmático, voltado à resolução do real problema chinês - a fraqueza econômica (ZHIMIN, 2006, p. 46-47).

Dessa forma, todo o esforço chinês voltou-se para o crescimento econômico interno. De acordo com Corrêa (2015, p. 193),

A política econômica, da era Deng Xiaoping, passou a ter como foco o crescimento econômico sustentável (sem nenhum caráter ambiental), visando legitimar o Partido Comunista Chinês (PCC) no poder. Toda a gestão da política fiscal, cambial e monetária objetivou prioritariamente o crescimento econômico e o aumento do emprego. Nesse período, a significativa expansão do PIB chinês foi impulsionada pelo processo de urbanização e de industrialização [...].

Embora o processo de industrialização levado a cabo no governo de Mao tenha surtido efeitos nefastos na época de sua implantação, acabou gerando resultados no governo de Deng. Corrêa (2015, p. 191) afirma que após as reformas estruturais realizadas por Deng, “a participação do setor industrial na economia chinesa cresceu ainda mais e passou a responder por 46% do PIB, enquanto a agricultura teve sua participação reduzida para 10% do PIB.”

O aumento da produção industrial e a estabilidade em que se encontrava o ambiente internacional propiciou o estabelecimento de sólidas relações econômicas entre a China e os países ocidentais - especialmente com países europeus -, com o Japão e também reatar as

---

<sup>32</sup> “[...] which will be beneficial to China’s long-term economic and social development. According to one Chinese scholar, ‘peace’ indicates that ‘China formulates its foreign policy from the viewpoint of whether it is beneficial to international and regional peace and stability, instead of the viewpoint of pursuing military superiority’. ‘Independence’ means that ‘China formulates its foreign policy according to its national interests and the common interests of peoples of all the countries in the world’. Furthermore, the new policy also abandoned most of the ideological elements in China’s foreign policy. In other words, China’s relationship with other countries would no longer be decided by ideology, but rather by national interest. China therefore could develop a good relationship with any country—regardless of its capitalist or Soviet-style socialist ideology—as long as it did not pose a security threat to China, and could help China’s modernization efforts.” (ZHIMIN, 2006, p. 46).

relações com a União Soviética (ZHIMIN, 2006, p. 47). De acordo com Zhimin (idem), “de 1978 a 1989, o volume do comércio da China aumentou de cerca de 20 bilhões de dólares para 111,7 bilhões de dólares. Conseqüentemente, a taxa de dependência do comércio exterior passou de 12,6% na década de 1980 para 29,7% em 1990.”<sup>33</sup>. Para o sucesso no desenvolvimento da economia industrial chinesa e dos ganhos com o comércio internacional, dois fatores, além das reformas de Deng, foram essenciais neste processo: a entrada de investimentos provenientes de residentes chineses do exterior - principalmente de Hong Kong e Cingapura - e a criação das Zonas Econômicas Especiais (ZEEs) (CORRÊA, 2015, p. 192-193).

O recebimento de IED's dos residentes chineses do exterior auxiliaram na criação de novas empresas e absorção de tecnologias e *know-how*, que geralmente era feito por meio de *joint ventures* entre o Estado chinês e companhias multinacionais, que tornou a curva de assimilação tecnológica mais rápida (CORRÊA, 2015, p.192). Além disso, as ZEEs eram utilizadas como ponto de armazenamento e distribuição de mercadorias de outros países próximos à China, principalmente Hong Kong e Cingapura (CORRÊA, 2015, p. 193).

As ZEEs cumpriram papel essencial no desenvolvimento chinês por oferecerem um ambiente próspero para os negócios, que fomentava o empreendedorismo das empresas locais e também atraía grandes empresas estrangeiras, que aceleravam o processo de assimilação dos métodos de produção voltados, sobretudo, para as áreas da tecnologia. O formato das ZEEs cumpria muito bem o que fora pensado por Chen Yun, principal idealizador das reformas que foram implementadas na China no governo de Deng. Chen tinha a ideia de implementar a “*birdcage economy*”, ou seja, a economia como uma gaiola de pássaros. A gaiola seria o planejamento do Estado, enquanto o pássaro - a economia - poderia voar dentro do espaço estabelecido pelos planos do governo.

No entanto, no ano de 1989, ocorreram os protestos que resultaram no Massacre da Paz Celestial, quando o governo chinês suprimiu as manifestações pacíficas da população que clamavam por mudanças. Os manifestantes protestavam contra a corrupção do Partido Comunista e pediam mais rapidez nas reformas econômicas. O governo respondeu aos protestos com o envio e utilização das forças armadas contra a população revoltosa. A estimativa é que de sete a dez mil pessoas morreram durante o incidente. Em resposta aos atos de repressão, os países do ocidente iniciaram um embargo econômico contra a China.

---

<sup>33</sup> “From 1978 to 1989, China’s trade volume increased from around US\$20 billion to US\$111.7 billion. Consequently, the foreign trade dependency rate rose from 12.6% in the 1980s to 29.7% in 1990.” (ZHIMIN, 2006, p. 47).

Além do embargo, outro acontecimento levou instabilidade à região: a queda da União Soviética. Para os membros do comitê central do PCC, Deng declarou:

Em resumo, minhas opiniões sobre a situação internacional podem ser resumidas em três frases. Primeiro, devemos observar a situação friamente. Segundo, devemos nos manter firmes. Terceiro, devemos agir com calma. Não fique impaciente; não é bom ser impaciente. Devemos ficar calmos, calmos e novamente calmos, e mergulhar silenciosamente no trabalho prático para realizar algo - algo para a China.<sup>34</sup> (CHENG e ZHANG, p. 100, tradução livre).

Analisando as palavras de Deng, pode-se perceber uma nova linha pela qual a China guiaria sua política externa a partir daquele momento. A ideia de não retroceder - se manter firme - e de manter a calma fariam com que o desenvolvimento da China tanto no campo econômico quanto no político, na arena internacional, fosse silencioso. A política externa chinesa não deveria, portanto, ser voltada à contestação do *status quo* global, sobretudo pela imprevisibilidade do ambiente internacional. Deng, sobre a situação internacional vivida no início dos anos 90 afirmava que “alguns países em desenvolvimento gostariam que a China se tornasse líder do terceiro mundo”<sup>35</sup> (CHENG e ZHANG, p. 100, tradução livre); no entanto, não estavam para exercer essa função pois não eram fortes o suficiente. A ideia de Deng era agir na esfera internacional para a criação de um ambiente multipolar (CHENG e ZHANG, p. 100), não mais focado apenas em duas grandes superpotências, como durante a Guerra Fria e tampouco um ambiente unipolar, como aquele que se desenhava a partir de 1991 a favor dos Estados Unidos.

Além disso, neste período um tanto turbulento pelo qual não só a China estava passando, mas o mundo inteiro, com diversas mudanças no sistema internacional, Deng voltou a reafirmar os cinco princípios da coexistência pacífica. Estes pontos foram elaborados por China, Índia e Mianmar, na década de 50, e pode ser sumariado da seguinte forma: respeito mútuo pela soberania e integridade territorial, não-agressão mútua entre os países, não-interferência na política interna dos Estados, igualdade e benefícios mútuos e coexistência pacífica<sup>36</sup>. Os cinco princípios nortearam a política externa chinesa desde os anos 50 e

---

<sup>34</sup> In short, my views about international situation can be summed up in three sentences. First, we should observe the situation coolly. Second, we should hold our ground. Third, we should act calmly. Don't be impatient; it is no good to be impatient. We should be calm, calm and again calm, and quietly immerse ourselves in practical work to accomplish something - something for China.” (CHENG e ZHANG, p. 100).

<sup>35</sup> “Some developing countries would like China to become leader of the Third World.” (CHENG e ZHANG, p. 100).

<sup>36</sup> The Five Principles of Peaceful Coexistence - The time-tested guideline of China's policy with neighbours. Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China, 2014. Disponível em: <[https://www.fmprc.gov.cn/mfa\\_eng/wjb\\_663304/zwjg\\_665342/zwbd\\_665378/t1179045.shtml](https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjb_663304/zwjg_665342/zwbd_665378/t1179045.shtml)>. Acesso em: 22 de maio de 2020.

prosseguiam fazendo-o posteriormente ao mandato de Deng. Na próxima seção, será analisada a política externa do período de Xi Jinping, período mais atual da política chinesa.

### 3.3. A POLÍTICA EXTERNA NA ERA XI JINPING

O governo de Xi Jinping tem seu início no ano de 2013 e dura até os dias atuais. Neste período em que grandes mudanças ocorreram no sistema internacional, particularmente após a crise mundial de 2008, torna-se crucial a análise da política externa chinesa deste período. No entanto, antes de analisar o governo de Xi, faz-se necessário entender a política externa do governo anterior, de Hu Jintao, período no qual houve a implementação de políticas que serão, posteriormente, usadas como base por Xi.

A China foi governada por Hu de 2003 a 2013, período em que enfrentava sérios problemas de identidade frente ao sistema internacional pois, segundo Suisheng (2010), a China os tinha pela natureza contraditória de sua identidade tanto como uma grande potência quanto como um país em desenvolvimento. O crescimento econômico chinês foi acelerado durante um grande período de tempo, devido, sobretudo, às políticas econômicas implementadas por Deng Xiaoping e aperfeiçoada por seus sucessores, mas os aspectos de uma nação em desenvolvimento ainda estavam presentes.

Entretanto, mesmo demonstrando métricas de crescimento econômico bastante favoráveis, a China ainda enfrentava algumas contradições políticas internas e não se mostrava forte o suficiente para enfrentar as grandes potências no ambiente internacional. A política de “*low profile*” adotada na era Deng ainda se fazia presente no mandato de Hu, mas tornava-se cada vez mais difícil manter este tipo de estratégia, já que

[...] o rápido crescimento econômico, político e militar chinês, fez com que a diplomacia chinesa se tornasse cada vez mais ativa e a China expandir sua influência [...] Como resultado, alguns analistas acreditam que a China ‘está se movendo cautelosamente além do paradigma de desenvolvimento modesto.’<sup>37</sup> (SUIHENG, 2010, p. 357-358, tradução livre).

Dessa forma, apesar de procurar manter a descrição do seu desenvolvimento, o crescimento econômico chinês passou a ser visto como uma porta de entrada para as grandes questões de política internacional. A aproximação com os Estados Unidos e as potências ocidentais, em especial os países europeus, entrou em conflito com as relações mantidas pela China com países em desenvolvimento da Ásia, da África e da América Latina. Particularmente

---

<sup>37</sup> “[...] the rapid growth of China’s economic, political and military strength, however, Chinese diplomacy became increasingly active and China significantly expanded its influence [...]. As a result, some analysts found that China ‘seems to be moving gingerly beyond the paradigm of developmental modesty’.” (SUIHENG, 2010, p. 357-358).

no que se refere à segurança energética, a China mantinha laços econômicos com países de regimes políticos ditatoriais, tendo históricos de não respeitarem os direitos humanos, situação que levou seus parceiros ocidentais a exigirem um posicionamento acerca destas questões. Exemplos disso podem ser vistos na questão dos testes nucleares realizados pela Coreia do Norte, o desenvolvimento de tecnologia nuclear no Irã e na guerra civil ocorrida no Sudão (SUIHENG, 2010, p. 371). Todos esses países eram importantes parceiros comerciais da China, principalmente como fornecedores de petróleo.

Portanto,

para encontrar um equilíbrio entre manter amizades tradicionais com seus aliados do mundo em desenvolvimento e responder às preocupações diplomáticas dos EUA, enquanto os líderes chineses ainda insistem no princípio de não interferência nos assuntos domésticos de outros países, a China se juntou aos Estados Unidos para denunciar os testes nucleares da Coreia do Norte em outubro de 2006, e em junho de 2009 votaram a imposição e o reforço de sanções contra o Irã, apoiaram o envio de uma força da União das Nações Unidas para a África em Darfur e até enviaram seus próprios engenheiros militares para se unir à força em 2007.<sup>38</sup> (SUIHENG, 2010, p. 371, tradução livre)

O princípio de não-ingerência era bastante importante na política externa chinesa, por conta do trauma do imperialismo ocidental no século XIX. A China, desde Mao, pregava a não-interferência nos assuntos internos de outros países, o que levou inclusive ao afastamento em relação à União Soviética, alguns anos antes.

Ademais, a crise de 2008, que teve consequências no mundo todo, trouxe uma maior liberdade de ação para a política externa chinesa ser mais assertiva no ambiente internacional, já que houve a necessidade de os Estados Unidos focarem em seus assuntos internos para solucionar os efeitos gerados pela crise e reconstruírem sua economia interna. Como expõe Suisheng (2010, p. 360, tradução livre), “como uma potência em ascensão com crescente influência global, a China não só se sentiu mais segura e confiante, mas também aspirava assumir uma diplomacia mais ativa.”<sup>39</sup>. No que se refere à política chinesa para o sudeste asiático, houve a incursão da China com a “política da boa vizinhança”, com o envio de investimentos maciços chineses, procurando balancear o *low profile* chinês com o ativismo internacional (SUIHENG, 2010, p. 374-377). Além disso, a China pôde criar laços

---

<sup>38</sup> “To find a balance between maintaining traditional friendships with its developing-world allies and being responsive to US diplomatic concerns, while Chinese leaders still insist on the principle of non-interference in other countries’ domestic affairs, China did join the United States to denounce North Korea’s nuclear tests in October 2006 and June 2009, voted to impose and tighten sanctions on Iran, supported the deployment of a UN–African Union force in Darfur and even sent its own military engineers to join the force in 2007.” (SUIHENG, 2010, p. 371).

<sup>39</sup> “As a rising power with increasing global influence, China not only felt more secure and confident, but also aspired to take on a more active diplomacy.” (SUIHENG, 2010, p. 360).



econômicos e diplomáticos com países que, historicamente, estiveram ligados aos Estados Unidos. Dessa forma,

o sucesso da política de ‘boa vizinhança’ da China não apenas melhorou muito as relações da China com os países da Ásia-Pacífico, mas também aumentou drasticamente a influência da China na região. Este sucesso não foi incidental. Como um estudo sugeriu, o ‘crescente papel regional da China reflete um aumento nos recursos de energia subjacentes (alimentados principalmente pelo rápido crescimento econômico) e melhorias na capacidade de Pequim de transformar o poder em influência por meio de uma diplomacia eficaz’.<sup>40</sup> (SUIHENG, 2010, p. 377, tradução livre).

Não obstante os ganhos econômicos e políticos chineses durante e no pós-crise de 2008, o poderio norte-americano ainda se mostrava pujante. A China ainda não tinha condições de contestar o *status quo*, porquanto se mostrava presa às frustrações salientadas anteriormente. Com isso, uma das estratégias adotadas por Pequim para tentar balancear o poderio estadunidense foi a extensão de seus acordos bilaterais e multilaterais a fim de construir uma rede de ativismo diplomático e econômico com os maiores *players* internacionais, incluindo a própria América, a Inglaterra, os países da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), a União Europeia, os BRICS (Brasil, Rússia, Índia e África do Sul), entre outros (SUIHENG, 2010, p. 368).

O fim do governo de Hu se deu em 2013, sendo sucedido por Xi Jinping. Durante o governo de Xi, algumas linhas de política externa adotadas no período Hu foram mantidas, mas novas políticas foram implementadas. Pode-se considerar que a mudança mais importante ocorrida nesse período, logo após Xi assumir o cargo de Presidente da RPC, foi a mudança do paradigma de “*low profile*” adotado por todos os governantes desde Deng Xiaoping, para uma política externa mais assertiva e proativa, buscando ter um papel mais destacado nas relações internacionais (ZHANG, 2015, p. 5-6; CHANG-LIAO, 2016, p. 82).

A política externa de Xi Jinping pode ser definida pelo seguimento da política externa de seus antecessores, mantendo a ideia de “ascensão pacífica” (*peaceful rise*). No entanto, levando em conta algumas clivagens em relação aos governos anteriores, Zhang (2015) introduz o conceito de “ascensão pacífica 2.0”. A esse novo modelo de política externa foram adicionadas três novas linhas de pensamento: a determinação de proteger os interesses chineses no ambiente internacional, a reafirmação da ideia do desenvolvimento pacífico e uma política externa mais proativa e coordenada a partir do alto escalão do PCC (ZHANG, 2015, p. 7-13).

---

<sup>40</sup> “The success of China’s ‘good neighbour’ policy not only greatly improved China’s relations with Asia-Pacific countries but also dramatically increased China’s influence in the region. This success was not incidental. As one study suggested, China’s ‘growing regional role reflects both an increase in underlying power resources (fuelled primarily by rapid economic growth) and improvements in Beijing’s ability to translate power into influence via effective diplomacy’.” (SUIHENG, 2010, p. 377).

Segundo Zhang (2015, p. 9, tradução livre),

Em seu discurso, enquanto Xi Jinping reafirmava a importância e o firme compromisso da China de aderir ao desenvolvimento pacífico, colocou uma ênfase sem precedentes na importância de proteger os interesses nacionais da China afirmando que 'continuaremos caminhando em direção do desenvolvimento pacífico, mas não devemos abandonar nossos direitos e interesses legítimos, não devemos sacrificar os interesses nacionais fundamentais'. Com base nisso, ele alertou ainda que 'nenhum país deveria esperar que nós [a China] fizéssemos um acordo com nossos próprios interesses principais' e 'nenhum país deveria esperar que a China engula o fruto amargo que mina nossa soberania, segurança e interesses de desenvolvimento'.<sup>41</sup>

Com essas declarações, Xi deixava claro que os interesses nacionais não seriam sacrificados, mesmo que isso implicasse no rompimento do ambiente pacífico. De acordo com Zhang (2015, p. 9), a estratégia de não se impor no ambiente internacional - levada a cabo pelos governantes anteriores - resultou em um ambiente desfavorável para o desenvolvimento chinês e que um ambiente propício para o desenvolvimento não necessariamente exigiria a ausência de conflito. Além disso, o conceito de interesse nacional chinês havia mudado, expandindo

de interesses de segurança (domésticos e externos) (*anquan liyi*) para incluir 'interesses de desenvolvimento' (*fazhan liyi*). Portanto, quaisquer questões que possam influenciar seriamente o desenvolvimento econômico da China, como fornecimento de recursos ou segurança marítima, podem ser vistas como um interesse nacional essencial, exigindo uma resposta vigorosa.<sup>42</sup> (ZHANG, 2015, p. 10, tradução livre).

Por outro lado, de forma contraditória, enquanto colocava os interesses chineses como uma prioridade, a China também reafirmava seu comprometimento com o desenvolvimento pacífico. Essa contradição se dava pois, para desenvolvimento de longo prazo e uma relação de benefícios mútuos entre os países eram as linhas gerais do desenvolvimento pacífico (SWAINE, 2015, p. 4), mas ao mesmo tempo a China buscava seus interesses por meio de atos unilaterais e até mesmo o uso da força, como por exemplo nos conflitos envolvendo embarcações militares chinesas contra pescadores vietnamitas as águas territoriais do Vietnã. Além disso, "Xi declara, no que diz respeito às disputas territoriais com os estados vizinhos e à estabilidade regional, que a defesa da soberania, segurança e integridade territorial serve como a 'base' sobre a qual

---

<sup>41</sup> "In his speech, while Xi Jinping restated the importance for, and the firm commitment of, China to adhere to peaceful development, he placed an unprecedented emphasis on the importance of protecting China's national interests by reportedly stating that 'We will keep walking on the peaceful development road, but we must not forsake our legitimate rights and interests, must not sacrifice core national interests'. On this basis, he further warned that 'no countries should expect us [China] to make a deal on our own core interests' and 'no countries should expect us [China] to swallow the bitter fruit that undermines our sovereignty, security, and development interests'." (ZHANG, 2015, p. 9).

<sup>42</sup> "[...] from security (domestic and external) interests (*anquan liyi*) to include 'development interests' (*fazhan liyi*). Thus any issues that might seriously influence China's economic development, such as supply of resources or maritime security, could be perceived as a core national interest, demanding a forceful response. China's growing overseas economic presence also adds new elements to China's evolving national interests." (ZHANG, 2015, p. 10).

a China ‘manterá boas relações com seus vizinhos e paz e estabilidade geral em nossa região’<sup>43</sup> (SWAINE, 2015, p. 10, tradução livre), demonstrando que os interesses nacionais, especialmente a segurança nacional, guiará as relações entre a China e os outros países.

Essa reafirmação do desenvolvimento pacífico chinês foi também um chamado à reciprocidade nas relações entre os países. Não somente a China deveria estar engajada no papel de desenvolver-se pacificamente, mas todos os países deveriam trabalhar juntos para a criação de um ambiente propício para o desenvolvimento comum, deixando de lado a mentalidade dos jogos de soma-zero da Guerra Fria (ZHANG, 2015, p. 10).

A terceira principal mudança realizada no governo de Xi foi a atuação mais proativa e assertiva da política externa. Chang-liao (2016, p. 83) apontam que durante os governos de Deng e Hu os processos de tomada de decisão da política externa chinesa tornaram-se bastante descentralizados, com vários grupos de interesse atuando paralelamente, “[...] incluindo militares, funcionários do governo local e empresas estatais, que gradualmente passaram a exercer influência sobre as relações externas da China, complicando a estrutura geral da política externa e de segurança do país.”<sup>44</sup> (CHANG-LIAO, 2016, p. 83, tradução livre).

Com isso, os objetivos de longo prazo da China dificilmente conseguiriam ser alcançados, devido à essa fragmentação na tomada de decisão. Em virtude disso, ocorreu o que talvez seja a maior mudança institucional das relações internacionais da China: a criação do Comitê Nacional de Segurança (*National Security Committee* - NSC) (ZHANG, 2015, p. 11-13; CHANG-LIAO, 2016, p. 84). De acordo com Zhang (2015, p. 11), esse comitê foi criado com o objetivo de gerar um maior nível de coordenação nos assuntos internacionais. Além disso,

As principais responsabilidades do NSC incluem 'a tomada de decisão, deliberação e coordenação do trabalho de segurança nacional' e será responsável por 'planos gerais e coordenação de questões e trabalhos importantes sobre segurança nacional'. [...] o estabelecimento do NSC representa uma etapa crítica no 'design de nível superior' e na reforma do sistema de formulação de política externa e de segurança da China que há muito tempo apresenta fragmentação de autoridade e falta de coordenação entre os vários atores.<sup>45</sup> (CHANG-LIAO, 2016, p. 11-12, tradução livre).

---

<sup>43</sup> “Xi states, with regard to territorial disputes with neighboring states and regional stability, that the defense of sovereignty, security, and territorial integrity serve as the ‘base’ upon which China will ‘maintain good relations with its neighbors and overall peace and stability in our region.’” (SWAINE, 2015, p. 10).

<sup>44</sup> “[...] including the military, local government officials, and state-owned enterprises, gradually came to exert influence over China’s external relations, complicating the country’s overall foreign and security policy structure.” (CHANG-LIAO, 2016).

<sup>45</sup> “The NSC’s main responsibilities will include ‘decision-making, deliberation and coordination of national security work’ and it will be in charge of ‘overall plans and coordinating major issues and major work concerning national security’. [...] the establishment of the NSC represents a critical step in ‘top-level design’ and the reform of China’s foreign and security policy-making system that has long featured fragmentation of authority and lack of coordination among various actors.” (CHANG-LIAO, 2016, p. 11-12).

O novo pensamento de política externa adotada pela administração Xi também implementou um outro elemento, chamado de “*bottom line thinking*”, que pode ser resumido na ideia de trabalhar pelo melhor, esperando pelo pior (ZHANG, 2015, p. 12). Logo, essa nova abordagem pode ser interpretada como uma síntese do pensamento de política externa na era Xi, particularmente no que se refere à reafirmação do desenvolvimento pacífico chinês, mas também se impondo frente aos países no ambiente internacional para obter os melhores arranjos que propiciem a satisfação dos seus interesses. Segundo Zhang (2015, p. 12, tradução livre), “ao contrário do passado, quando a China preferia declarar o que esperava que outros países fizessem, agora líderes e funcionários chineses cada vez se tornaram mais francos ao declarar quais ações de outros países a China não pode tolerar.”<sup>46</sup>

A política externa mais incisiva e proativa surtiu efeito em uma série de políticas menores, todas elaboradas a partir de uma visão macro dos objetivos chineses de longo prazo e atendendo ao princípio norteador de atender seus interesses. Dessa forma, foi proposto o “novo modelo de relação com as grandes potências” (*new type of great power relationship*), que foi criado para, sobretudo, gerir as relações entre a China e os Estados Unidos (ZHANG, 2015, p. 13-14). No entanto, embora as relações com os EUA fossem as mais visadas com essa política, ela também se referia à Rússia e aos países europeus. O objetivo desse novo modelo de relação entre as potências era, principalmente,

ênfase no benefício mútuo e cooperação aprofundada entre as nações sobre o pensamento de soma zero da era da ‘Guerra Fria’ e várias políticas e comportamentos ‘hegemonísticos’, centrados no poder; uma postura militar fundamentalmente defensiva e não ameaçadora; e uma arquitetura de ‘segurança abrangente, comum e cooperativa’ para a Ásia e o mundo.<sup>47</sup> (SWAINE, 2015, p. 5, tradução livre).

Essa política para com as grandes potências era uma medida necessária para assegurar o desenvolvimento pacífico chinês, tanto economicamente quanto na questão de segurança. Além disso, desenvolveu-se também nesse período a política de “diplomacia de vizinhança” (*Neighborhood Diplomacy*), que tinha por objetivo manter relações pacíficas com os países vizinhos, principalmente com as nações do MSC (SWAINE, 2015, p. 6). Tendo em vista a ocorrência de alguns conflitos fronteiriços, principalmente no sudeste asiático, a diplomacia de vizinhança visava garantir a não-interferência na política interna dos Estados, evitar a

---

<sup>46</sup> “[...] unlike in the past when China often preferred to state what it hoped other countries would do, now increasingly Chinese leaders and officials have become more forthright in stating what actions by other countries China cannot tolerate.” (ZHANG, 2015, p. 12).

<sup>47</sup> “[...] an emphasis on mutual benefit and deepened cooperation among nations over ‘Cold War’ era zero-sum thinking and various ‘hegemonistic’, power-centered policies and behavior; a fundamentally defensive and nonthreatening military stance; and a ‘comprehensive, common, and cooperative security’ architecture for Asia and the world.” (SWAINE, 2015, p. 5).

dominação das relações regionais, aumentar o volume de negociações comerciais e realizar a resolução de conflitos com base no diálogo e na diplomacia, visando assim demonstrar a posição pacífica chinesa (SWAINE, 2015, p. 6).

Com a diplomacia de vizinhança e o novo modelo de relações entre as grandes potências, mas particularmente voltado à expansão de empresas chinesas para mercados estrangeiros, foi criado o projeto da Nova Rota da Seda, que foi chamado por Chang-liao (2016) de “um olhar para o oeste”. Esse olhar para o oeste fazia parte da intenção de criar uma rota que saísse da China, cruzasse toda a Ásia, partes do Oriente Médio e chegasse até a Europa.

Além disso, havia também o projeto de uma Rota da Seda Marítima, que passaria pelo Mar do Sul da China, pelo Oceano Índico, cruzaria pelo Oriente Médio e chegaria na Europa pelo Mar Mediterrâneo. Estes projetos são parte de uma tentativa de integrar a economia chinesa à europeia, estabilizando os países de seu entorno estratégico por meio de investimentos em infraestrutura que seriam derivados da passagem da Rota da Seda por seus territórios (CHANG-LIAO, 2016, p. 84-85).

No entanto, contrastando com a política de vizinhança, a China de Xi passou a utilizar seu poderio econômico para influenciar a região do sudeste asiático. Tanto como recompensa quando como punição, os investimentos na região - ou a falta deles - foram usados para moldar a política regional. De acordo com Chang-liao (2016, p. 85, tradução livre),

O novo ativismo em jogo na diplomacia econômica da China sinaliza que a nova liderança adotou a idéia de empregar recursos econômicos a serviço da política externa. Os líderes anteriores insistiram na estratégia diplomática que melhor garantiria a prosperidade do país; agora a prosperidade do país deve ajudar sua diplomacia - os benefícios do crescimento econômico da China devem ser aproveitados para alcançar objetivos políticos. A diplomacia econômica de Pequim, incluindo comércio bilateral, investimento direto e auxílios e acordos de livre comércio, foi empregada para cultivar relações benéficas com todas as nações em prol do desenvolvimento econômico.<sup>48</sup>

Os autores ainda ressaltam que a criação de bancos voltados ao financiamento de infraestruturas para as Rotas da Seda - terrestre e marítima - no valor de cerca de 90 bilhões de dólares serviu para deixar clara a intenção da China de pagar pela integração dos países vizinhos à sua economia. Por outro lado, a ferramenta econômica é utilizada para lidar com as disputas com Taiwan, Japão e as Filipinas, principalmente por disputas sobre águas territoriais,

---

<sup>48</sup> “The new activism at play within China’s economic diplomacy signals that the new leadership has embraced the idea of employing economic resources in the service of foreign policy. Previous leaders insisted upon diplomatic strategy that would best ensure the country’s prosperity; now the country’s prosperity should assist its diplomacy—the benefits of China’s economic growth should be harnessed to achieve political objectives. Beijing’s economic diplomacy, including bilateral trade, direct investment and aid, and free trade agreements, has been employed to cultivate beneficial relations with all nations for the sake of economic development.” (CHANG-LIAO, 2016, p. 85).

utilizando restrições de comércio e de turismo, para citar alguns exemplos (CHANG-LIAO, 2016, p. 86).

Dessa forma, percebe-se que

a intenção evidente dos líderes chineses de trocar vantagens econômicas e políticas revela sua inclinação em moldar o comportamento dos países vizinhos. A clara superioridade de poder da China entre seus vizinhos, bem como a combinação de recompensa econômica e punição favorecida pelos formuladores de políticas, apresenta um método para Pequim aplicar sua alavancagem econômica em áreas periféricas antes de lançar quaisquer objetivos políticos e estratégicos.<sup>49</sup> (CHANG-LIAO, 2016, p. 86, tradução livre).

Assim, toda a dinâmica econômica e política do sudeste asiático tem sido moldada de acordo com os interesses chineses. Baseados no poderio econômico e no constante aprimoramento das forças armadas, a China expande paulatinamente seu poder pelo Mar do Sul da China. Os pesados investimentos realizados nessa região são feitos desde o fim da década de 90, progredindo em ritmo avançado até a atualidade. A óptica de cooperação e desenvolvimento que a China busca alcançar com estes investimentos, no entanto, muitas vezes promovem desconfiança nos parceiros, tendo em vista que grande parte destes investimentos são realizados em infraestruturas e serviços sensíveis ao próprio desenvolvimento e à segurança destes países. O principal tipo de investimento feito pela China nos países do MSC são os investimentos externos diretos (IEDs), e serão analisados em detalhes no próximo capítulo.

---

<sup>49</sup> “[...] the evident intention of Chinese leaders’ to trade economic for political advantage reveals their inclination in shaping the behavior of neighboring countries. China’s clear power superiority amongst its neighbors, as well as the combination of economic reward and punishment favored by policymakers, presents a method for Beijing to apply its economic leverage in peripheral areas before rolling out any political and strategic objectives.” (CHANG-LIAO, 2016, p. 86).

#### 4. INVESTIMENTO EXTERNO DIRETO COMO FERRAMENTA DE ESTADÍSTICA ECONÔMICA

A internacionalização do capital chinês tem sido um dos principais meios de projeção de poder utilizado nas últimas décadas pelo PCC. Esse processo intensificou-se após a crise financeira que abalou grande parte do ocidente em 2008, com o mercado chinês tendo sido pouco afetado e abrindo espaço para que pudesse exportar parte do capital excedente por meio de investimentos em diversas áreas.

Cintra e Pinto (2017, p. 394) ressaltam que a internacionalização do capital chinês por meio de Investimento Externo Direto (IED) se deu principalmente como uma iniciativa de Estado, tendo início com o projeto denominado “*going global*”, estabelecido em um congresso do Partido Comunista Chinês em 1999. O projeto *going global* envolvia quatro objetivos:

- i) aumentar o investimento direto chinês no exterior por meio da descentralização e relaxamento das autorizações para saída das corporações; ii) melhorar o nível e a qualidade dos projetos; iii) reduzir os controles de capital e criar novos canais de financiamento; e iv) integrar a política de internacionalização das companhias chinesas com outras políticas existentes para o setor externo, buscando promover o reconhecimento das marcas dessas empresas. (CINTRA e PINTO, 2017, p. 394).

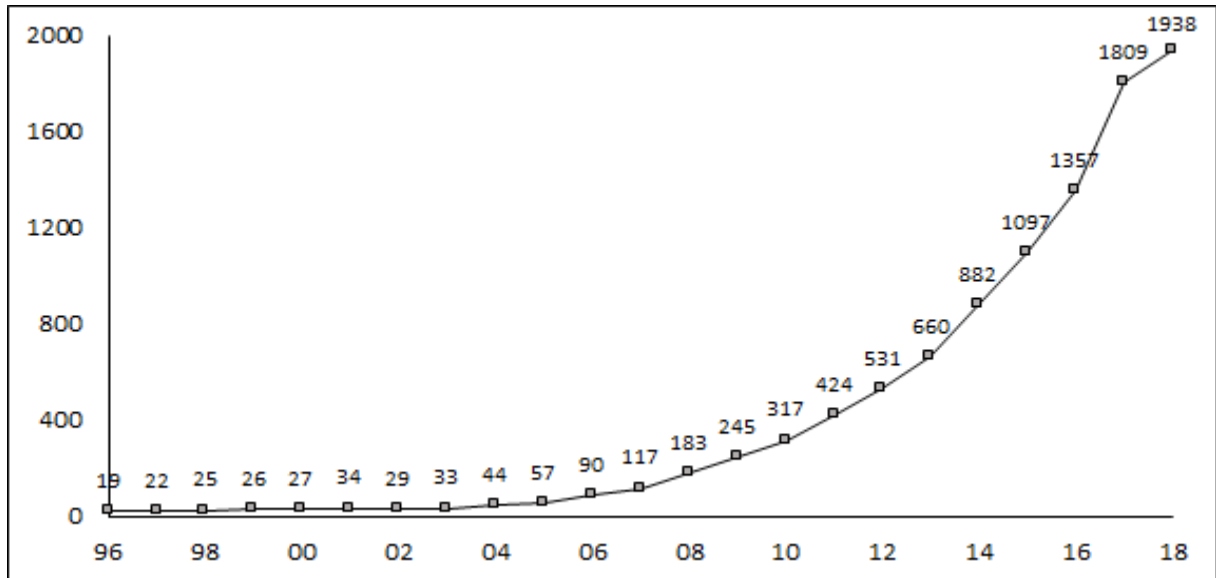
Dessa forma, o governo chinês teve papel fundamental no processo de internacionalização dos capitais. De acordo com Hendler (2019, p. 418), esse movimento do padrão de acumulação de capital é chamado de “Era Xi”, tendo seu pontapé dado ainda no governo de Hu Jintao. Nesse processo, o governo chinês passou a incentivar as empresas chinesas - no início apenas as empresas estatais (conhecidas como *State Owned Enterprises* - SOEs) - por meio de financiamento e facilitação administrativa para que os IEDs tivessem fluidez para o exterior, principalmente no que se refere a contratos de megaprojetos de infraestrutura (CINTRA e PINTO, 2017, p. 394).

Os IEDs foram realizados principalmente em países em desenvolvimento, em especial nos países do Sudeste Asiático, na África e na América do Sul. Os IEDs podem ser entendidos, à primeira vista, como a criação no exterior de demanda para produção chinesa excedente, particularmente no que se refere a maquinários pesados das indústrias de construção civil, siderurgia, energia, etc.; ou seja, no curto prazo visava estimular a demanda de material ocioso chinês (CINTRA e PINTO, 2017, p. 394).

O gráfico abaixo descreve o crescente acúmulo de IEDs da China no mundo. No ano de 2007 (o ano anterior à crise mundial de 2008) os investimentos chineses já tinham quase quintuplicado seu tamanho em relação a 1999, quando o projeto *going global* fora traçado. No entanto, percebe-se que após a crise de 2008, o crescimento dos investimentos cresce de

maneira mais acentuada, chegando a quase US\$2 trilhões de dólares em 2018, último ano disponível da série histórica.

Gráfico 1 - Estoque<sup>50</sup> de IED da China no mundo 1996-2018 (US\$ bilhões).



Fonte: Unctad.

No governo de Xi, foi apresentado o projeto da Nova Rota da Seda, conhecida como *Belt and Road Initiative* (BRI). Sendo proposta em 2013, a BRI foi projetada para ligar a China à Europa, passando por Ásia e Oriente Médio,

que objetiva estabelecer uma infraestrutura de grande escala – uma malha ampliada de trens de alta velocidade, estradas, redes elétricas, cabos de fibra óptica e sistemas de telecomunicações, oleodutos, gasodutos etc. – para abrir novos corredores comerciais por terra e por mar – Rota da Seda Marítima (Maritime Silk Road) – por toda a Eurásia. (CINTRA e PINTO, 2017, p. 395-396).

Os primeiros anos do projeto da BRI foram concomitantes ao aumento no fluxo de IED chinês. Como é demonstrado no gráfico 2, percebe-se que, apesar do aumento progressivo de investimentos, há um salto no ano de 2013, ano em que o projeto foi anunciado, tendo um pico no ano de 2016 e depois decaindo até 2018, último ano de que se tem dados. O crescimento do IED também se deu pelo fato de a China buscar um papel de destaque no cenário global, utilizando-se do discurso de “*win-win game*”, ou seja, que todas as parcerias criadas a partir

<sup>50</sup> De acordo com a Unctad, o estoque de investimento externo direto é o resultado aproximado dos fluxos de IED passados acumulados.

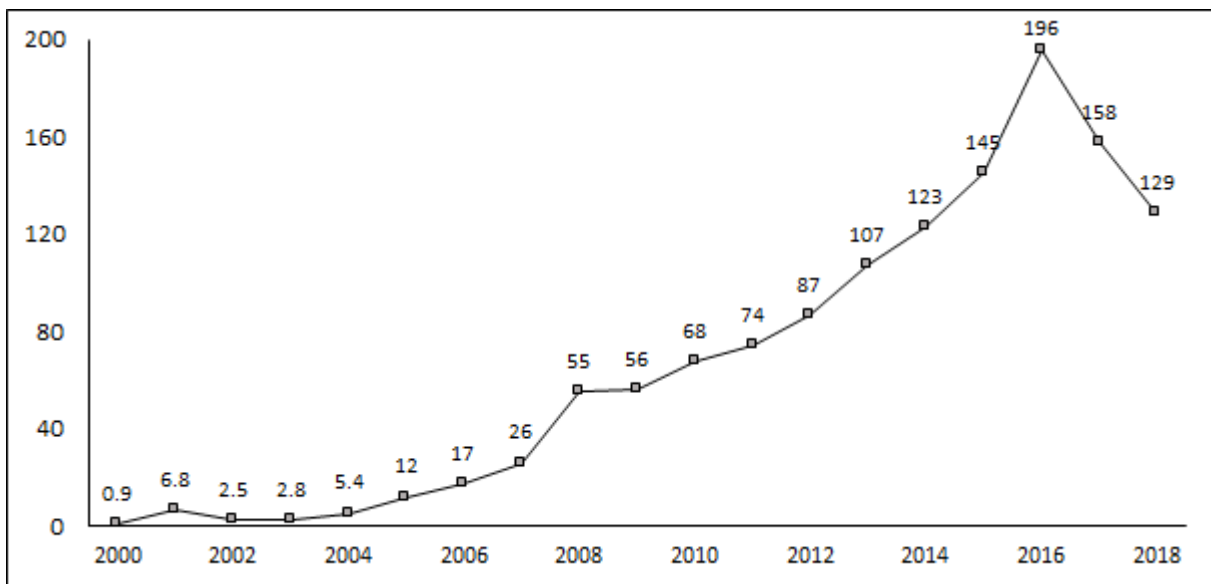


desse elevado montante de investimentos teriam retornos positivos, para a China e para seus parceiros.

Cintra e Pinto (2017, p. 395) apontam que cinco eixos norteiam o processo de internacionalização do capital chinês:

- i) garantir acesso às fontes de recursos naturais por meio de uma política agressiva de investimentos externos liderados por grandes empresas estatais; ii) buscar maior competitividade para as firmas chinesas; iii) obter maior tecnologia para as corporações chinesas por meio de aquisição de empresas estrangeiras, notadamente na Europa e nos Estados Unidos; iv) garantir demanda no curto prazo para a capacidade produtiva ociosa da indústria pesada chinesa; e v) aumentar a influência política da China no mundo, sobretudo na Ásia e seu entorno, por meio da realização dos investimentos, com destaque para os megaprojetos de infraestrutura.

Gráfico 2 - Fluxo de IED chinês no mundo 2000-2018 (US\$ bilhões).



Fonte: Unctad.

No entanto, alguns países têm preocupações no que concerne ao recebimento de IEDs da China. Um deles é o chamado “*debt-trap*”, ou armadilha da dívida. A diplomacia de *debt-trap* foi uma ferramenta largamente utilizada nos séculos anteriores, principalmente pelos britânicos e norte-americanos. De acordo com Wu (2018, p. 23), dado que determinados projetos e investimentos são realizados em países economicamente fracos e/ou politicamente instáveis, a lógica utilizada é a mesma de quem investe em um contrato “*subprime*”, ou seja, contratos que têm prêmios maiores devido aos riscos elevados. Geralmente estas dívidas são convertidas em pagamento com matérias-primas locais, geralmente recursos energéticos. A

diplomacia de *debt-trap* pode causar a limitação da ação dos países recebedores, assim como causar falência nas contas públicas de tais Estados (THORNE e SPEVACK, 2017, p. 21).

Além disso, o IED chinês traz preocupações na esfera geopolítica. O grande montante de investimentos levados a regiões pouco desenvolvidas pode resultar em relações assimétricas entre os países, dada a pujança da economia chinesa. Ademais, os projetos realizados pela China nos países recebedores de IEDs podem servir a propósitos estratégicos em caso de conflitos armados, como é o caso dos portos civis que têm possibilidade de receber embarcações militares, que foram construídos por empresas chinesas em diversos países do Indo-Pacífico, analisados no relatório escrito por Thorne e Spevack (2017).

No sudeste asiático, os IEDs fluíram em torno de duas ondas de investimento. De acordo com Hendler (2019, p. 429) a primeira onda de investimentos consiste em empreendimentos de infraestrutura em energia e transportes, e a segunda onda focada em serviços, tecnologia e telecomunicações. As duas ondas de investimentos realizadas no sudeste asiático e sua vinculação ao Estado chinês serão analisadas na próxima seção.

#### 4.1. AS DUAS ONDAS DE IED E SUA RELAÇÃO COM A CHINA

As duas ondas de investimento chinês são analisadas a partir da proposição do projeto da *Belt and Road Initiative*, pelo presidente Xi Jinping. Apesar de ser um projeto apresentado em 2013, a primeira onda de investimentos já estava em curso cerca de uma década antes e, portanto, será analisada a partir do início dos fluxos de IED e não a partir da data de proposição da BRI. Como já mencionado, a primeira onda de IEDs provenientes da China para os países do Sudeste Asiático são focados principalmente em megaprojetos de infraestrutura (principalmente compostos por rodovias, linhas férreas e portos), energia (linhas de transmissão de energia elétrica, hidrelétricas, etc.), e projetos relacionados com logística e transportes, mineração, entre outras. (HENDLER, 2019, p. 418, 429).

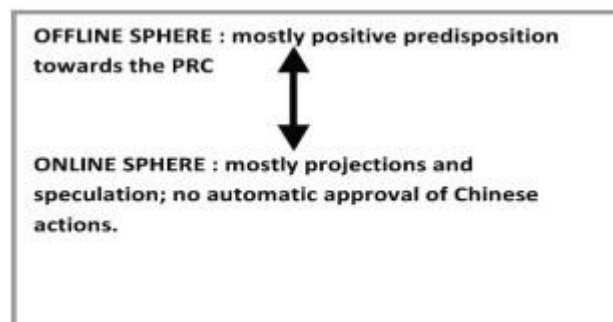
Esta primeira onda de investimentos é geralmente a ponta de lança pela qual as empresas chinesas se inserem nos países e iniciam suas operações. De acordo com Chong (2014, p. 131-132), os projetos de infraestrutura abrem caminho para os investimentos em áreas mais relacionadas ao ambiente *online* e ao setor de serviços. Dessa forma,

este poder brando [...] se torna sinonimamente associado a uma ‘boa comunidade’ que atua como um doador generoso e humano. Isto é, espera-se que, se entregue de maneira eficaz, essa ajuda externa gere uma predisposição positiva para abrir operações de informação conduzidas pela República Popular da China (RPC) em territórios estrangeiros, uma vez que a RPC será teoricamente vista pelos públicos

estrangeiros como um interveniente não hostil na economia política local.<sup>51</sup> (CHONG, 2014, p. 131, tradução nossa).

Com isso, o argumento de Chong (2014) ressalta que a esfera *offline* serve para criar um ambiente receptivo no país receptor de IED, de maneira que os investimentos de primeira onda são direcionados tendo em vista o estabelecimento de acordos que favoreçam, posteriormente, a implementação de projetos da esfera *online*. Logo, a primeira onda de IED criaria as condições necessárias para a chegada da segunda onda. Chong (2014, p. 132), demonstra esse fenômeno conforme a figura abaixo:

Figura 1: Interações entre predisposições *offline* e *online* relativo à penetração chinesa de informações.



Fonte: Chong (2014, p. 132, tradução livre).

A primeira onda de IEDs pode indicar uma possível saturação do mercado interno chinês, principalmente no que se refere ao excesso de capacidade das infraestruturas e de capital, fazendo as taxas de lucratividade decaírem, tornando necessária a exportação do capital para outros países (HENDLER, 2019, p. 431). A questão da segurança energética na China expande ainda mais o caráter estratégico da expansão das SOEs para o exterior, já que, como mencionado anteriormente, os débitos em relação às empresas chinesas são muitas vezes assegurados por recursos energéticos, ou seja, a dívida pode ser paga com matérias-primas e não com recursos financeiros.

A segunda onda de investimentos no sudeste asiático já teve início, mas é recente se comparada à primeira onda. Não se pode definir uma data exata que marca o início dos fluxos

<sup>51</sup> “This is soft power [...] becomes associated synonymously with a “good community” that acts as a generous and humane donor. It is expected that if efficaciously delivered, such foreign aid engenders a positive predisposition to open information operations conducted by the People’s Republic of China (PRC) in foreign territories since the PRC will be theoretically viewed by the foreign publics as a non-hostile intervener in local political economy.” (CHONG, 2014, p. 131).

de IED da segunda onda, no entanto, sabe-se que ocorrem de forma concomitante com os de primeira onda, ou seja, elas não se anulam, mas se sobrepõem. A forma como se desenvolvem as operações dos IEDs referente à segunda onda podem ser vistas nas Zonas de Desenvolvimento Integradas (ZDIs), nas quais aplica-se o modelo de portos-parque-cidade (“*ports-park-city*”), que favorece a criação de um local de escoamento de produção e um ambiente propício para a instalação de empresas chinesas de tecnologia e serviços (THORNE e SPEVACK, 2017, p. 27).

Ainda cabe destacar que os principais atores nesta segunda onda de IEDs são companhias privadas chinesas (*Private Owned Enterprises*), conhecidas como POEs. De acordo com Lim (2018, tradução livre),

observadores do mercado disseram que gigantes da tecnologia chineses e investidores em private equity são particularmente atraídos pelo sudeste da Ásia. É visto como um mercado com poucos concorrentes em escala significativa e barreiras regulatórias mais baixas em comparação com a Europa e os EUA.<sup>52</sup>

As empresas Alibaba e Tencent, ambas empresas de tecnologia (desempenham serviços de e-commerce, desenvolvimento de software, jogos etc.), se instalaram no SE Asiático e compraram diversas *startups* locais, tornando-se as maiores empresas da região. Analisando os casos expostos por Lim (2018), pode-se notar que a inserção das POEs chinesas nos países do sudeste asiático pode ter duas consequências: por um lado, a inserção destas grandes empresas leva a uma transferência de tecnologias e de processos produtivos da China para os países menores (HENDLER, 2019, p. 441); e por outro lado predam empresas desenvolvedoras de tecnologias nativas e empreendimentos locais, tornando a assimetria das relações entre a China e os países receptores de IEDs cada vez maior.

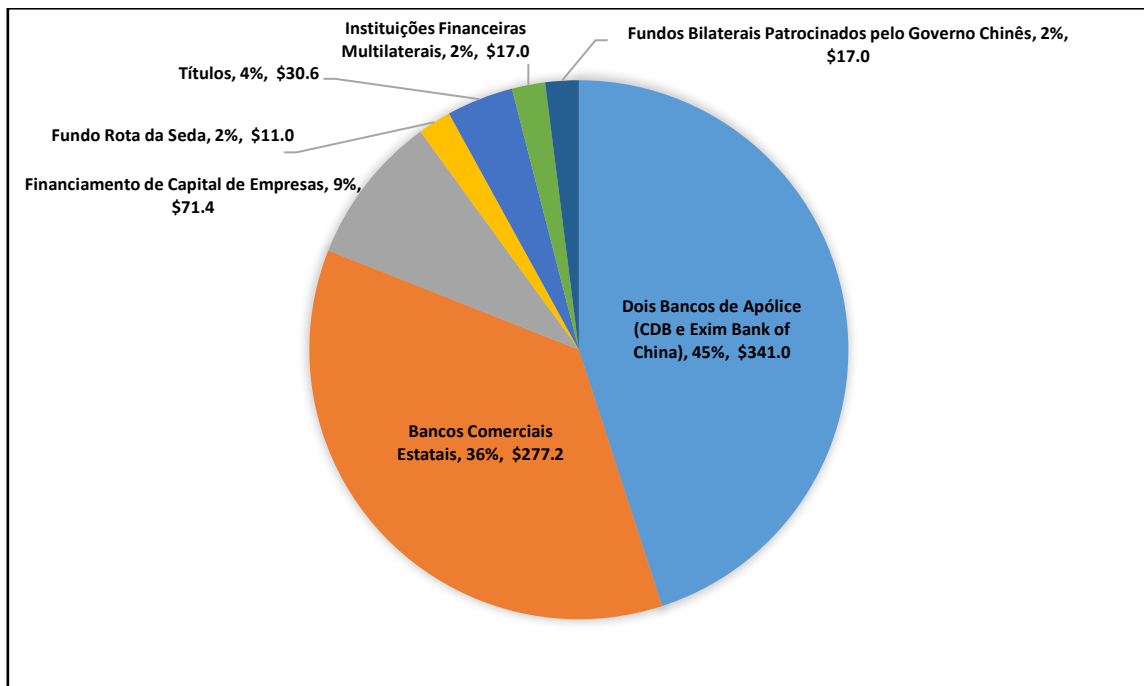
Como se pode constatar na figura 2, grande parte do financiamento concedido às empresas para realizarem seus projetos provém de bancos estatais chineses. Cerca de 85% dos financiamentos realizados têm uma ligação direta com o governo chinês, provenientes principalmente dos quatro grandes bancos comerciais pertencentes ao Estado chinês: o *Industrial & Commercial Bank of China* (ICBC), o *China Construction Bank* (CCB), o *Agricultural Bank of China* (ABC) e o *Bank of China* (BOC).<sup>53</sup>

---

<sup>52</sup> “Market watchers said that Chinese tech giants and private equity investors are particularly drawn to Southeast Asia. It is seen as a market with few competitors of significant scale, and lower regulatory barriers compared to Europe and the US.” (LIM, 2018).

<sup>53</sup> FINANCING and Funding for the Belt and Road Initiative. Belt & Road News, 2019. Disponível em: <<https://www.beltandroad.news/2019/05/17/financing-and-funding-for-the-belt-road-initiative/>>. Acesso em: 14 julho de 2020.

Figura 2 - Financiamento da BRI por fonte até o final de 2018 (US\$ bilhões).



Fonte: He (2020, p. 154, tradução livre).

Dessa forma, pode-se fazer uma distinção entre dois tipos de projetos da primeira onda no sudeste asiático. De um lado, aqueles cuja atividade-fim têm *conexão direta* com o território ou com a economia da China. Isto é, linhas férreas e rodovias que conectam a China a seus vizinhos (como a ferrovia que ligará Laos e Tailândia à China), redes de transmissão de energia que conectam usinas no exterior à China (como a Usina de Myitsone no Mianmar), portos que compõem redes de comércio entre o país parceiro e a China, complexos de extração de minérios como carvão (em Sulawesi, na Indonésia), cuja produção é voltada para a demanda chinesa, entre outros.

Por outro lado, há os projetos de *conexão indireta*, ou seja, aqueles cuja atividade-fim é atender o mercado do país parceiro ou outros mercados que não a China. Podemos citar como exemplo a ferrovia Jacarta-Bandung (na ilha de Java, na Indonésia), o sistema de irrigação construído por uma empresa chinesa no Rio Chico (o *Chico River Pump Irrigation Project*, ou CRPIP, é um projeto de US\$ 50 milhões financiado pelo *Export-Import Bank of China*<sup>54</sup>), nas Filipinas, a instalação de manufaturas chinesas em países como Vietnã e Camboja, cuja

<sup>54</sup> China lends P3.14B for Chico River Irrigation Project. Philippine Daily Inquirer, 13 Abr. 2018. Disponível em: <<https://business.inquirer.net/249090/china-lends-p3-14b-chico-river-irrigation-project>>. Acesso em: 18 Set. 2020.

produção tem como destino final países europeus e os EUA, e uma série de outras obras de infraestrutura, como pontes, estradas, aterros, cabeamento de internet, etc.

Já a segunda onda é, por natureza, indireta, já que os projetos são essencialmente intangíveis, ligados a serviços e tecnologias da informação.

Tabela 1 - Relação entre as ondas de IED e a sua vinculação ao Estado chinês.

	<b>Primeira Onda de IED</b>	<b>Segunda Onda de IED</b>
<b>Vinculação com a China</b> <b>Conexão direta</b>	<b>X</b>	
<b>Não-vinculação com a China</b> <b>Conexão indireta</b>	<b>X</b>	<b>X</b>

Fonte: elaborado pelo autor.

Os projetos desenvolvidos nos países parceiros, sejam de primeira ou segunda onda, de conexão direta ou indireta podem funcionar como uma ferramenta de poder geopolítico durante um conflito em que a China esteja envolvida. As tecnologias que podem ter estes usos serão neste trabalho definidas como “tecnologias de uso dual”, ou seja, civil e militar. Na próxima seção faremos a conceituação de tecnologias de uso dual.

#### 4.2. TECNOLOGIAS DE USO-DUAL

Com a expansão dos estudos referentes a diversas áreas de conhecimento, muitas descobertas foram realizadas no âmbito da física, da química, da biologia e das ciências da computação. Entre as descobertas realizadas, muitas podem atender a utilização para fins maléficis à humanidade. Um exemplo disso é a descoberta da tecnologia nuclear, que favoreceu a criação de energia elétrica a baixos custos para grandes massas populacionais, mas por outro lado, “[...] estas mesmas tecnologias podem ser extremamente prejudiciais para indivíduos e coletivamente.”<sup>55</sup> (MILLER, 2018, p. 1, tradução livre).

Desde então, muita tecnologia foi desenvolvida, e a utilização das novas descobertas para fins não pacíficos avançou conjuntamente. Para identificar as tecnologias que podem ser

<sup>55</sup> “[...] these same technologies can be extremely harmful to individuals and collectives.” (MILLER, 2018, p. 1).

utilizadas tanto para fins pacíficos quanto não-pacíficos, emprega-se o conceito de tecnologias de uso dual.

Miller (2018, p. 5) ressalta que a expressão uso dual geralmente se refere a pesquisas ou tecnologia que pode ser utilizada para fins benéficos ou não. No entanto, a autora levanta uma problemática sobre esse conceito: grande parte de tudo que foi criado pelos seres humanos pode servir ao propósito dual. Como exemplo, Miller (*idem*) cita o exemplo de um facão, que pode auxiliar nos trabalhos do campo, mas que serviu como principal instrumento no genocídio de Ruanda em 1994. E assim como qualquer outro objeto ou tecnologia desenvolvida, grande parte das tecnologias atuais pode ser utilizada para causar prejuízo aos indivíduos ou coletivos.

Para sanar este problema, são propostas três definições preliminares sobre a natureza do uso dual de tecnologias, sendo que as três devem estar presentes em determinada tecnologia para ser enquadrada no uso dual. As definições são:

1. Finalidades militares e civis (isto é, não militares);
2. Finalidades benéficas e nocivas - quando as finalidades nocivas devem ser realizadas por meio de armas de destruição em massa;
3. Finalidades benéficas e prejudiciais - onde as finalidades nocivas envolvem o uso de armas como meio, e geralmente as armas de destruição em massa, em particular, ou os danos visados são em larga escala, mas não envolvem necessariamente armas ou armamento.<sup>57</sup> (MILLER, 2018, p. 6, tradução livre).

A questão das armas de destruição em massa é uma constante quando se fala em tecnologias de uso dual. Legislações que trabalham com este tipo de temática - como o Regulamento N°428/2009 do Conselho Europeu, que versa sobre exportação de materiais definidos em termos de possibilidade de uso dual - geralmente referem-se a materiais que poderiam ser utilizados no desenvolvimento de armas de destruição em massa.

No entanto, para os propósitos deste trabalho, o uso dual será entendido como as definições estipuladas por Miller (2018) nos pontos um e três expressos acima, ou seja, primeiramente como tecnologias ou infraestruturas que podem ser utilizadas de forma civil e militar; e, em segundo lugar, que os propósitos nocivos visados sejam em larga escala, com uso ou não de armamentos. Levando em consideração o escopo desta pesquisa, a análise dos IEDs chineses no sudeste asiático pode ser interpretada usando estes critérios.

A estatística econômica chinesa nesta região traz insegurança para diversos países, que veem no discurso de “*win-win game*” dos governos chineses mais recentes uma ferramenta de expansão de poder. De acordo com Thorne e Spevack (2017, p. 19, tradução livre),

---

<sup>57</sup> “1. Military and civilian (i.e. non-military) purposes; 2. Beneficial and harmful purposes—where the harmful purposes are to be realised by means of WMDs; 3. Beneficial and harmful purposes—where either the harmful purposes involve the use of weapons as means, and usually WMDs in particular, or the harm aimed at is on a large-scale but does not necessarily involve weapons or weaponisation.” (MILLER, 2018, p. 6).

“oficialmente, a China rejeita veementemente as alegações de que seus interesses estratégicos de segurança impulsionam o BRI. Políticos chineses [...] acusam essas análises geopolíticas de adotar uma ‘mentalidade da Guerra Fria’”<sup>58</sup>. No entanto, muitos estudiosos “reconhecem que uma rede de centros de logística marítima em todo o Indo-Pacífico, incluindo portos, tem o potencial de mudar o cenário estratégico da região e vários descrevem explicitamente o papel do investimento em infraestrutura na grande estratégia chinesa.”<sup>59</sup> (THORNE e SPEVACK, 2017, p. 19, tradução livre).

Chong (2014) faz alguns apontamentos no que se refere à utilização dual dos projetos de infraestrutura no sudeste asiático. Primeiramente, as empresas que possuem vínculos com o Estado chinês - que, como foi apontado anteriormente, correspondem a grande parte das empresas, as quais ou são SOEs, ou são POEs que recebem financiamento de bancos estatais chineses - têm acesso às “plantas para os controles elétricos, digitais e eletromecânicos destes projetos de infraestrutura”<sup>60</sup> (CHONG, 2014, p. 143, tradução livre). O acesso a estes dados reduz os custos de, na eventualidade de um conflito armado envolvendo a China, desabilitar tais infraestruturas a fim de desestabilizar um inimigo.

Além disso, grande parte destes projetos são desenvolvidos com tecnologias não acessíveis aos países receptores, gerando uma forte dependência destes em relação à China, que detém o *know-how* sobre determinados processos e para isso envia técnicos para os projetos a fim de oferecer treinamento para a mão-de-obra local. O não fornecimento deste pessoal especializado paralisaria o andamento dos projetos chineses, lesando os trabalhadores locais e podendo interromper os projetos em andamento (CHONG, 2014, p. 143).

Grande parte das infraestruturas atuais, independentemente de sua esfera de emprego, - seja em construção civil, transmissão de informação (internet, televisão, etc.), produção de energia elétrica e sua transmissão, entre outros - é bastante intensiva em circuitos eletrônicos e tecnologias de informação. Segundo Chong (2014, p. 143, tradução livre), “essa infraestrutura digital é quase sempre de natureza de uso dual, oferecendo possibilidades favoráveis e malélicas para a penetração de longa distância da RPC e, se necessário, sabotagem.”<sup>61</sup> Logo, projetos de

---

<sup>58</sup> “Officially, China strenuously rejects allegations that its strategic security interests drive the BRI. Chinese politicians [...] accuse such geopolitical analyses of adopting a ‘Cold War mentality’”. (THORNE e SPEVACK, 2017, p. 19).

<sup>59</sup> “Many of these observers recognize that a network of maritime logistics hubs throughout the Indo-Pacific, including ports, has the potential to change the region’s strategic landscape, and several explicitly describe the role of infrastructure investment in Chinese grand strategy.” (THORNE e SPEVACK, 2017, p. 19).

<sup>60</sup> “[...] blueprints for the electrical, digital and electro-mechanical control systems of these infrastructure projects [...]” (CHONG, 2014, p. 143).

<sup>61</sup> “This digital infrastructure is almost always of a dual-use nature, offering both benign and malevolent possibilities for the PRC’s long distance penetration, and should it be needed, sabotage.” (CHONG, 2014, p. 143).



infraestrutura, como linhas de transmissão de eletricidade ou prestação de serviços de telefonia e banda larga, por exemplo, podem ser facilmente alvos de ciberataques, em casos de conflito. Especificamente em relação ao segundo exemplo, em tempos de paz, estes serviços podem ser alvos de espionagem e quebra de privacidade dos usuários, o que por si só já serviria para caracterizar estes serviços como de uso dual.

De acordo com Hendler (2019, p. 431, tradução livre),

Projetos do primeiro tipo têm uma função estratégica mais clara, porque as instalações portuárias e ferroviárias construídas e controladas pelas empresas estatais chinesas podem ser usadas para fins estratégicos em caso de conflito com (ou proteção de) outro país [...]. A função estratégica dos projetos do segundo tipo é menos evidente, mas não menos importante: redes de informação e instalações de transporte e energia operadas por SOEs e POEs chinesas em outros países podem se transformar em uma arma de guerra, chantagem ou simplesmente influência política.<sup>62</sup>

Os projetos de primeiro tipo se referem à vinculação das empresas fontes de IEDs com o governo chinês, que pode ser de natureza direta ou indireta, conforme explicitado na seção anterior. Dessa forma, percebe-se que grande parte dos investimentos chineses direcionados ao sudeste asiático possuem um uso dual. Thorne e Spevack (2017) explicitam isso analisando a construção de portos no sudeste asiático e na região do Oceano Índico. Segundo os autores, que analisaram 15 projetos de construção de portos - do quais sete se localizam no sudeste asiático -, todos eles têm a possibilidade de uso dual. Os portos são localizados em locais estratégicos e têm a capacidade de receber embarcações militares em suas docas. Ademais, “esses portos comerciais - especialmente aqueles com capacidade industrial desenvolvida - podem contribuir para esses objetivos [aumentar a presença militar chinesa na região] e alterar o ambiente operacional estratégico a favor da China.”<sup>63</sup> (THORNE e SPEVACK, 2017, p. 21, tradução livre).

Cabe ressaltar que a identificação de tecnologias e infraestruturas que podem ter uso dual envolve algum grau de especulação e subjetividade. Chong (2014, p. 143-144) propõe que tanto os países do sudeste asiático quanto a China não especularam sobre os cenários mais sombrios nos quais tudo o que foi apresentado até agora seria utilizado para fins militares. No entanto, Chong (2013) demonstra que a penetração informacional chinesa nos países do sudeste asiático já ocorre, e para demonstrar isso desenvolve o conceito de “*Information Operations*”.

---

<sup>62</sup> “Projects of the first type have a clearer strategic function because port and railroad facilities built and controlled by China’s SOEs can be used for strategic purposes in case of conflict with (or protection of) another country [...]. The strategic function of the second type projects is less evident, but not less important: information networks and transportation and energy facilities operated by Chinese SOEs and POEs inside other countries may turn into a weapon of war, blackmail or simply political influence.” (HENDLER, 2019, p. 431).

<sup>63</sup> “[...] that commercial ports—especially those with developed industrial capacity—can significantly contribute to these goals and alter the strategic operating environment in China’s favor.” (THORNE e SPEVACK, 2017, p. 21).

As operações de informação desenvolvidas pela China exploram brechas no ambiente virtual de outros países, conseguindo vantagens no campo diplomático importantes em tempos de paz, e com isso “plantar dúvidas na mente do inimigo e depois derrotá-lo sem combate físico, ou pelo menos, com o mínimo confronto de armas”<sup>64</sup> (CHONG, 2014, p. 152).

A relação das duas ondas de IED chinês, a vinculação ou não dos projetos desenvolvidos com o Estado chinês e a possibilidade de uso dual das infraestruturas e tecnologias é desenvolvida na tabela 2.

Tabela 2 - Relação entre ondas de IED, vinculação direta ou indireta e uso dual ou não das tecnologias e infraestruturas.

	<b>Primeira Onda de IED</b>	<b>Segunda Onda de IED</b>
<b>Vinculação direta com uso dual de tecnologia</b>	<b>X</b>	
<b>Vinculação direta sem uso dual de tecnologia</b>	<b>X</b>	
<b>Vinculação indireta com uso dual de tecnologia</b>	<b>X</b>	<b>X</b>
<b>Vinculação indireta sem uso dual de tecnologia</b>	<b>X</b>	<b>X</b>

Fonte: Elaborado pelo autor.

Os argumentos que são utilizados para a criação desta tabela serão apresentados na seção seguinte. Serão discriminados os IEDs chineses em sua quantidade, as empresas operadoras dos serviços no exterior e as possíveis consequências políticas e estratégicas destes investimentos para os países recebedores e para a China.

#### 4.3. ESTADÍSTICA ECONÔMICA CHINESA NO SUDESTE ASIÁTICO

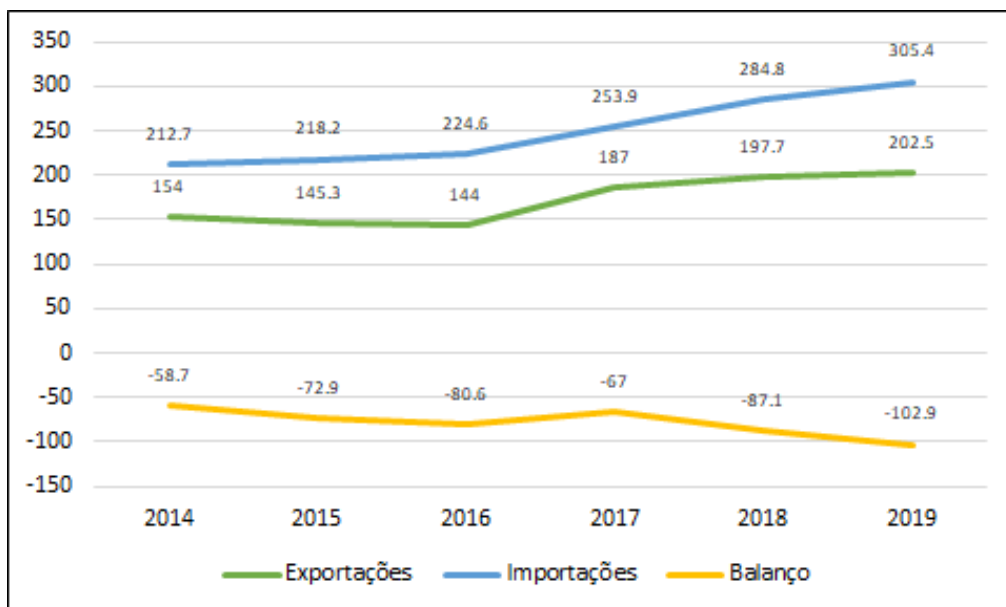
---

<sup>64</sup> “[...] seed doubt in the enemy’s mind and then defeat him without physical combat, or at the very least, with the minimal clash of arms.” (CHONG, 2014, p. 152).

O Sudeste (SE) Asiático se localiza entre a Índia, a Oceania e o nordeste asiático e comporta, atualmente, uma das principais rotas marítimas mundiais. Com a ascensão econômica chinesa no fim do século XX e início do século XXI, boa parte dos bens produzidos pela China são exportados utilizando as rotas que cruzam o SE Asiático, assim como grande parte das importações chinesas também passam pela região. Além disso, a região ainda comporta um dos maiores blocos econômicos da atualidade: a Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN).

A ASEAN tem como membros dez países, sendo eles Brunei, Camboja, Filipinas, Tailândia, Indonésia, Mianmar, Vietnã, Malásia, Laos e Cingapura. De acordo com a ASEANstats, os países da organização têm, conjuntamente, o Produto Interno Bruto de cerca de 2.98 trilhões de dólares, além de contar com um crescimento médio do PIB de aproximadamente 5% nos últimos quatro anos.

Gráfico 3 – Comércio de Bens Entre os Países da ASEAN com a China (em bilhões US\$).



Fonte: ASEANstats.

Esses números representam um atrativo para a região no que se refere ao aspecto econômico, já que os países da organização estão em constante crescimento e possuem grande contingente populacional, que é cada vez mais um grande mercado consumidor. Dada a proximidade entre o SE Asiático e a China, o comércio entre eles se tornou pujante. Pode-se

perceber no gráfico 3 o grande volume de comércio entre o bloco e a China, com o aumento do comércio ao longo dos anos e um crescimento no déficit comercial por parte da ASEAN.

A China se mostra, atualmente, como o primeiro parceiro comercial – de forma agregada- dos países da ASEAN, com os Estados Unidos em segundo lugar. Este volume comercial é importante para a China, já que, de cerca dos 2.5 trilhões de dólares em exportações totais contabilizadas em 2019 (UNCTADstats), aproximadamente 305.4 bilhões foram exportados para países da ASEAN, o que contabiliza cerca de 12% do total de exportações da China.

O sudeste asiático também é importante para a China em função da localização de alguns pontos estratégicos por onde passam algumas das rotas comerciais mais importantes do mundo. Grande parte das embarcações vindas da Europa, da África e dos campos petrolíferos do Oriente Médio passam pelos Estreitos de Malaca, Sunda e Lombok, indicados na figura 3.

Figura 3 – Mapa dos Estreitos de Malaca, Sunda e Lombok.



Fonte: U.S Energy Information Administration (USEIA).

Particularmente no que se refere ao Estreito de Malaca, que se localiza entre a Indonésia e a Malásia e Cingapura, este é o segundo estreito com maior passagem de petróleo cru do mundo, ficando atrás apenas do Estreito de Ormuz, no Oriente Médio. Em 2016, cerca de 16 milhões de barris de petróleo eram transportados pelo estreito, dos quais grande parte era

direcionado para a China e Indonésia<sup>65</sup>.

Dessa forma, o Estreito de Malaca se destaca como um dos principais pontos estratégicos do SE Asiático e, particularmente, para a China, já que dado o volume de petróleo que passa diariamente pelo estreito, podemos considerar que a segurança energética chinesa depende do funcionamento dele.

Se o Estreito de Malaca fosse bloqueado, quase metade da frota marítima mundial seria obrigada a se redirecionar ao redor do arquipélago indonésio, através do estreito de Lombok entre as ilhas indonésias de Bali e Lombok ou através do estreito de Sunda entre as ilhas indonésias de Java e Sumatra. O redirecionamento iria amarrar a capacidade global de transporte, aumentar os custos de transporte e potencialmente afetar os preços da energia.<sup>66</sup> (USEIA, 2017, tradução livre).

Além disso, o SE Asiático é banhado pelo Mar do Sul da China (MSC). Nesse mar, de acordo com a *Asia Maritime Transparency Initiative* (AMTI)<sup>67</sup>,

A Agência de Informação de Energia dos Estados Unidos estima que o Mar do Sul da China detém cerca de 190 trilhões de pés cúbicos de gás natural e 11 bilhões de barris de petróleo em reservas provadas e prováveis, a maioria das quais se encontra ao longo das margens do Mar do Sul da China, em vez de sob ilhas e recifes em disputa. O U.S. Geological Survey em 2012 estimou que poderia haver mais 160 trilhões de pés cúbicos de gás natural e 12 bilhões de barris de petróleo não descobertos no Mar do Sul da China.<sup>68</sup> (AMTI, 2020, tradução livre).

Tendo em vista a importância do SE Asiático para a China – não apenas pelo potencial de crescimento econômico, mas também por sua localização estratégica –, houve a expansão econômica chinesa para a região, principalmente por meio dos IEDs. Como mencionado anteriormente, o argumento deste trabalho é de que os IEDs chineses sejam não apenas trocas voluntárias visando lucro, mas também um meio de projeção político e militar.

No gráfico 4 está disposto o panorama geral do IED chinês no sudeste asiático. Entre os anos de 2006 e 2019 (período que consta na base de dados utilizada), foram realizados 202 projetos de IED, totalizando o montante de cerca de 118 bilhões de dólares. A partir de 2013, há um aumento tanto no número de projetos realizados quanto no seu valor: já em 2013, foram realizados 17 projetos, no valor de quase seis bilhões de dólares, cinco projetos a mais que no

<sup>65</sup> The Strait of Malacca, a key oil trade checkpoint, links the Indian and Pacific Oceans, 2017. Disponível em: <<https://www.eia.gov/todayinenergy/detail.php?id=32452>>. Acesso em: 20 agosto de 2020.

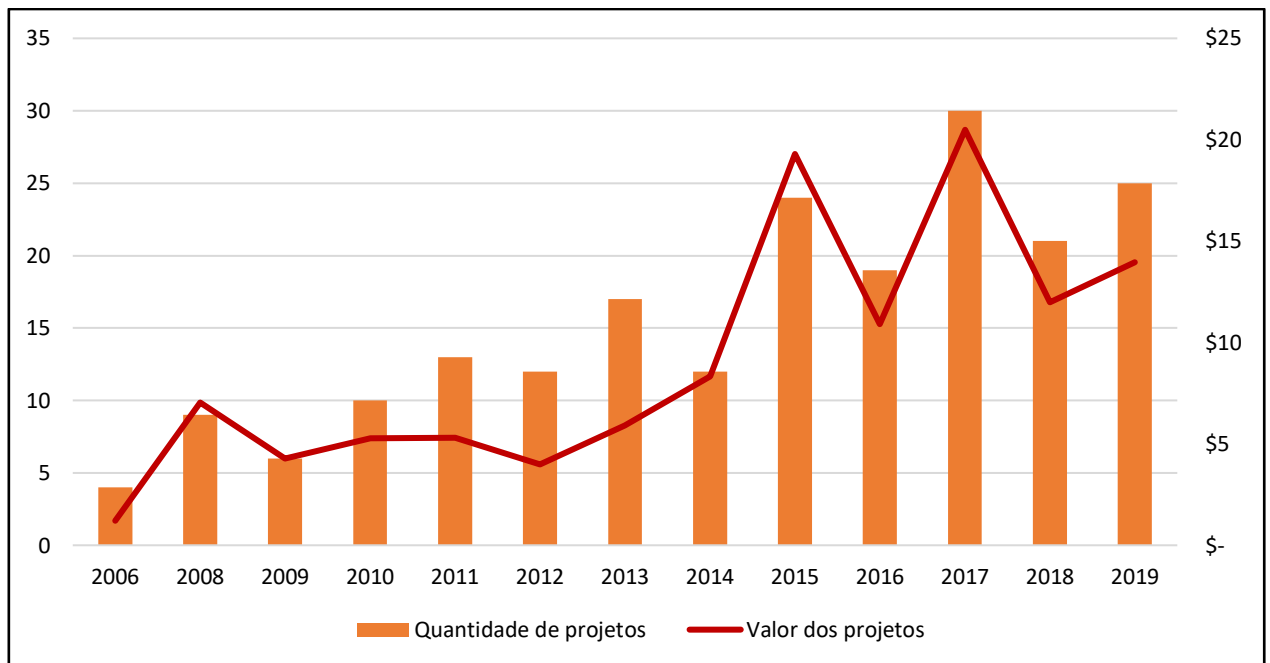
<sup>66</sup> “If the Strait of Malacca were blocked, nearly half of the world's shipping fleet would be required to reroute around the Indonesian archipelago, such as through the Lombok Strait between the Indonesian islands of Bali and Lombok or through the Sunda Strait between the Indonesian islands of Java and Sumatra. Rerouting would tie up global shipping capacity, add to shipping costs, and potentially affect energy prices.” (EIA, 2017).

<sup>67</sup> South China Sea Energy Exploration and Development, 2020. Disponível em: <<https://amti.csis.org/south-china-sea-energy-exploration-and-development/>>. Acesso em: 21 agosto de 2020.

<sup>68</sup> “The U.S. Energy Information Agency estimates that the South China Sea holds about 190 trillion cubic feet of natural gas and 11 billion barrels of oil in proved and probable reserves, most of which lie along the margins of the South China Sea rather than under disputed islets and reefs. The U.S. Geological Survey in 2012 estimated that there could be another 160 trillion cubic feet of natural gas and 12 billion barrels of oil undiscovered in the South China Sea.” (AMTI, 2020).

ano anterior (2012) e investimento de US\$ 2 bilhões a mais. O aumento de fluxo de IED prossegue, atingindo o ápice em 2017, com 30 projetos e investimento realizado de 20,5 bilhões de dólares.

Gráfico 4 – IED da China no SE Asiático, em quantidade e valor dos projetos (em US\$ bilhões).

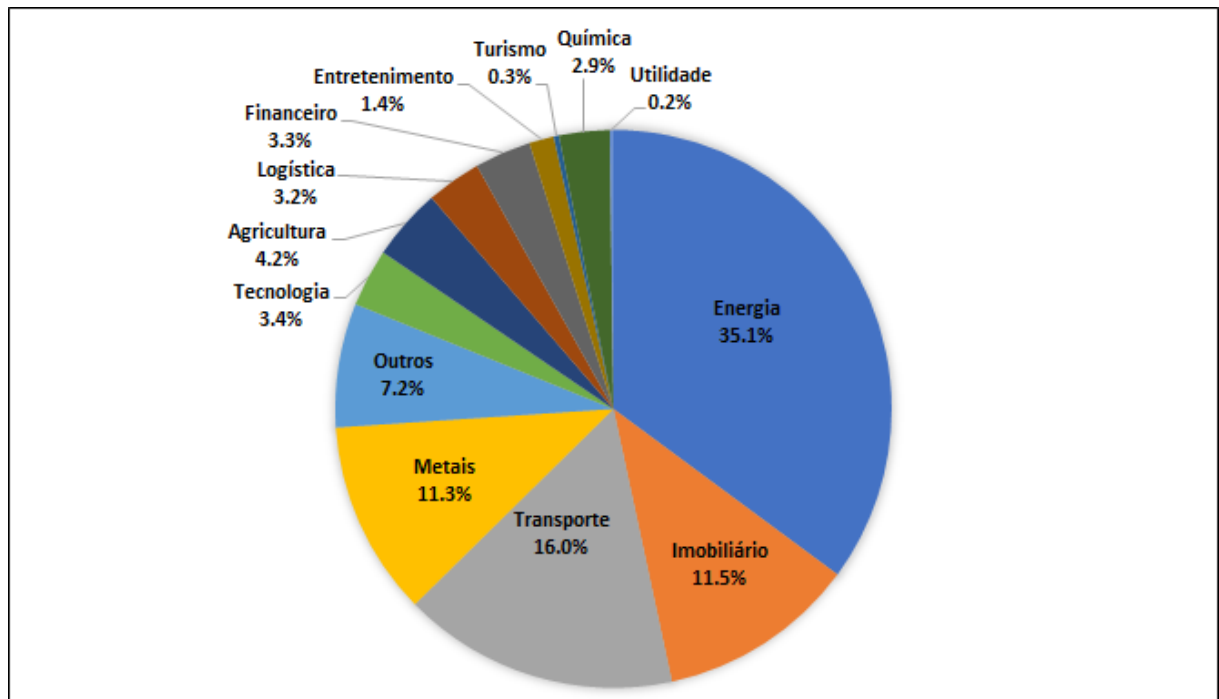


Fonte: China Global Investment Tracker, 2020.

O aumento significativo dos investimentos a partir de 2013 se dá pela apresentação do projeto da *Belt and Road Initiative* pelo presidente Xi Jinping. A BRI passou a ser financiada no sudeste asiático visando o fortalecimento das rotas comerciais que passam pela região - vide os estreitos de Malaca, Sunda e Lombok -, assim como assegurar as fontes energéticas que ofereceriam suporte a intensa expansão chinesa não apenas para o SE Asiático, mas também para a Ásia central, África e Oriente Médio.

Os IEDs são direcionados a uma gama de setores. De acordo com os dados disponibilizados pelo *China Global Investment Tracker* (CGIT), os setores que receberam investimentos foram o de energia, transportes, imobiliários, metais, tecnologia, agricultura, logística, financeiro, entretenimento, turismo, indústria química e outros (que englobam subsetores como o têxtil, por exemplo). O volume de IEDs direcionados ao sudeste asiático está representado no gráfico 5, demonstrando os volumes em porcentagem de investimentos realizados em cada setor.

Gráfico 5 – Volume de IED Chinês no SE Asiático por Setor (em%).

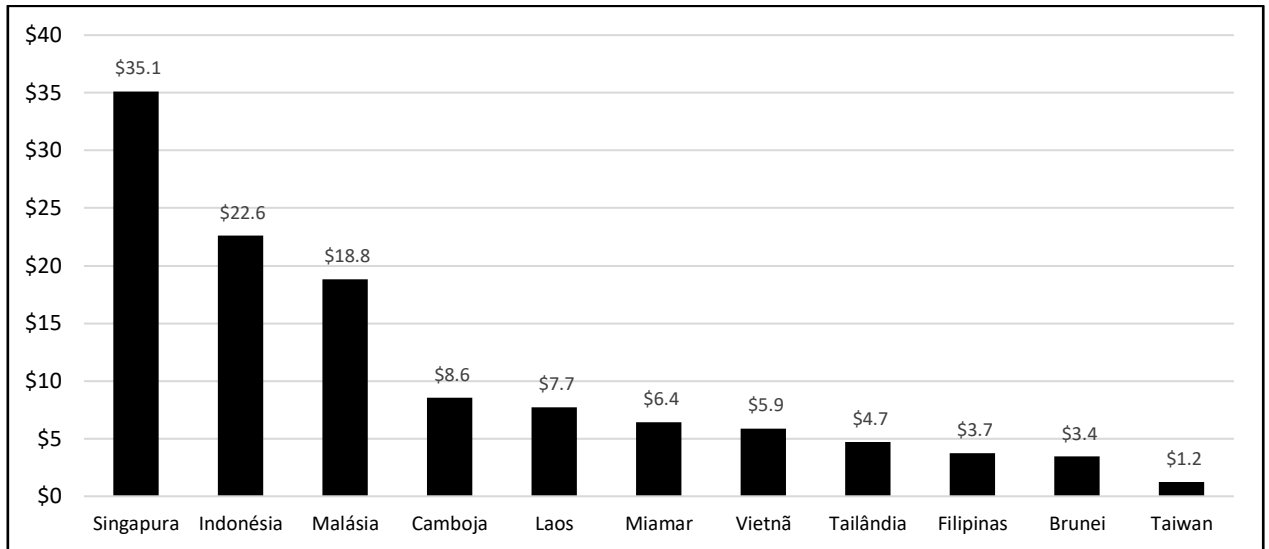


Fonte: China Global Investment Tracker, American Enterprise Institute, 2020.

A quantidade de IED por país é descrita no gráfico 6. Dos cerca de US\$ 118 bilhões investidos no SE Asiático, aproximadamente  $\frac{2}{3}$  de todo o investimento foi direcionado para Cingapura, Indonésia e Malásia, com cerca 35.1, 22.6 e 18.8 bilhões de dólares direcionados a cada país, respectivamente. A quantidade de IED direcionado a cada um destes países pode ser relacionado a um fator importante: o “Dilema de Malaca”.

O Dilema de Malaca está relacionado com o ambiente estratégico/geopolítico. Como a China depende das importações de petróleo para garantir sua segurança energética, depende do Estreito de Malaca estar aberto para que o país continue sendo abastecido de energia. Como o estreito está sujeito à iniciativa dos três países que compõem suas margens para se manter aberto, a China visa empregar uma estratégia de massificação de IEDs nestes lugares a fim de exercer influência na região.

Gráfico 6 – IED Chinês por País (em US\$ Bilhões).



Fonte: China Global Investment Tracker, American Enterprise Institute, 2020, elaborado pelo autor.

Para que se tenha um panorama de como estes investimentos chineses podem ser utilizados como ferramentas de estatística Econômica por meio do uso dual de infraestruturas e tecnologias, serão expostos a seguir os argumentos que fundamentam a construção da tabela 2.

#### 4.3.1. Primeira Onda de IED: Vinculação Direta e Uso Dual de Tecnologia

Os investimentos de primeira onda que possuem vinculação direta com o Estado chinês correspondem àqueles realizados nos setores de energia, transportes, metais, imobiliário etc.; e possuem vínculos físicos com a China. O principal setor que tem vinculação com a China e possui uso dual de suas infraestruturas é o energético.

De acordo com Rodrigues e Hendler (2018, p. 14),

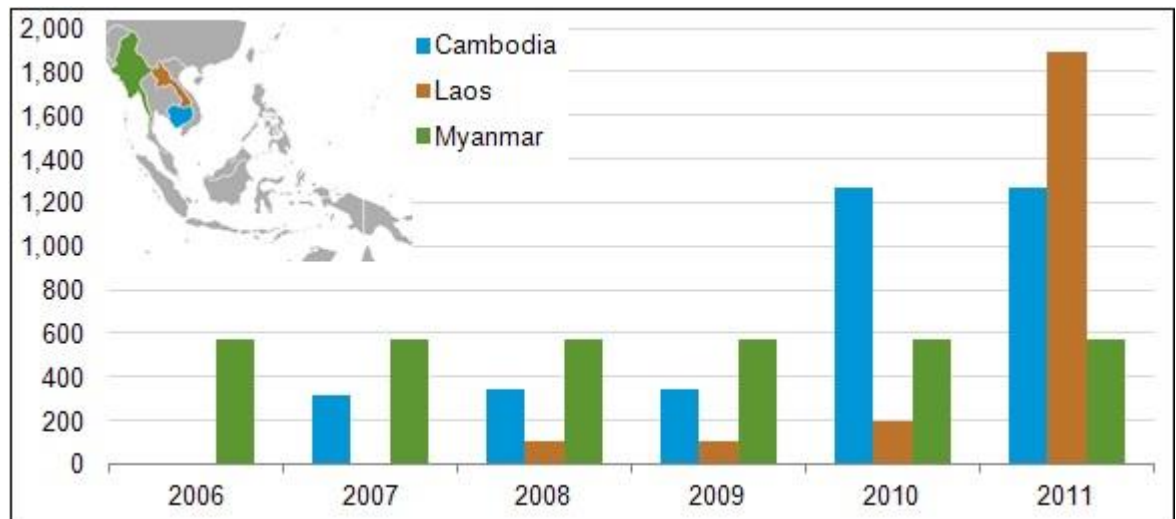
o IED chinês no setor energético atua em duas funções distintas. No Vietnã e na Indonésia o objetivo principal é investir na exploração de carvão para importá-lo e atender a demanda doméstica – ainda que essa tendência esteja diminuindo dada a busca chinesa por energias renováveis.

A segunda função teria relação com os países que fazem fronteiras físicas com a China, principalmente os que compartilham trechos do Rio Mekong, como o Laos, o Camboja (que não faz fronteira com a China) e a Tailândia. Nestes países, há uma tendência maior na construção de hidrelétricas ao longo do curso do rio, cuja energia produzida pode ser enviada à China (RODRIGUES e HENDLER, 2018, p. 14). Os investimentos da China no subsetor de produção energia hidrelétrica nos países fronteiriços e no Camboja são bastante elevados. A



figura 4 demonstra o desenvolvimento das capacidades hidrelétricas financiadas pela China nos países vizinhos e Camboja.

Figura 4 – Adições Cumulativas de Capacidade Hidrelétrica Financiadas pela China (2006-2011), em Megawatts.



Fonte: U.S. Energy Information Administration (USEIA)<sup>69</sup>

De acordo com a USEIA (2013), houve o financiamento chinês de cerca de 46% do aumento das capacidades de produção hidrelétrica no período de 2006 a 2011, com o investimento de cerca de 6 bilhões de dólares neste subsetor. Além disso, o estudo diz que

A capacidade adicional transformou o Laos em um grande exportador regional de eletricidade, grande parte da qual vai para a China. Em 2011, o Laos exportou quase 678 milhões de kWh, ou quase 32% de sua geração total, e as exportações de eletricidade representaram cerca de um terço de suas exportações totais.<sup>70</sup> (USEIA, 2013, tradução livre).

O Laos, que é conhecido na região como “bateria do Sudeste Asiático”<sup>71</sup> (por possuir grande potencial hidrelétrico no curso do Rio Mekong) é um grande recebedor de investimentos para o desenvolvimento de energia hidrelétrica. De acordo a Radio Free Asia (RFA, 2016), dezenas de hidrelétricas foram e serão construídas ao longo do rio Mekong no território do

<sup>69</sup> Chinese investments play large role in Southeast Asia hydroelectric growth. U.S. Eenergy Information Administration, 16 ago. 2013. Disponível em: <<https://www.eia.gov/todayinenergy/detail.php?id=12571>>. Acesso em: 14 set. 2020.

<sup>70</sup> “Added capacity has turned Laos into a major regional exporter of electricity, much of which goes to China. In 2011, Laos exported almost 678 million kWh, or nearly 32% of its total generation, and electricity exports accounted for about one third of its total exports.” (USEIA, 2013).

<sup>71</sup> Laos and its Dams: Southeast Asia’s Battery, Built by China. Radio Free Asia, 2016. Disponível em: <<https://www.rfa.org/english/news/special/china-build-laos-dams/>>. Acesso em: 13 set. 2020.

Laos, sendo que grande parte da produção energética destas hidrelétricas é destinada a abastecer o mercado consumidor da região Sul da China. A tabela 3 faz o demonstrativo dos projetos concluídos no Laos até o ano de 2016.

Tabela 3 – Financiamento Chinês de Hidrelétricas no Laos concluídos até 2016.

Nome do Projeto	Distrito	Província	Energia (GWh/ano)	Ano de Conclusão da Construção	Desenvolvedora do Projeto
Namlik 1-2	Feuang	Vientiane	435	2010	CWE
Namngeum	Phoukoud	Xiengkhuang	507	2012	Sinohydro
Namngieb 2	Phaxay	Xiengkhuang	732	2015	CWE
Nambeng	Houn	Oudomxay	145	2016	China National Electrical Equipment Corp.
NamOu 2	Ngoy	Luangphrabang	546	2016	Sinohydro
NamOu 5	Samphanh	Phongsaly	1049	2016	Sinohydro
NamOu 6	Phongsaly	Phongsaly	739	2016	Sinohydro

Fonte: RFA (2016, tradução livre), elaborada pelo autor.

Na tabela 3 são mencionados apenas sete projetos concluídos até 2016, mas havia a previsão de término da construção de pelo menos mais onze hidrelétrica entre 2016 e 2035. De toda a energia produzida por estas hidrelétricas, grande parte é destinada à China (USEIA, 2013). A transmissão da energia produzida no Laos é levada por meio de cabeamento para a

China, justificando sua classificação como tendo vinculação direta com o Estado chinês.

Além do Laos, o Mianmar também recebeu extensos investimentos no subsetor hidrelétrico. A USEIA (2013) mostra que por volta de 2030, 98% da demanda de energia do país será produzida através das hidrelétricas, enquanto em 2007 a produção chegava a apenas 50% da demanda. Grande parte desta adição na produção energética de países como Laos e Mianmar é direcionada para a China, atendendo ao que fora descrito por Rodrigues e Hendler (2018).

Grande parte destes projetos são levados a cabo por empresas estatais chinesas (SOEs), com a tabela 3 demonstra. Dos sete projetos descritos, quatro foram realizados pela *Sinohydro*, uma SOE chinesa voltada para desenvolvimento de infraestruturas hidrelétricas. Isso demonstra o interesse chinês de manter certo controle das fontes de energia próximas ao seu território, tendo em vista que não apenas no Laos, mas também no Mianmar e Camboja, grande parte dos investimentos realizados no setor energético provém de SOEs. Alguns autores, como Jones e Zou (2017) apontam que há certa autonomia das SOEs em relação ao governo de Pequim, no entanto os altos funcionários destas empresas são ou membros do Partido Comunista Chinês, constituindo parte do Estado chinês, ou têm ligações com estes.

Dessa forma, determinados investimentos principalmente os realizados por SOEs podem servir a uma lógica de Estado, não de mercado. Assim, os investimentos em energia, particularmente em países próximos ao território chinês, podem cumprir a função de assegurar a obtenção de energia necessária para o desenvolvimento chinês. Estas infraestruturas desenvolvidas com financiamento chinês podem ter uso dual. Convém ressaltar que a identificação de tecnologias e infraestruturas que podem ter uso dual envolve algum tipo de especulação e subjetividade. Isto posto, em relação ao subsetor de energia hidrelétrica, a automatização de muitos processos, desde a sua produção até a distribuição, resulta em uma série de possibilidades de interferência.

Com a utilização cada vez maior de materiais tecnológicos, as usinas e os meios de transmissão da energia elétrica ficam suscetíveis a ataques de hackers. Considerando que uma parte considerável de usinas hidrelétricas do Laos, Mianmar e Camboja foram construídas e são administradas pelas empresas chinesas, geralmente SOEs, caso seja necessário em uma situação de conflito ou negociação diplomática, a produção e a transmissão de eletricidade poderiam ser sabotadas e afetadas pelas empresas chinesas, causando problemas nos países que recebem estas infraestruturas. Isso poderia ocorrer em um futuro hipotético no qual a China já tenha atingido segurança energética por seus próprios meios, sendo as hidrelétricas nos países vizinhos dispensáveis. No entanto, atualmente o Laos tem grande parte do seu PIB atrelado à exportação

de energia elétrica para seus parceiros, principalmente para a China. Portanto, a China tem um grande poder de barganha em relação ao Laos devido à relação assimétrica entre eles, podendo essa assimetria ser utilizada contra o Laos para a conquista de objetivos políticos e diplomáticos chineses.

Os projetos de hidrelétricas desenvolvidas no curso do Rio Mekong outros meios de uso dual que não relacionados diretamente com a sabotagem das represas e hidrelétricas. Este rio passa por diversos países e em alguns deles, particularmente no Vietnã, muitas pessoas dependem dele para se alimentar, já que os peixes deste rio são uma das principais fontes de proteína das populações que vivem no seu entorno. Caso as represas onde se localizam as hidrelétricas forem operadas de forma errônea (neste caso, propositalmente), grandes trechos do rio podem ser afetados, prejudicando não apenas a pesca, mas também a agricultura nos países parceiros da China.

Além disso, um outro projeto envolvendo a China se destaca no sentido de uso dual: a ferrovia Vientiana-Boten, também conhecida como ferrovia China-Laos. Essa ferrovia liga a capital do Laos (Vientiana) ao sul da China, cruzando uma boa parte do país. Empresas estatais chinesas estão fazendo parte da construção desta ferrovia, como a *China Railway Corp.* e a *China Railway Engineering* e parte do financiamento da ferrovia foi realizada pelo Laos via empréstimo feito junto ao *Export-Import Bank of China*<sup>72</sup>.

Essa ferrovia, no entanto, é parte de um projeto maior, a chamada ferrovia Kunming-Cingapura. Essa ferrovia sairia teria início na província de Yunnan, na China, e iria até Cingapura. Isso poderia criar para a China uma possibilidade de saída para o mar do Sul da China e acesso ao Estreito de Malaca por terra, ou seja, não dependeria do MSC. Com isso, há a possibilidade de, em caso de conflito, o deslocamento de tropas chinesas para o Sul do continente asiático utilizando estas linhas férreas e, portanto, sem necessitar de transporte marítimo para as forças armadas. Além disso, estas ferrovias poderiam ser utilizadas como meios logísticos para o fornecimento de equipamentos militares em possíveis bases terrestres ou navais localizados em países costeiros, como Cingapura, Malásia, entre outros.

Portanto, as possibilidades de uso dual das infraestruturas desenvolvidas na primeira onda de investimentos chineses podem gerar insegurança energética nos países parceiros (com a sabotagem ou com ataques hackers a centros de produção e transmissão de energia elétrica), insegurança alimentar (caso haja a má utilização das represas ao longo do Rio Mekong, por

---

<sup>72</sup> Can aos profit from China rail link despite being US\$1.5 billion in debt? South China Morning Post, 10 dez. 2019. Disponível em: <https://www.scmp.com/week-asia/opinion/article/3041394/can-laos-profit-china-rail-link-despite-being-us15-billion-debt>. Acesso em: 14 set. 2020.

exemplo) e também pela possível utilização das linhas férreas para o transporte e logística de militares e material bélico em caso de conflito. O uso não dual de infraestruturas com vinculação direta com a China será analisado na próxima subseção.

#### 4.3.2. Primeira Onda de IED: Vinculação Direta sem Uso Dual de Tecnologia

Os investimentos chineses da primeira onda que não têm a possibilidade de uso dual das infraestruturas e tecnologias e que possuem vinculação com a China são poucos. São áreas que naturalmente não apresentam muitas possibilidades de utilização como meios militares em caso de conflito, como por exemplo o plantio de grandes áreas de árvores como o eucalipto, voltado à produção de papel; investimentos no setor têxtil, no setor de energias alternativas (energia solar), etc.

Geralmente são investimentos feitos por empresas privadas chinesas nos países vizinhos. Um exemplo disso é a empresa *Shandong Sun Paper*, uma das maiores empresas produtoras de papel e celulose do mundo. Esta empresa realizou quatro IEDs no Laos, criando uma subsidiária laosiana em 2010, a *Sun Paper Holding Laos Co. Ltd.*, que atua desde então no país. A empresa investiu no Laos cerca de US\$ 1.2 bilhões, parte no plantio de árvores e parte em plantas de processamento de fibra de celulose. O plantio de eucalipto se deu em uma área de reflorestamento de cerca de 100.000 hectares na província de Savvanaketh<sup>73</sup>. A planta de produção de celulose e papel pode gerar uma receita de mais de 200 milhões de dólares anualmente<sup>74</sup>.

Além disso, houve investimentos também no setor imobiliário na região. Um dos projetos deste setor desenvolvido no Laos foi a construção de um complexo residencial, comercial e turístico na capital do país, pela empresa *Shanghai Wanfeng Group*. A empresa fez um investimento de cerca de US\$ 1.6 bilhões, sendo que o projeto será feito em uma área de 365 hectares ao redor do lago de That Luang<sup>75</sup>.

No setor energético, alguns projetos menores de produção foram realizados por empresas privadas, principalmente no Vietnã, no subsetor de energias alternativas. Três projetos de IED foram realizados, contando com a participação de empresas como a *JA Solar*,

<sup>73</sup> Laos: Chinese company Sun Paper plans eucalyptus monocultures. World Rainforest Movement, 30 Jul. 2009. Disponível em: <<https://wrm.org.uy/articles-from-the-wrm-bulletin/section3/laos-chinese-company-sun-paper-plans-eucalyptus-monocultures/>>. Acesso em: 15 Set. 2020.

<sup>74</sup> Sun Paper Group to expand business in Laos. China Daily, 23 Out. 2018. Disponível em: <[http://shandong.chinadaily.com.cn/2018-10/23/c\\_285168.htm](http://shandong.chinadaily.com.cn/2018-10/23/c_285168.htm)>. Acesso em: 15 Set. 2020.

<sup>75</sup> Chinese company in a major property project in Laos. The National, 24 Dez. 2012. Disponível em: <<https://www.thenational.ae/business/property/chinese-company-in-a-major-property-project-in-laos-1.454097>>. Acesso em: 15 Set. 2020.

que forneceu painéis solares para a construção de uma instalação de produção de energia solar. A planta de produção de energia solar é denominada *BP Solar 1*, e prevê a produção de cerca de 80 milhões de kilowatt horas (KWh), que será destinado ao consumo interno do Vietnã<sup>76</sup>.

Este projeto de produção de energia solar não pode ter uso dual, já que a empresa citada é apenas subcontratada para o fornecimento das placas fotovoltaicas para a construção da planta de geração de energia. A operação da planta e distribuição da energia produzida nesta instalação é feita por outras empresas, de modo que a sabotagem e invasão destas infraestruturas se torna mais improvável, ao contrário das hidrelétricas mencionadas na subseção anterior.

Ademais, projetos imobiliários como o citado acima não tem possibilidade de uso dual pois primeiramente não envolvem nenhum tipo de infraestrutura sensível, como a produção de energia elétrica, por exemplo. Em segundo lugar, projetos residenciais no interior de países geralmente não podem ter nenhuma funcionalidade a nível militar (como o projeto levado a cabo pela *Shanghai Wanfeng*), ao contrário de determinados projetos do setor imobiliário realizados em regiões litorâneas, que podem receber uma série de empreendimentos que auxiliem o processo de logística e reabastecimento de frotas navais, que será analisado na próxima subseção.

O mesmo ocorre com a operação da empresa *Shandong Sun Paper* no Laos. O uso dual das capacidades desenvolvidas por essa empresa somente beneficia a própria empresa, tendo em vista o ramo bastante específico de sua atuação. Dessa forma, se justifica a classificação dos investimentos de primeira onda que tem vinculação com a China com o não-uso dual das infraestruturas e tecnologias desenvolvidas.

#### **4.3.3. Primeira Onda de IED: Vinculação Indireta e Uso Dual de Tecnologia**

Os projetos de vinculação indireta com a China podem ser entendidos como aqueles que não têm ligação física com a China continental. Portanto, os países insulares e os que não fazem fronteiras terrestres com a China (com algumas exceções, como o Camboja, por exemplo) não tem a vinculação com o Estado chinês. Levando isso em consideração, algumas das infraestruturas já citadas na seção 4.3.1, relativas à possibilidade de uso dual, repetem-se nesta classificação. Uma parte dos projetos de produção de energia elétrica nestes lugares, particularmente termelétricas e usinas nucleares podem se encaixar na definição de uso dual.

---

<sup>76</sup> Foreign investors splash the solar cash. Vietnam Investment Review, 04 Abr. 2019. Disponível em: <<https://www.vir.com.vn/foreign-investors-splash-the-solar-cash-66863.html>>. Acesso em: 15 Set. 2020.

Na Malásia, uma estatal chinesa, a *China Nuclear General (CNG)* realizou a aquisição de uma empresa líder do setor energético no país, a *Edra Global Energy Bhd*, pelo valor de 9.8 bilhões de renmibi<sup>77</sup>. A *Edra* possui instalações em quatro países sem contar a Malásia: Bangladesh, Egito, Emirados Árabes Unidos e Paquistão. Isso traz a possibilidade de a CNG ter uma base de operação nestes países, expandindo seu raio de ação. Cabe destacar que isso torna todos os países onde a *Edra* opera suscetíveis às vulnerabilidades e possibilidades de uso dual de suas instalações que já foram mencionadas neste trabalho.

Há diversos projetos referentes a usinas termelétricas financiados por empresas chinesas. A Indonésia aparece como um dos principais países receptores de IEDs nesse setor. Foram nove projetos realizados, com o investimento total de US\$ 5.9 bilhões. As empresas que realizaram os IEDs foram SOEs, mas duas se destacam pela quantidade de projetos: a *Huadian* e a *Shenhua*. Estas duas empresas são responsáveis por cinco dos nove projetos realizados no setor de termelétricas na Indonésia. Uma das plantas já operacionais é a *Shenhua Guohua Power Station*, que está funcionando desde 2011, localizada no Sul da Ilha de Sumatra. Além das hidrelétricas a base de carvão, as empresas também se envolvem na extração do carvão das minas. Com o declínio na utilização de carvão pela China e substituição desta fonte de energia por energias mais limpas, a Indonésia surgiu como um mercado em consumidor promissor para o investimento de empresas como a *Huadian* e a *Shenhua*, tendo em vista que ambas têm como foco a construção e operação minas de carvão e plantas termelétricas (BUCKLEY, 2016).

Estas usinas de produção de energia termelétrica tem o potencial de uso dual, de maneira que há a possibilidade de invasão digital das plantas, que atualmente têm em sua estrutura muitos componentes eletrônicos. Isso poderia afetar a produção e transmissão da energia produzida na Indonésia, causando insegurança no setor energético do país. Sobretudo a produção de carvão serve também a um outro propósito: é parte essencial no processo de produção de aço. O setor de metais, particularmente o subsector de produção de aço recebeu uma série de investimentos. Dos 13 IEDs destinado ao setor de metais, nove deles foram direcionados a projetos relacionados à produção de aço. Um dos mais importantes projetos foi realizado pela empresa *China Nickel Resources*, sendo investidos cerca de US\$ 1.8 bilhões.

Esse investimento se refere a uma participação de 61% de uma nova instalação criada na província indonésia de Kalimantan do Sul. O novo empreendimento se chama *PT Batulicin Steel*, e prevê a produção de cerca de 1 milhão de toneladas de barras de ferro por ano. Além disso, outra empresa chinesa que realizou uma série de investimentos na Indonésia foi a

---

<sup>77</sup> COVER HISTORY: What is China General Nuclear? The Edge Markets, 01 Jan. 2016. Disponível em: <<https://www.theedgemarkets.com/article/cover-story-what-china-general-nuclear>>. Acesso em: 15 Set. 2020.

*Tsingshan Steel*, com dois projetos em diferentes ilhas do país: a *Indonesia Morowali Industrial Park* (IMIP) e a *Indonesia Weda Bay Park* (IWIP). Esses investimentos somados resultam em mais de 650 milhões de dólares, podendo ser entendidos dentro da estratégia de portos-parque-cidade (PPC).

Os projetos de PPC são expostos no relatório de Thorne e Spevack (2017), segundo os quais o desenvolvimento do modelo de PPC

[...] une os interesses marítimos da China ainda mais ao desenvolvimento econômico dos países destinatários e aumenta a interdependência entre esses países e a China. Também permite que as indústrias chinesas se expandam para os mercados estrangeiros e modernizem a capacidade industrial local para apoiar as atividades marítimas da China. Embora nunca declarado explicitamente, este modelo também pode ser adaptado para estabelecer as bases para a estratégia "primeiro civil, depois militar" discutida anteriormente. Construindo infraestrutura de uso dual e capacidade industrial, como para metalurgia e indústrias de construção naval, em torno de portos-chave aumentariam a utilidade logística dos portos comerciais no caso de uma operação militar.<sup>78</sup> (THORNE e SPEVACK, 2017, p. 28, tradução livre).

O modelo de PPC pode ser feito integrando as zonas portuárias com as instalações interioranas do país parceiro, tornando possível a utilização destes locais por embarcações militares. O investimento no setor de metais, principalmente na produção de aço, um dos setores com maior investimento e projetos desenvolvidos, com 11.3% do IED total, serviria para oferecer um ponto estratégico para o reparo de embarcações, e toda a infraestrutura desenvolvida ao redor da área portuária poderia ser convertida em uma zona de logística de fins militares. Uma operação total de reabastecimento de suprimentos e manutenção de um navio da Marinha Chinesa (*People's Liberation Army Navy - PLAN*) foi realizado em um porto da Tailândia em 2016, contando para isso apenas empresas chinesas, o que levou um militar do altão escalão da PLAN constatar que “onde quer que haja negócios chineses, os navios de guerra terão um ponto de apoio de transporte”<sup>79</sup> (THORNE e SPEVACK, 2017, p. 28, tradução livre).

No sudeste asiático há o plano de estabelecer cerca de seis portos com possibilidade de receber a infraestrutura de um PPC: um no Camboja, em Mianmar, na Indonésia, em Brunei e dois na Malásia (THORNE e SPEVACK, 2017, p. 25). Cabe ressaltar que um dos portos da Malásia é localizado no Estreito de Malaca, enquanto o porto da Indonésia está muito próximo

---

<sup>78</sup> “[...] ties China’s maritime interests even more closely to the economic development of recipient countries and increases interdependence between these countries and China. It also allows Chinese industries to expand into overseas markets and modernize local industrial capacity to support China’s maritime activities. Though never explicitly stated, this model could also be adapted to lay the groundwork for the “first civilian, later military” (先民后军) strategy discussed earlier. Building up dual-use infrastructure and industrial capacity, such as for metallurgical and shipbuilding industries, around key ports would augment the logistical utility of commercial ports in the event of a military operation.” (THORNE e SPEVACK, 2017, p. 28).

<sup>79</sup> “[...] wherever there is Chinese business, warships will have a transportation support point”. (THORNE e SPEVACK, 2017, p. 28).



ao estreito de Sunda. Isso sustenta a ideia de que a China busca evitar o dilema de Malaca e assim, criando estas infraestruturas nestes locais, assegura a manutenção dos estreitos abertos à passagem de embarcações chinesas e um local para atracar seus navios militares em caso de conflito.

Um outro investimento que sustentaria a ideia de que o modelo de PPC pode ser utilizado como um ponto de logística militar naval foi a compra da empresa *Global Logistics Properties Ltd.*, a maior operadora de armazéns logísticos da Ásia, localizada em Cingapura, por um consórcio chinês envolvendo a *China Vanke Corp.*, a *Hopu Investment Management Co.*, a *Hillhouse Capital* e um segmento de investimentos do *Bank of China* (SITO e ZHEN, 2017). Considerado um investimento misto, o valor de US\$ 11.6 bilhões tornou o consórcio chinês detentor da maior estrutura de logística da Ásia, que pode se tornar - no caso de necessidade gerada por um conflito armado - em um esquema de logística militar não apenas para embarcações militares chinesas na região, mas também para a logística do exército, que poderia ser transportado até a região utilizando a ferrovia que está em construção, que liga Cingapura à província de Yunnan, na China.

Com isso, há a possibilidade de que parte do investimento realizado em países como Cingapura, Malásia e Indonésia sejam destinados à tentativa de evitar o Dilema de Malaca. Marcando sua presença por meio de diversos projetos nestes países, a China pode, em situações extremas, manter o Estreito de Malaca aberto com base no uso da força – e assim, as tropas seriam supridas e mantidas pela infraestrutura chinesa local – ou por meio da persuasão e barganha em torno da capacidade latente presente na região.

#### **4.3.4. Primeira Onda de IED: Vinculação Indireta sem Uso Dual de Tecnologia**

Uma parte considerável dos IEDs direcionados aos países que compõem o Estreito de Malaca pode ser encaixada na classificação de uso dual. No entanto, alguns projetos realizados nestes países não possuem capacidade de uso dual. Por exemplo, os investimentos recebidos por Cingapura no setor de agricultura. São dois os projetos, no valor de aproximadamente US\$ 380 milhões, feitos pela SOE chinesa *Sinochem*. A *Sinochem* é um conglomerado multinacional que se destaca na produção de produtos químicos, fertilizantes e na exploração de petróleo.

Esta empresa realizou a compra de cerca de 55% de uma empresa de Cingapura no valor de US\$ 175 milhões<sup>80</sup>. A empresa que teve parte vendida ao conglomerado chinês, a *Halcyon*

---

<sup>80</sup> Sinochem International, Halcyon Agri to create biggest natural rubber supply chain manager. Reuters, 27 Mar. 2016. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/us-hac-m-a-sinochem-intl-idUSKCN0WU04D>>. Acesso em: 16 Set. 2020.

Agri, possui uma das maiores produções de borracha natural do mundo. Além da fabricação da borracha natural, também conta com a maior rede de fornecimento de borracha do mundo.

Além disso, diversos investimentos no setor imobiliário foram realizados no SE Asiático, que não podem ser classificados com possibilidade de uso dual. Cingapura foi o país que mais recebeu investimentos neste setor, sendo 15 os projetos realizados a um valor de US\$ 4.5 bilhões. Alguns destes projetos se localizam nas proximidades de portos, podendo obedecer à lógica dos PPC, no entanto, outros são apenas projetos sem relações com a China nem com possibilidade de uso dual de suas instalações.

Em 2013, a POE chinesa *Shandong Bright Ruby*, atuante no ramo imobiliário, realizou a compra de um hotel em Cingapura, no valor de quase US\$ 1 bilhão. Essa foi considerada o maior valor pago em um ativo imobiliário na história de Cingapura. O valor histórico foi investido no *Hotel Grand Park Orchard*<sup>81</sup>, um hotel de luxo, que é conhecido por sua arquitetura e design inovadores. Apesar de ter sido uma aquisição histórica, pelo valor pago no ativo, o *Grand Park Orchard* não tem possibilidade de uso dual de sua estrutura, já que se refere, basicamente, a um lugar luxuoso destinado à recepção de viajantes e moradores locais que frequentam o *shopping center* que compõe uma parte da estrutura.

Além disso, no setor de transportes também foram realizados IEDs que não tem vinculação com a China nem possibilidade de uso dual de sua infraestrutura. Um dos projetos que se destaca nesta categoria é a Ferrovia Jacarta-Bandung. Como o nome sugere, é uma ferrovia que ligará as cidades de Jacarta, capital da Indonésia e Bandung, capital da província de Java Ocidental. Essa ferrovia foi construída por uma *joint venture* envolvendo empresas estatais da Indonésia e a SOE chinesa *China Railway Engineering*.

Nesta *joint venture*, as estatais indonésias financiaram e receberam 60% das participações acionárias da empresa, enquanto a SOE chinesa financiou 40% do projeto, que resultou em um investimento de cerca de US\$ 2.4 bilhões<sup>82</sup>. Este projeto não possui nenhuma ligação com o Estado chinês, a não ser a atuação de um estatal na sua concepção. O IED direcionado à ferrovia se deu, possivelmente, devido à saturação do mercado interno chinês por infraestruturas de transporte. A construção da ferrovia Jacarta-Bandung é um projeto de integração entre estas duas cidades, não podendo haver o uso dual dessa infraestrutura.

#### **4.3.5. Segunda Onda de IED: Vinculação Indireta e Uso Dual de Tecnologia**

<sup>81</sup> Grand Park Orchard, Gallery Hotel sold for \$14.3b to new owners. Singapore Business Review, 02 Ago. 2013. Disponível em: <<https://sbr.com.sg/source/ttg-asia/grand-park-orchard-gallery-hotel-sold-143b-new-owners>>. Acesso em: 16 Set. 2020.

<sup>82</sup> Jakarta to Bandung High-Speed Rail. Railway Technology, 26 Nov. 2015. Disponível em: <<https://www.railway-technology.com/projects/jakarta-to-bandung-high-speed-rail/>>. Acesso em: 16 Set. 2020.

Recentemente, iniciaram os investimentos de segunda onda, ou seja, aqueles relacionados com setores mais intensivos em tecnologia. Os IEDs de segunda onda geralmente são feitos por empresas do ramo da tecnologia visando implantar serviços de telecomunicações, financeiros e informacionais. A quantidade de investimento nestes setores é menor em comparação com os setores mais consolidados, como o energético por exemplo, pois estão apenas no início, enquanto o setor energético já recebe investimentos a mais de uma década. O setor de tecnologia recebeu o correspondente a 3.4% do total de IED chinês para o SE Asiático, distribuídos da seguinte forma:

Tabela 4 – Descrição dos IEDs chineses no Setor de Tecnologia.

<b>Ano</b>	<b>Empresa</b>	<b>Valor Investido (US\$ milhões)</b>	<b>País Destino</b>	<b>Afiliação da Empresa</b>
2013	CDH	\$ 110	Vietnã	POE
2014	China Mobile	\$ 880	Tailândia	SOE
2015	Nantong Fujitsu	\$ 370	Malásia	POE
2015	Jiangsu Changjiang, Semiconductor Manufacturing International, IC Fund	\$ 1660	Cingapura	MISTO
2018	Tianshui Huatian	\$ 440	Malásia	POE
2019	GoerTek	\$ 260	Vietnã	POE
2019	China Telecom	\$ 860	Filipinas	SOE
2019	China Mobile	\$ 120	Cingapura	SOE

Fonte: China Global Investment Tracker, American Enterprise Institute, 2020; elaborado pelo autor.

Dos oito projetos realizados no setor de tecnologia, três deles foram feitos por SOEs, enquanto o restante foi realizado por empresas privadas. Os projetos levados a cabo por SOEs foram encabeçados por duas empresas: a *China Mobile* (dois projetos) e a *China Telecom* (apenas um projeto). Ambas empresas foram citadas em um documento oficial de 1999 do Departamento de Estado dos Estados Unidos como sendo empresas que cooperam com o Exército chinês, e que, portanto, deveriam ser colocadas sob observação (ALLEN-EBRAHIMIAN e DORFMAN, 2020). Este documento com a lista das empresas chinesas foi liberado somente em 2020, ou seja, fora mantido em sigilo por 21 anos. Apesar disso, continua sendo uma lista bastante atual, de forma que o presidente dos EUA tem a possibilidade de, atualmente, impor sanções a estas empresas caso sejam constatadas irregularidades na ação das mesmas (ALLEN-EBRAHIMIAN e DORFMAN, 2020).

Em relação aos projetos no setor de tecnologia, há possibilidade para o uso dual das capacidades. Retomando o que foi descrito por Chong (2014), grande parte dos serviços que se referem a transferências de dados, banda larga, aplicativos, etc., apresenta uma natureza de uso dual. Assim como nas redes de produção e transmissão de energia elétrica, as redes de transmissão de dados móveis, de banda larga e aplicativos podem se tornar alvos de ciberataques e invasão de privacidade. Particularmente nos projetos desenvolvidos pelas empresas *China Mobile* e *China Telecom*, a questão de invasão de privacidade e espionagem dos usuários podem ser levantadas, já que, como visto anteriormente, estavam listadas em documentos secretos norte-americanos como empresas que cooperavam com o regime chinês.

A *China Mobile*, que desenvolveu dois projetos, um na Tailândia e outro em Cingapura, focou seus IEDs na expansão dos seus serviços de telecomunicações e informações. O projeto realizado na Tailândia, no valor de US\$ 880 milhões, foi a aquisição de 18% da empresa *True Corp.*, um dos maiores grupos de telecomunicações da Tailândia (JITTAPONG, 2014). O segundo projeto, realizado em 2019, foi a construção de um Centro de Dados em Cingapura. Centros de dados (ou *Data Center*, em inglês) são locais centralizados onde estão meios computacionais e de internet necessários para coletar, processar, armazenar, distribuir e permitir acesso a grandes quantidades de dados (JOHNSON, s.d).

Portanto, é necessário que haja centros de dados de empresas que fornecem serviços de internet a fim de que este fornecimento seja estável e suporte uma grande quantidade de pessoas e empresas operando regularmente. O centro de dados da *China Mobile*, chamado de *China Mobile International's data center*, visa a criação das capacidades necessárias para dar suporte de internet para a expansão chinesa no Sudeste Asiático, particularmente por meio da BRI (MAH, 2019).

Ambos projetos desenvolvidos pela *China Mobile* trabalham com dados, sendo o volume de dados mais expressivos no projeto do centro de dados. Com isso, se pode questionar a possibilidade de acesso aos dados dos usuários e sua utilização para propósitos de espionagem, venda de dados ou mesmo censura, já que os centros de dados também armazenam informações sobre servidores e sites, sendo possível não tornar determinados assuntos disponível para o acesso nas redes de internet.

A *China Telecom*, outra SOE voltada para o fornecimento de telecomunicações, realizou apenas um IED nas Filipinas. A criação de uma *joint venture* entre a *China Telecom* e as holdings de um “magnata próximo ao Presidente Rodrigo Duterte” (*sic*) (MORALES e LEMA, 2020) se chama *DITO Telecommunity Corporation* e irá rivalizar com as únicas duas empresas que fornecem serviço de telefonia e internet no país. A SOE chinesa é dona de 40% da empresa, o máximo de direito à propriedade permitido a empresas estrangeiras pela legislação filipina. A criação e operação da empresa foi questionada por deputados filipinos, que temem a utilização da empresa para espionagem dos chineses<sup>83</sup>. Além disso, torres de celular foram construídas em áreas militares, levantando ainda mais questionamentos sobre a possibilidade ou não de uso dual destas instalações por parte da empresa chinesa.

O veículo de mídia digital voltado para a área da tecnologia KrAsia fez um levantamento de alguns investimentos no sudeste asiático. Foram relatados seis projetos realizados pela empresa chinesa *Tencent*, sendo realizados na Tailândia, Vietnã, Cingapura, Indonésia e Filipinas. Estes investimentos são, em geral, a aquisição de parte de empresas já existentes nos países parceiros, ou então a criação de *joint ventures*. Os principais setores que recebem estes investimentos são os de entretenimento, fintech e *e-commerce* (ZHIXIN, 2019).

A *Tencent* é conhecida por ser a criadora do aplicativo *WeChat*, uma rede social similar e que une muitas das funcionalidades oferecidas por aplicativos como Facebook e WhatsApp. Além disso, oferece um serviço de pagamentos online e se tornou o principal aplicativo China, já que as grandes redes sociais como as citadas anteriormente têm seu uso proibido no país. No entanto, por mais que seja uma empresa privada, a *Tencent* é acusada de envolvimento com o governo chinês, fornecendo a eles os dados dos usuários e ajudando no controle da mídia e realizando censura em suas redes sociais. Um relatório publicado por Ruan et al. (2016), denominado “*One App, Two Systems: How WeChat uses one censorship policy in China and*

---

<sup>83</sup> Philippines to allow China Telecom to build cell towers on military bases. South China Morning Post, 11 Set. 2019. Disponível em: < <https://www.scmp.com/news/asia/southeast-asia/article/3026781/philippines-allow-chinese-state-owned-china-telecom-build>>. Acesso em: 17 Set. 2020.

*another internationally*”, demonstra como o aplicativo *WeChat* utiliza algoritmos e mecanismos de inteligência artificial para censurar conteúdos proibidos na China continental.

De acordo com Ruan et al. (2016, p. 8, tradução livre),

Em 2010, o Escritório de Informações do Conselho de Estado da China (EICEC) publicou um importante documento emitido pelo governo sobre sua política de Internet. Inclui uma lista de tópicos proibidos que são vagamente definidos, incluindo ‘perturbar a ordem e estabilidade social’ e ‘prejudicar a honra e os interesses do Estado’. No final de maio de 2014, o Escritório de Informações da Internet do Estado da China (EIEEC), o Ministério da Segurança Pública (MSP) e o Ministério da Indústria e Tecnologia da Informação (MITI) lançaram em conjunto uma campanha de um mês visando os serviços de mensagens instantâneas (MI chineses em uma tentativa de limpar ‘informações ilegais e prejudiciais’ e afastar ‘forças hostis em casa e no exterior’.<sup>84</sup>

A política de internet foi adotada pelo *WeChat*, de forma que sem o seu aceite a operação da empresa e do aplicativo não seriam permitidas e, posteriormente, a censura das informações “ilegais e prejudiciais” (*sic*) foram também levadas a cabo pela empresa. Segundo declarações da empresa, alguns perfis direcionados à produção de conteúdos sensíveis foram retirados da plataforma pois infringiam as normas determinadas pelos órgãos reguladores de mídia, que a vigilância em cima de conteúdos proibidos seria constante e que usuários que produzissem ou compartilhassem este tipo de conteúdo seriam banidos das redes (RUAN et al., 2016, p. 8-9). Como resultado de alguns experimentos realizados pelos pesquisadores deste relatório, foi observado que determinados assuntos eram censurados não apenas nas contas chinesas do aplicativo, mas também nas contas estrangeiras (as contas utilizadas na pesquisa eram de usuários chineses e canadenses).

A utilização de tais aplicativos pode ser uma ferramenta de uso dual no futuro. Considerando que a segunda onda de investimentos está no início no sudeste asiático, possivelmente diversas empresas do ramo de tecnologia farão a expansão para a região. Dessa forma, a *Tencent* oferece um bom estudo de caso no sentido de buscar artifícios para prever quais seriam as possibilidades de ação do governo chinês nestes casos. Como esta empresa tem relação com o governo chinês - e nos cabe apenas especular se esta relação se dá de forma voluntária visando um projeto de poder ou de forma obrigatória a fim de manter suas operações abertas - e, sabendo que a mesma se envolve em esquemas de censura de determinados assuntos não apenas na China continental, mas também de países estrangeiros, podemos levantar

---

<sup>84</sup> “In 2010, China’s State Council Information Office (SCIO) published a major government-issued document on its Internet policy. It includes a list of prohibited topics that are vaguely defined, including ‘disrupting social order and stability’ and ‘damaging state honor and interests.’ In late-May 2014, China’s State Internet Information Office (SIIO), Ministry of Public Security (MPS), and the Ministry of Industry and Information Technology (MIIT) jointly launched a month-long campaign targeting Chinese instant messaging (IM) services in a bid to clean up ‘illegal and harmful information’ and to fend off ‘hostile forces at home and abroad.’” (RUAN et al., 2016, p. 8).

algumas hipóteses sobre a possibilidade de emprego das empresas de tecnologia no estadística econômica chinesa.

O controle de mídia imposto pelo PCC aos seus cidadãos poderia facilmente extrapolar as fronteiras da China continental, uma vez que isso já acontece em uma escala menor, conforme evidenciado por Ruan et al. (2016). No entanto, isso pode se converter em uma ferramenta de poder através da manipulação de eleições nos países vizinhos, colocando no poder aliados dos interesses chineses. Isso é bastante plausível, se analisarmos os desdobramentos do escândalo de vazamento de dados envolvendo a Cambridge Analytica, em 2016.

Além disso, o controle da informação nestes países poderia influenciar os habitantes da região a terem uma opinião mais favorável à China. Tendo em vista que já foram desenvolvidos algoritmos de censura de determinadas pautas na China, isso pode ser facilmente expandido para os usuários estrangeiros. Esta hipótese poderia causar menos influência no sudeste asiático, já que grande parte destes países tem a mídia mais livre que a China e, portanto, os serviços de informações chineses seriam apenas mais um veículo competindo com outros.

Considerando os IEDs de segunda onda como basicamente os investimentos na área da tecnologia e do setor financeiro, pode-se ver que a vinculação com a China é indireta, já não produzem infraestruturas que ligam fisicamente os países parceiros ao Estado chinês. No entanto, mesmo não sendo vinculados diretamente, particularmente no que se refere aos projetos desenvolvidos por empresas de tecnologia, o uso dual das capacidades pode ser identificado. Grande parte dos projetos no setor de tecnologia podem sofrer com vazamento de dados, espionagem e, a longo prazo, quiçá com censura de informações sensíveis que possam desestabilizar o regime chinês. Além disso, as redes de telecomunicações podem ser utilizadas para causar desinformação entre a população residente nos países parceiros da China, em caso de conflitos armados na região ou para dissuadir os Estados vizinhos em favor dos interesses chineses.

#### **4.3.6. Segunda Onda de IED: Vinculação Indireta sem Uso Dual de Tecnologia**

Os investimentos relacionados à segunda onda de investimentos não têm vinculação física com a China e a grande maioria é de natureza dual, já que envolvem tecnologias que tem possibilidade de serem invadidas ou sofrerem espionagem. Poucos projetos da segunda onda não envolvem uso dual das capacidades, sendo o setor de turismo um dos únicos que possui investimentos expressivos, mas sem possibilidade de uso dual.

Apenas dois IEDs foram contabilizados neste setor. O maior deles foi realizado por uma SOE chinesa chamada *China Communications Construction (CCC)*, contando com um investimento de cerca de US\$ 1.6 bilhão. O projeto está sendo realizado na Malásia, e conta com a presença de uma empresa malaia, a *Bina Puri Holdings Bhd*, sendo cada empresa dona de 50% do projeto (TENG e APPADURAY, 2016). Este IED corresponde à construção de um resort de frente para o mar, na cidade de Kuantan. O resort que está em construção se chama *Kuantan Waterfront Resort City* e contará com um complexo residencial e instalações médicas e de educação.

De acordo com a descrição do projeto, não se pode concluir que as instalações do resort possam ter uso dual, já que as construções são voltadas para o público civil. Ao contrário do *Kuantan Waterfront*, o outro projeto do setor de turismo descrito pelo *Global China Investment Tracker* também era a construção de um resort a ser desenvolvido pela empresa voltada ao setor imobiliário *Union Development*, no Camboja.

O Complexo de Dara Sakor envolvia a construção de um resort, um porto e um aeroporto em uma área de 36.000 acres, que corresponde a cerca de 20% da área costeira do Camboja. Porém, recentemente a *Union Development* foi colocada em uma “lista negra” de empresas pelo governo dos Estados Unidos, que alegam que o projeto de Dara Sakor pode ser utilizado como uma base militar chinesa. “Mike Pompeo, o secretário de Estado dos EUA, disse em um comunicado que a empresa foi alvo por causa de ‘seu papel em atividades corruptas no Camboja’ e porque o Dara Sakor ‘poderia ser usado para hospedar ativos militares da RPC’, contrariando a constituição do país.”<sup>85 86</sup>

Com isso, apenas um dos dois projetos relacionados ao setor de turismo não tem uso dual das instalações desenvolvidas. Além do turismo, outro setor que aparentemente não demonstra uso dual é o financeiro. Foram cinco IEDs relacionado ao setor financeiro, conforme descritos na tabela 5.

A vinculação ou não de projetos do setor financeiro é de difícil classificação, pois há uma grande vinculação financeira do país parceiro com a China, porém não há qualquer vinculação física. Dando prosseguimento ao raciocínio utilizado nas outras classificações, como não há vinculação física, consideraremos que não há vinculação dos IEDs financeiros

---

<sup>85</sup> “Mike Pompeo, the US Secretary of State, said in a statement the company had been targeted for ‘its role in corrupt activities in Cambodia’, and because the Dara Sakor “could be used to host PRC military assets”, contrary to the country’s constitution.”

<sup>86</sup> Furious Response as US blacklists Chinese developer over Cambodian ‘human rights violation’. *Global Construction Review*, 16 Set. 2020. Disponível em: <<https://www.globalconstructionreview.com/news/us-decision-blacklist-chinese-developer-over-cambod/>>. Acesso em: 18 Set. 2020.



com a China.

Tabela 5 – Descrição dos IEDs chineses voltado ao setor financeiro.

Ano	Empresa	Valor Investido (US\$ milhões)	País Destino	Afiliação da Empresa
2009	ICBC	\$ 530	Tailândia	SOE
2010	Bank of China	\$ 170	Camboja	SOE
2015	China Minsheng Investment	\$ 1500	Cingapura	POE
2016	Shenzhen Government	\$ 990	Cingapura	-
2017	China Galaxy Securities	\$ 120	Malásia	POE

Fonte: China Global Investment Tracker, American Enterprise Institute, 2020; elaborado pelo autor.

Dos projetos descritos na tabela 5, apenas um deles pode ser classificando como tendo capacidade de uso dual. A *China Minsheng Investment*, com seus US\$ 1.5 bilhão de investimento em Cingapura visava expandir sua operação para fora das fronteiras da China continental. O montante de 1.5 bilhões de dólares refere-se ao capital que a empresa realizar tem disponível para iniciar suas operações, que serão investimentos no SE Asiático e na América do Norte. No SE Asiático, a empresa já investe em um Parque Industrial na Indonésia (TAN, 2015), que pode se relacionar com as estruturas de PPC mencionado na subseção 4.3.3. Por isso a possibilidade de uso dual resultante da operação desta empresa.

No caso da *China Galaxy Securities*, seu investimento de US\$ 120 milhões foi destinado à criação de uma *joint venture* com uma empresa malaia, a *CIMB Group Holdings Berhad*. A empresa CIMB-CGS, fruto da união destas duas empresas, apresenta uma divisão de 50-50 da participação acionária, sendo sua área de atuação a “[...] corretagem institucional e de varejo, financiamento de margem de ações para clientes de corretagem, serviços de financiamento de ações e pesquisa de ações, bem como corretagem de derivativos listados em bolsa [...]”<sup>87 88</sup>

Os IEDs dos grandes bancos estatais chineses, como o *Industrial and Commercial*

<sup>87</sup> “[...] institutional and retail brokerage, share margin financing for broking clients, equity financing services and equities research, as well as exchange listed derivatives [...]].

<sup>88</sup> CGS-CIMB Securities officially starts stockbroking ops in Malaysia. The Edge Markets, 30 Jun. 2019. Disponível em: < <https://www.theedgemarkets.com/article/cgscimb-securities-officially-starts-stockbroking-ops-malaysia>>. Acesso em: 18 Set. 2020.

*Bank of China* e o *Bank of China* realizaram um IED cada, sendo que este investimento foi destinado à expansão das operações destes bancos na Tailândia e no Camboja, respectivamente. Já em relação ao IED realizado pelo Governo de Shenzhen, não foram encontradas informações de que tipo de projeto se refere.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 2013, o presidente da República Popular da China (RPC) apresentou o projeto da *Belt and Road Initiative*. Este projeto prevê a ligação entre a China e a Ásia Central, o Oriente Médio, a África e a Europa, por vias terrestres e navais. As rotas navais que ligam a China a estas regiões são circundadas pelo Sudeste Asiático, que se localiza entre o Oceano Índico e o Pacífico. Além de comportar uma das vias marítimas mais importantes da atualidade, também se destaca por possuir um bloco econômico de países em desenvolvimento que têm crescido muito nas últimas décadas, a ASEAN. Dessa forma, o SE Asiático, além de ser importante pela sua localização estratégica, é um grande parceiro econômico e comercial da China. Antes da apresentação da BRI o SE Asiático já recebia grandes volumes de Investimento Externo Direto, mas após 2013 este processo se intensificou.

No entanto, o intenso fluxo de investimentos começou a levantar suspeitas, principalmente nos países em desenvolvimento, sobre as intenções chinesas. No SE Asiático, estas suspeitas podem ser consideradas maiores, já que estão localizados no quintal estratégico chinês e têm atualmente observado uma intensa expansão da marinha chinesa na região. Portanto, os IEDs são percebidos, em alguns casos, como uma plataforma de expansão do poder político-militar chinês, por meio do mecanismo chamado *Economic Statecraft*: o uso de meios econômicos para a conquista de objetivos de política externa. Dessa maneira, o presente trabalho buscou demonstrar de que forma os IEDs chineses podem ser utilizados como uma forma de realizar objetivos de política externa nos países do SE Asiático, classificando os projetos desenvolvidos com o investimento chinês quanto à sua vinculação com a China e à possibilidade de uso dual das infraestruturas e capacidades desenvolvidas.

Para isso, o trabalho foi dividido em três capítulos. No primeiro capítulo, subdividido em quatro seções, foi realizada a apresentação conceitual de *Economic Statecraft*. Na primeira seção foi apresentado o conceito de *Statecraft*, que, segundo a definição de Mastanduno (2012), consiste na utilização dos meios disponíveis para propósitos de política externa, sendo as principais formas de *statecraft* o uso de meios militares, diplomáticos e econômicos.

Após esta conceituação, foi apresentado o conceito de *Economic Statecraft*, ou como foi utilizado ao longo do trabalho, Estadística Econômica (EE). Nesta seção foram apresentados os conceitos mais difundidos de EE, assim como as suas duas formas de aplicação: a EE positiva e a EE negativa. Na sua forma negativa, se destacam a utilização de punições econômicas, como

embargos, sanções econômicas tarifárias e não tarifárias, restrições de investimentos etc. Na sua forma positiva, se destacam o oferecimento de ajuda financeira externa, acordos comerciais visando a expansão do comércio, alteração de políticas monetárias, entre outras.

A terceira seção foi destinada a uma discussão sobre a relação entre EE e o comércio internacional, demonstrando de que forma as relações comerciais entre os Estados, em um ambiente cada vez mais integrado economicamente, pode ser utilizada como ferramenta de Estadística Econômica. Na última seção, foi apresentado o conceito de IED, as formas que estes investimentos podem assumir, como por exemplo *greenfield* ou *brownfield*, e de que forma podem ser utilizados como EE.

O segundo capítulo foi dedicado à reconstituição histórica da política externa chinesa, sendo dividido em três seções, cada uma apresentando uma Era da política externa da China. A primeira seção remete à Era Mao, remontando desde a Revolução Chinesa, com o embate entre as forças de Chiang kai'Shek e o Partido Comunista Chinês, de Mao Tse-Tung, e como esse acontecimento influenciou no modo como Mao governou a China posteriormente. Além disso, se discute a gravitação da política externa da China entre três polos: como aliada da União Soviética, na forma de isolacionismo e tendo como aliados os Estados Unidos.

Na segunda seção foi abordada a Era Deng, referente ao governo de Deng Xiaoping. Nesta seção o que se destaca é a análise das reformas econômicas introduzidas por Deng e seu governo, particularmente no que se refere à volta do pragmatismo nas relações da China com outros países, deixando um pouco de lado os aspectos ideológicos. Se destaca a criação das Zonas Econômicas Especiais a partir de investimentos recebidos de Hong Kong e Cingapura, que auxiliaram no desenvolvimento chinês nas décadas de 1980 e 1990.

A terceira e última seção analisa o período conhecido por Era Xi, que se inicia com o governo de Hu Jintao, em 2003 e posteriormente o governo de Xi Jinping, que teve início em 2013 e se estende até os dias atuais. O governo de Hu se destaca principalmente pelas tensões e contradições enfrentadas pela China durante seu governo: a contradição entre ser um país em desenvolvimento ou uma potência mundial e as tensões entre seus aliados – potências ocidentais se opondo a regimes ditatoriais do Norte da África e Oriente Médio. Porém em 2008, com a crise *subprime*, que prejudicou grande parte das potências do Ocidente, houve o espaço para que a China pudesse iniciar sua expansão econômica global. A quantidade de investimentos no exterior aumentou paulatinamente até o ano de 2013, com a apresentação da BRI por Xi Jinping. A partir de então, houve um salto na quantidade de projetos desenvolvidos

no exterior além do volume financeiro dos IEDs. Se destaca também a criação de diversos bancos e fundos de investimentos chineses voltados para o financiamento da BRI, sob o mando de Xi.

Os IEDs chineses e a sua possível utilização como ferramenta de Estatística Econômica no SE Asiático são o foco do terceiro capítulo, que fora dividido em três seções. A primeira seção se dedica a definir as duas ondas de investimentos chineses, sendo a primeira relacionada a construção de infraestruturas voltadas à produção e transmissão de energia, a infraestrutura de transportes, de agricultura, de logística, do setor imobiliário e de transportes marítimos, como portos. A segunda onda se relaciona com o desenvolvimento de projetos voltados para a área de tecnologia e do setor financeiro. Foi desenvolvida uma tabela ao final da primeira seção, apresentando a relação entre as ondas de investimento e a sua vinculação direta ou indireta com o território chinês, demonstrando que a primeira onda possui vinculação direta e indireta com a China, e a segunda onda possui apenas vinculação indireta.

A segunda seção foi focada na discussão acerca de tecnologias de uso dual. Como o objetivo do trabalho é analisar infraestruturas e tecnologias que foram construídas para uso civil, adotamos o conceito de uso dual como tecnologias que podem ser utilizadas civil e militarmente e que possuem características benéficas e nocivas. Ao fim desta seção foi apresentada uma tabela, relacionando as ondas de investimentos e a vinculação delas com a China e a possibilidade de uso dual ou não das capacidades desenvolvidas.

Para explicar a marcação de cada célula da tabela acima, foram apresentados alguns exemplos de projetos desenvolvidos no SE Asiático com investimento chinês. Como demonstrado na terceira seção do capítulo três, alguns setores se destacam em relação a cada uma destas classificações. Os projetos de primeira onda, com vinculação direta e uso dual de tecnologia estão mais ligados aos investimentos no setor energético, no Laos, no Camboja e em Mianmar. Os investimentos de vinculação direta e sem uso dual de tecnologia se destacam com os investimentos da empresa *Shandong Sun Paper*, com seus investimentos sendo direcionados para o plantio de eucaliptos em centenas de hectares no Laos e uma planta de processamento de celulose e produção de papel.

Em relação aos investimentos de primeira onda com vinculação indireta, os que se destacam por possuírem uso dual das infraestruturas são os portos desenvolvidos principalmente na Indonésia, na Malásia, em Mianmar, entre outros. Estes portos podem

obedecer à lógica das estruturas de PPC, sendo possível utilizá-los para a logística e a manutenção de navios militares chineses em caso de conflito. Os casos que se destacam por não terem uso dual das capacidades são, principalmente, relacionados a projetos do setor imobiliário, como a compra do hotel *Grand Park Orchard*, em Cingapura, e infraestruturas de transportes, como a Ferrovia Jacarta-Bandung.

A primeira onda de investimentos está, atualmente, bastante consolidada, com muitos de seus empreendimentos já concluídos e operacionais. Muitos deles, como foram apresentados anteriormente, podem apresentar uso dual das instalações, enquanto outro não apresentam. No entanto, a segunda onda de investimentos possui algumas questões a serem pensadas, particularmente no que se refere a segurança do ciberespaço.

Os investimentos de segunda onda foram iniciados posteriormente aos de primeira onda, mas ambos ocorreram de maneira concomitante. Os IEDs da segunda onda geralmente não possuem vinculação física com o Estado chinês. Entre seus projetos se destacam o setor de tecnologia como possuindo natureza dual, e o setor financeiro não podendo ter uso dual das suas capacidades. No que se refere aos projetos relacionados ao setor de tecnologia, foram demonstrados diversos exemplos que demonstram a natureza dual de quase todos os projetos desenvolvidos nesta área.

Os argumentos apresentados no caso da *Tencent*, por exemplo, podem levar a uma série de pesquisas futuras, envolvendo a análise dos projetos desenvolvidos por empresas de tecnologia chinesas em outros países e seu papel no ambiente virtual chinês. Tudo o que foi apresentado na última seção do capítulo três envolve algum nível de especulação, mas pode-se perceber que, atualmente, a esfera *online* apresenta maiores oportunidades de uso dual do que a esfera *offline*. Entretanto, a esfera online ainda não está bem desenvolvida em sua forma de IED no sudeste asiático, sobretudo porque as empresas chinesas de tecnologia ainda não se expandiram tanto para esta região, ao contrário da esfera offline, que tem investimentos bem consolidados em diversos setores. É provável que em breve haja maior expansão das empresas chinesas de tecnologia, e isso irá criar mais debates sobre a possibilidade de uso dual das tecnologias, mas principalmente no que se refere à utilização de informações como meio de Estadística Econômica.

## REFERÊNCIAS

- ALLEN-EBREHIMIAN, Bethany; DORFMAN, Zach. Defense Department produces list of Chinese military-linked companies. Axios, 24 jun. 2020. Disponível em: <<https://www.axios.com/defense-department-chinese-military-linked-companies-856b9315-48d2-4aec-b932-97b8f29a4d40.html>>. Acesso em: 02 set. 2020.
- ASEANstats Database, 2020. Disponível em: < <https://www.aseanstats.org/>> Acesso em: 16 ago. 2020.
- BALDWIN, Allan. Economic Statecraft. New Jersey: Princeton University Press, 1985. 424 p.
- BALDWIN. David A.. Economic Statecraft. Encyclopædia Britannica. Encyclopædia Britannica, inc., 21 jan. 2016. Disponível em <<https://www.britannica.com/topic/economic-statecraft>>. Acesso em: 07 nov. 2019.
- BLACKWILL, Robert D.; HARRIS, Jennifer M. War by other means: geoeconomics and statecraft. Cambridge: Harvard University Press, 2016.
- BLANCHARD, Jean-marc F.; MANSFIELD, Edward D.; RIPSAN, Norrin M.. The political economy of national security: Economic statecraft, interdependence, and international conflict. Security Studies, [s.l.], v. 9, n. 1-2, p.1-14, set. 1999. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/09636419908429393>.
- BUCKLEY, Tim. China Shenhua Energy Company: Key details from 2016 Interim Results aptly titled “Coal Supply-Side Reform”. Institute for Energy Economics and Financial Analysis, 2016.
- Can aos profit from China rail link despite being US\$1.5 billion in debt? South China Morning Post, 10 dez. 2019. Disponível em: <https://www.scmp.com/week-asia/opinion/article/3041394/can-laos-profit-china-rail-link-despite-being-us15-billion-debt>. Acesso em: 14 set. 2020.
- CGS-CIMB Securities officially starts stockbroking ops in Malaysia. The Edge Markets, 30 Jun. 2019. Disponível em: < <https://www.theedgemarkets.com/article/cgscimb-securities-officially-starts-stockbroking-ops-malaysia>>. Acesso em: 18 Set. 2020.
- CHANG-LIAO, Nien-chung. China’s New Foreign Policy under Xi Jinping. Asian Security, [s.l.], v. 12, n. 2, p. 82-91, 3 maio 2016. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/14799855.2016.1183195>.
- CHENG, Joseph Yu-Shek; ZHANG, Franklin Wankun. A Era Mao. Chinese Foreign Relation Strategies Under Mao and Deng: A Systematic and Comparative Analysis. Disponível em: <[https://www.academia.edu/16444532/Chinese\\_Foreign\\_Relation\\_Strategies\\_Under\\_Mao\\_and\\_Deng\\_a\\_systematic\\_and\\_comparative\\_analysis](https://www.academia.edu/16444532/Chinese_Foreign_Relation_Strategies_Under_Mao_and_Deng_a_systematic_and_comparative_analysis)>.
- China Global Investment Tracker Database, 2020. Disponível em: < <https://www.aei.org/china-global-investment-tracker/>>. Acesso em: julho-setembro 2020.

China lends P3.14B for Chico River Irrigation Project. *Philippine Daily Inquirer*, 13 Abr. 2018. Disponível em: <<https://business.inquirer.net/249090/china-lends-p3-14b-chico-river-irrigation-project>>. Acesso em: 18 Set. 2020.

Chinese company in a major property project in Laos. *The National*, 24 Dez. 2012. Disponível em: <<https://www.thenational.ae/business/property/chinese-company-in-a-major-property-project-in-laos-1.454097>>. Acesso em: 15 Set. 2020.

Chinese investments play large role in Southeast Asia hydroelectric growth. U.S. Eenergy Information Administration, 16 ago. 2013. Disponível em: <<https://www.eia.gov/todayinenergy/detail.php?id=12571>>. Acesso em: 14 set. 2020.

CHONG, Alan. China and Southeast Asia: Offline Information Penetration and Suspicions of Online Hacking - Strategic Implications from a Singaporean Perspective. *Chinese Cybersecurity And Cyberdefense*, [s.l.], p.129-156, 8 ago. 2014. John Wiley & Sons, Inc.. <http://dx.doi.org/10.1002/9781119009009.ch5>.

CHONG, Alan. Information Warfare? *Armed Forces & Society*, [S.L.], v. 40, n. 4, p. 599-624, 9 maio 2013. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/0095327x13483444>.

CINTRA, Marcos A. M; PINTO, Eduardo C. China em transformação: transição e estratégias de desenvolvimento. *Revista de Economia Política*, vol. 37, n. 2 , 2017.

CORRÊA, Alexandre Palhano. Industrialização, Demanda Energética e Indústria de Petróleo e Gás na China. In CINTRA, Marcos; SILVA FILHO; Edison; PINTO, Eduardo C. In *China em transformação: dimensões econômicas e geopolíticas do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Ipea, 2015.

COVER HISTORY: What is China General Nuclear? *The Edge Markets*, 01 Jan. 2016. Disponível em: <<https://www.theedgemarkets.com/article/cover-story-what-china-general-nuclear>>. Acesso em: 15 Set. 2020.

DREZNER, Daniel W.. The Hidden Hand of Economic Coercion. *International Organization*, [s.l.], v. 57, n. 3, p.643-659, 2003. Cambridge University Press (CUP). <http://dx.doi.org/10.1017/s0020818303573052>.

DUNNING, J. H.; NARULA, Rajneesh. The eclectic (OLI) paradigm of international production: past, present and future. *International Journal of the Economics of Business*, v.8, n.2, p.173-190, 2001.

DUNNING, John H.; LUNDAN, Sarianna M.. *Multinational Enterprises and the Global Economy*. 2. ed. Cheltenham, Uk: Edward Elgar, 2008. 920 p.

Financing and Funding for the Belt and Road Initiative. *Belt & Road News*, 2019. Disponível em: <<https://www.beltandroad.news/2019/05/17/financing-and-funding-for-the-belt-road-initiative/>>. Acesso em: 14 julho de 2020.

FIORI, J.L. *O Poder Global e a Nova Geopolítica das Nações*. São Paulo: Editora Boitempo, 2007.



Foreign investors splash the solar cash. Vietnam Investment Review, 04 Abr. 2019. Disponível em: <<https://www.vir.com.vn/foreign-investors-splash-the-solar-cash-66863.html>>. Acesso em: 15 Set. 2020.

Furious Response as US blacklists Chinese developer over Cambodian ‘human rights violation’. Global Construction Review, 16 Set. 2020. Disponível em: <<https://www.globalconstructionreview.com/news/us-decision-backlist-chinese-developer-over-cambod/>>. Acesso em: 18 Set. 2020.

GILPIN, Robert. Global Political Economy: Understanding the International Economic Order. New Jersey: Princeton University Press, 2001. 423 p.

Grand Park Orchard, Gallery Hotel sold for \$14.3b to new owners. Singapore Business Review, 02 Ago. 2013. Disponível em: <<https://sbr.com.sg/source/ttg-asia/grand-park-orchard-gallery-hotel-sold-143b-new-owners>>. Acesso em: 16 Set. 2020.

HE, Alex. The Belt and Road Initiative: motivations, financing, expansion and challenges of Xi’s ever-expanding strategy. Journal Of Infrastructure, Policy And Development, [S.L.], v. 4, n. 1, p. 139-169, 20 abr. 2020.

HENDLER, Bruno. China’s International Projection Since 2008: the new core-periphery relations and the belt and road initiative through foreign direct investment. Revista da Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 416-448, maio/ago. 2019.

HIRSCHMAN, Albert O.. National Power and the Structure of Foreign Trade: The Politics of the International Economy. Londres: California University Press, Ltd, 1980. 188 p.

Jakarta to Bandung High-Speed Rail. Railway Technology, 26 Nov. 2015. Disponível em: <<https://www.railway-technology.com/projects/jakarta-to-bandung-high-speed-rail/>>. Acesso em: 16 Set. 2020.

JITTAPONG, Khettiya. China Mobile to buy \$881mln stake in Thai billionaire’s True Corp. Reuters, 9 Jun. 2014. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/us-true-corporation-chinamobile-idUSKBN0EK0QA20140609>>. Acesso em: 16 Set. 2020.

JOHNSON, Bernadette. How Data Centers Work: What is a Data Center? Howstuffworks, S.D. Disponível em: <<https://computer.howstuffworks.com/data-centers1.htm>>. Acesso em: 17 Set. 2020.

JONES, Lee; ZOU, Yizheng. Rethinking the Role of State-owned Enterprises in China’s Rise. New Political Economy, [S.L.], v. 22, n. 6, p. 743-760, 3 maio 2017. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/13563467.2017.1321625>.

KRASNER, Stephen D.. State Power and the Structure of International Trade. World Politics, [s.l.], v. 28, n. 3, p.317-347, abr. 1976. Cambridge University Press (CUP). <http://dx.doi.org/10.2307/2009974>.

KRUGMAN, Paul R.; OBSTFELD, Maurice; MELITZ, Marc J.. International Economics: Theory & Policy. 9. ed. 2012: Pearson, 2012. 701 p.

Laos and its Dams: Southeast Asia's Battery, Built by China. Radio Free Asia, 2016. Disponível em: < <https://www.rfa.org/english/news/special/china-build-laos-dams/>>. Acesso em: 13 set. 2020.

Laos: Chinese company Sun Paper plans eucalyptus monocultures. World Rainforest Movement, 30 Jul. 2009. Disponível em: <<https://wrm.org.uy/articles-from-the-wrm-bulletin/section3/laos-chinese-company-sun-paper-plans-eucalyptus-monocultures/>>. Acesso em: 15 Set. 2020.

LIM, Linette. Chinese tech giants battle to win the Southeast Asian market. Channel New Asia, 10 set. 2018. Disponível em: <<https://www.channelnewsasia.com/news/business/chinese-tech-giants-battle-alibaba-tencent-southeast-asia-10702424>>. Acesso em: jul. 2020.

LIN, Herbert. Governance of Information Technology and Cyber Weapons. In: HARRIS, Elisa D. (ed.). Governance of Dual-Use Technologies: theory and practice. [S.L]: Cambridge, Mass.: American Academy Of Arts & Sciences, 2016. Cap. 3. p. 112-157.

MAH, Paul. China Mobile International launches Singapore data center. DataCenterDynamics, 26 Jul. 2019. Disponível em: <<https://www.datacenterdynamics.com/en/news/china-mobile-international-launches-singapore-dc/>>. Acesso em: 17 Set. 2020.

MASTANDUNO, Michael. Economic statecraft, Interdependence, and national security: Agendas for research. Security Studies, [s.l.], v. 9, n. 1-2, p.288-316, set. 1999. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/09636419908429402>.

MASTANDUNO, Michael. Economic Statecraft. In: SMITH, Steve. Et al. Foreign Policy: theory, actors, cases. 2 ed. Oxford: Oxford University Press, 2012.

MASTANDUNO, Michael. Economics and Security in Statecraft and Scholarship. International Organization, [s.l.], v. 52, n. 4, p.825-854, 1998. Cambridge University Press (CUP). <http://dx.doi.org/10.1162/002081898550761>.

MILLER, Seumas. Dual Use Science and Technology, Ethics and Weapons of Mass Destruction. Springerbriefs In Ethics, [S.L.], 126 p., 2018. Springer International Publishing. <http://dx.doi.org/10.1007/978-3-319-92606-3>.

MORALES, Neil J.; LEMA, Karen. Philippines' new China-led telecom firm surges after Duterte's 'chilling' threat. Reuters, 27 Jul. 2020. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/us-philippines-telecoms-idUSKCN24T08D>>. Acesso em: 17 Set. 2020.

Philippines to allow China Telecom to build cell towers on military bases. South China Morning Post, 11 Set. 2019. Disponível em: < <https://www.scmp.com/news/asia/southeast-asia/article/3026781/philippines-allow-chinese-state-owned-china-telecom-build>>. Acesso em: 17 Set. 2020.

POMAR, Wladimir. A Revolução Chinesa. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 2003. 177 p.

REILLY, James. *China's economic statecraft: turning wealth into power*. Sidney: Lowy Institute For International Policy, 2013.

RODRIGUES, Bernardo Salgado; HENDLER, Bruno. Investimento externo chinês na América Latina e no Sudeste Asiático: uma análise de escopo, valores e setores-alvo. *Estudos Internacionais*, Belo Horizonte, v. 6, n. 3, p. 5-25, fev. 2018.

RUAN, Lotus; KNOCKEL, Jeffrey; NG, Jason Q.; CRETE-NISHIHATA, Masashi. One App, Two Systems: how wechat uses one censorship policy in china and another internationally. [S.L]: Citizenlab, 2016. 33 p. Disponível em: <https://citizenlab.ca/2016/11/wechat-china-censorship-one-app-two-systems/>. Acesso em: 02 set. 2020.

SÁ, Marcelo Morgado de. *Determinantes do Investimento Externo (IDE) no Brasil: uma Análise gravitacional*. 2006. 81 p. Dissertação (Mestrado) - Curso de Economia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

Sinochem International, Halcyon Agri to create biggest natural rubber supply chain manager. Reuters, 27 Mar. 2016. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-hac-m-a-sinochem-intl-idUSKCN0WU04D>>. Acesso em: 16 Set. 2020.

SITO, Peggy; ZHEN, Summer. Vanke, Hopu lead US\$11.6 billion management buyout of GLP, winning Asia's largest takeover. *South China Morning Post*, 14 Jul. 2017. Disponível em: <https://www.scmp.com/business/companies/article/2102660/vanke-hopu-lead-us-11-6-billion-management-buyout-glp-winning-asias>>. Acesso em: 16 Set. 2020.

South China Sea Energy Exploration and Development, 2020. Disponível em: <https://amti.csis.org/south-china-sea-energy-exploration-and-development/>>. Acesso em: 21 agosto de 2020.

SUISHENG, Zhao. Chinese Foreign Policy under Hu Jintao: the struggle between low-profile policy and diplomatic activism. *The Hague Journal Of Diplomacy*, [s.l.], v. 5, n. 4, p. 357-378, 2010. Brill. <http://dx.doi.org/10.1163/187119110x531840>.

Sun Paper Group to expand business in Laos. *China Daily*, 23 Out. 2018. Disponível em: [http://shandong.chinadaily.com.cn/2018-10/23/c\\_285168.htm](http://shandong.chinadaily.com.cn/2018-10/23/c_285168.htm)>. Acesso em: 15 Set. 2020.

SWAINE, Michael D.. Xi Jinping On Chinese Foreign Relations: the governance of china and chinese commentary. *China Leadership Monitor*, [s.l.], n. 48, p. 1-14, 9 set. 2015.

TAN, Melissa. China Minsheng Investment Corp opens Singapore unit. *The Business Times*, 01 Jul. 2015. Disponível em: <https://www.businesstimes.com.sg/banking-finance/china-minsheng-investment-corp-opens-singapore-unit>>. Acesso em: 18 Set. 2020.

TENG, Liew Jia; APPADURAY, Anette. Bina Puri, China's CCCC Dredging team up for RM15b project in Kuatan. *The Edge Markets*, 11 Out. 2016. Disponível em: <https://www.theedgemarkets.com/article/bina-puri-china%E2%80%99s-cccc-dredging-team-rm15b-project-kuantan>>. Acesso em: 18 Set. 2020.

THE Five Principles of Peaceful Coexistence - The time-tested guideline of China's policy with neighbours. Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China, 2014. Disponível

em:<[https://www.fmprc.gov.cn/mfa\\_eng/wjb\\_663304/zwjg\\_665342/zwbd\\_665378/t1179045.shtml](https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjb_663304/zwjg_665342/zwbd_665378/t1179045.shtml)>. Acesso em: 22 de maio de 2020.

The Strait of Malacca, a key oil trade checkpoint, links the Indian and Pacific Oceans, 2017. Disponível em: <<https://www.eia.gov/todayinenergy/detail.php?id=32452>>. Acesso em: 20 agosto de 2020.

THORNE, Devin; SPEVACK, Ben. Harbored Ambitions: How China's Port Investments are Strategically Reshaping the Indo-Pacific. C4ADS, 2017.

TSOU, Tang; HALPERIN, Morton H.. Mao Tse-tung's Revolutionary Strategy and Peking's International Behavior. *American Political Science Review*, [s.l.], v. 59, n. 1, p. 80-99, mar. 1965. Cambridge University Press (CUP). <http://dx.doi.org/10.2307/1976122>.

UNCTADstats Database, 2020. Disponível em: <https://unctadstat.unctad.org/wds/TableViewer/tableView.aspx?ReportId=96740>>. Acesso em: 7 jul. 2020.

WU, Friedrich. Accusations of Beijing practicing “debt-trap diplomacy” are just “sour grapes”. In *The International Economy. Will China's New Trade/Debt Diplomacy Strategy Reshape The World?* Washington, 2018.

ZHANG, Jian. China's new foreign policy under Xi Jinping: towards “peaceful rise 2.0”? *Global Change, Peace & Security*, [s.l.], v. 27, n. 1, p. 5-19, 2 jan. 2015. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/14781158.2015.993958>.

ZHIMIN, Chen. Nationalism, Internationalism and Chinese Foreign Policy. *Journal Of Contemporary China*, [s.l.], v. 14, n. 42, p. 35-53, fev. 2005. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/1067056042000300772>.

ZHIXIN, Tan. A key to decode Tencent's Southeast Asian investment landscape. *KrAsia*, 25 dez. 2019. Disponível em:<<https://kr-asia.com/a-key-to-decode-tencents-southeast-asian-investment-landscape>>. Acesso em: 2 set. 2020.